



Reunião de 25/01/2017

**ATA N.º 03/2017**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE, QUE TEVE CONTINUAÇÃO EM VINTE E SETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE**

---- Aos **vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 507.183,10 € (quinhentos e sete mil cento e oitenta e três euros e dez cêntimos); - De operações não orçamentais: 167.079,35 € (cento e sessenta e sete mil setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos). -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Nelas do dia 25 de janeiro de 2017. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 674.262,45 € (seiscentos e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), sendo de Operações não Orçamentais: 167.079,35 € (cento e sessenta e sete mil setenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que foi distribuído aos Senhores Vereadores uma avaliação interna que ele pediu ao Senhor Eng.º João Luís relativamente às instalações que constitui o ponto 2.1. da Ordem de Trabalhos. Foi distribuído também a declaração da informação que foi enviada a todos os empresários. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente se já estava no ponto 2.1. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que estava no Período de Antes da Ordem do Dia e que estava a informar o que é que foi distribuído relativamente ao ponto 2.1. E que era por causa de outra coisa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu, por favor, ao Senhor Presidente, uma vez que a Agenda já é tão grande, que deixasse esse assunto para o ponto 2.1. e que o Senhor Presidente altera e adultera a Agenda e faz o que quer e que esperasse que chegassem ao ponto 2.1 para discutirem a questão. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmou que



## Reunião de 25/01/2017

ainda não tinha chegado ao ponto. O que ele, Senhor Presidente, queria dizer era que foi então distribuída a informação que foi enviada a todos os empresários e também uma declaração do Instituto Politécnico de Viseu, parceiro da Câmara nesse projeto. As declarações, depois da resposta de todos os empresários relativamente àquilo que lhes foi solicitado e apresentado. --

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente estava a brincar com ele e que regressava à reunião quando o Senhor Presidente acabasse este assunto no Período de Antes da Ordem do Dia. Ainda se o Senhor Presidente não tivesse o ponto 2.1. agendado para discussão, ele, com todo o respeito, tinha que aguentar. Agora, uma vez que o ponto está agendado vão primeiro às outras questões. E que iam ao ponto quando lá chegarem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já tinha acabado e, portanto, como está na Ordem de Trabalhos o que ele queria era fazer uma introdução à possibilidade de, atenta a importância da matéria do ponto 2.1. da reunião se iniciar, como se sugere, com uma deslocação às instalações da empresa Nelcivil, garantindo a Câmara o necessário transporte. Portanto, para a discussão deste ponto, a Câmara, achou ele, Senhor Presidente, que seria útil a Câmara deslocar-se às instalações. Têm as chaves das instalações que foram buscá-las à Imobiliária e, portanto, põe à consideração da Câmara se antes do início da Ordem de Trabalhos se se deslocam para conhecimento próprio das instalações, que é mais um elemento para fornecer aos Senhores Vereadores, para não estarem, eventualmente a deliberar sobre uma matéria que não conhecem inteiramente aquilo que está em termos físicos em causa, naturalmente, conhecerão de fora e era isso que ele, Senhor Presidente, punha à consideração e por isso é que fez, pedia perdão, este introito de avanço do ponto 2.1., que era, precisamente, para deixar à consideração de todos se começam, ou não, a reunião com uma deslocação às instalações da Nelcivil. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o introito que o Senhor Presidente estava a fazer e agora compreende a metade. É que o Senhor Presidente estava a falar nas declarações e o que está ali em causa não é o Centro Tecnológico. O que está ali em causa é a aquisição da Nelcivil e não o Centro Tecnológico. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que em relação à visita à Nelcivil, na sua modesta opinião, não faz sentido até pelo andamento que este processo já tem. Se estivessem a iniciar o processo faria sentido. Ele, pessoalmente, naturalmente, quando o processo foi colocado em Agenda, enfim, como é normal, tem sempre alguma curiosidade em saber do que é que se está a falar. Ele, pessoalmente, conhece bem as instalações da Nelcivil, portanto, para ele não é útil e também dada a fase do processo e o andamento do processo, na sua opinião, não faz sentido. No entanto, respeita se os Senhores Vereadores tiverem outra opinião.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, na sua opinião, também não fazia sentido e que conhecia muito bem, muito bem, todas as empresas do seu Concelho. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, não conhecendo muito bem todas as empresas do Concelho também acha que é desnecessário, -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, não conhecendo todo o edifício interior, mas conhece parte e também está dentro do processo, também não vê necessidade da deslocação. -----



Reunião de 25/01/2017

---- **A partir deste momento passou a integrar a reunião a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves.** -----

--- O Senhor Presidente, dirigindo-se à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, cumprimentou-a e informou-a que estavam a discutir a possibilidade da deslocação, ou não, às instalações da empresa Nelcivil no sentido de preparar depois a discussão do ponto 2.1. Já emitiram a opinião desfavorável a essa deslocação, por terem cabal conhecimento, ou conhecimento suficiente acerca da matéria, os Senhores Vereadores Adelino Amaral, Dr. Manuel Marques, Dr. Alexandre Borges e Artur Ferreira e só faltava a sua opinião. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes e afirmou que essa deslocação era desnecessária. -----

---- A Senhora Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques afirmou que considerava que não iam só os dois. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que pela Senhora Vice-Presidente, sim e ele também. Então, não vão. De seguida, perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria inscrever para usar da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que no dia 17 de janeiro de 2017 enviou ao Senhor Presidente um requerimento, em que no dia 16 de novembro de 2016, outorgou o Senhor Presidente um contrato com a PMP Calçadas, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, para os arranjos urbanísticos do Concelho, de Vilar Seco, Santar, Moreira, Senhorim, Carvalhal Redondo, Aguieira e Lapa do Lobo. Ora, segundo lhes é dado a conhecer o valor do contrato é de 35.000,00 euros, que já foi consumido e as obras continuam em construção, legalizando as situações numa fase posterior. Para defesa da legalidade e daqueles empreiteiros que em 2013, de uma forma séria e honesta, fizeram obras no nosso Concelho, que ainda hoje o Senhor Presidente, teimosamente, continua a não querer pagar. Nestes termos, requer ao Senhor Presidente que se digne determinar que os Serviços lhe facultem os Autos de Medição referentes àquele contrato de empreitada. Para o efeito solicita que os documentos sejam disponibilizados no dia da próxima reunião do Executivo a realizar no dia 25/01/2017, pelas 10 horas. O Senhor Presidente fez ouvidos moucos e não entregou. -----

---- *“Reunião de Câmara de 25 de janeiro de 2017* -----

---- *Período Antes da Ordem do Dia* -----

---- *Energia Pública* -----

---- *Agendou V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> na reunião de 28.12.2016 o assunto “Abertura de Procedimento Concursal para a Formação de Gestão de Eficiência Energética ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28.02 – Aprovação do pedido de autorização à A.M. para assunção de Compromissos Plurianuais”.* -----

---- *Resultou do agendamento e da discussão naquela reunião que algo “encapotado” se estava a discutir, daí o signatário ter votado contra a proposta.* -----

---- *Fundamentamos a nossa decisão pelos seguintes factos:* -----

---- *a) Por considerarmos que a legislação aplicável a esta matéria entrou em vigor em 28.02.2011 e não termos conhecimento que algum dos Municípios a ela tivesse aderido;* -----

---- *b) Apresentou na reunião de Câmara um técnico que começou por dizer que estava ali sem qualquer custo para o Município, a estadia e transporte era por conta da sua empresa, efetivamente ainda há mecenas, mas “quando a esmola é grande até o santo desconfia.”* -----



Reunião de 25/01/2017

---- Depois de todo o verbalismo ali debitado, quer pelo Técnico, quer por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, logo me apercebi que estávamos ali perante uma Parceria Público Privada e, que quase todo o lucro da poupança reverteria para o particular e não para o Município de Nelas. -----

---- As 600 luminárias de LED a aplicar pela EDP, a sua poupança energética também reverteria como lucro para o privado, sem que tivesse efetuado qualquer custo. -----

---- Acresce a tudo isto o encaixe do particular 240.000,00 euros por ano, enquanto que a Câmara Municipal de Nelas apenas receberia eventualmente 10.000,00 euros. -----

---- Este negócio só é defendido pelo Presidente da Câmara Municipal de Nelas e pelos seus conselheiros técnicos nesta matéria. -----

---- Para tanto vejamos: -----

---- O Município de Mangualde outorgou um protocolo com a EDP para a eficiência energética. -----

---- O Município de Oliveira do Hospital assinou um protocolo que tem como objetivo a definição dos tipos correntes de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do seu Município. -----

---- Com estes protocolos ficaram estabelecidas as condições de revisão dos equipamentos de iluminação pública, passando o LED a ser o material tipo corrente a aplicar pela EDP. -----

---- Resulta ainda do protocolo a substituição de lâmpadas obsoletas bem como remodelações, ou novas ampliações de rede, com a colocação de lâmpadas LED. -----

---- Nas remodelações, ou novas ampliações de rede, não se vislumbrou que fossem da responsabilidade do privado. Logo, serão pagas pelos cofres do Município. -----

---- É oportuno que o Presidente da Câmara Municipal de Nelas, na próxima reunião do Executivo, explique ao Órgão Câmara Municipal e às populações a sua “iluminada” ideia, de ser sua vontade, entregar este projeto a um privado em vez de o negociar com a EDP, que sempre manteve as melhores relações com o Município de Nelas, como o já fizeram alguns Presidentes de Câmara, encaixando assim a nossa Câmara os proveitos de toda a eficiência energética.” O Senhor Presidente da Câmara, que certamente está atento, viu bem o que é que os seus parceiros das Câmaras Municipais de Oliveira do Hospital e de Mangualde fizeram.

Está ali explicado exatamente aquilo que o Senhor Presidente quer fazer uma Parceria Pública Privada e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital quer fazê-lo à borla para o seu Município e para os seus Municípios. O Senhor Presidente fez exatamente o contrário e por isso ia-lhe entregar este documento para constar em ata. Depois, tinha ali uma questão que já lhe pediu há muito tempo e o Senhor Presidente continua a fazer ouvidos moucos e então vai-lhe requerer e isso vai, exatamente, para a reunião de Câmara: -----

---- “Manuel da Conceição Marques, Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, eleito nas listas do CDS/PP, nessa qualidade e para o exercício das suas funções, vem expor e requerer o seguinte: -----

---- Em 07.12.2016, requeri com caráter de urgência o seguinte: -----

---- a) Mapa de quantidades referentes a cada uma das obras constantes do Protocolo outorgado com a Hidromondego, Ld.<sup>ª</sup>; -----

---- b) Estimativa de custo para cada uma das obras referidas no mesmo Protocolo. -----

---- Até à presente data V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não respondeu ao requerido. -----

---- Assim, por se tratar de um assunto de relevante interesse para o nosso Concelho, requiro que este pedido seja agendado nos termos da Lei, na próxima reunião do Executivo,



Reunião de 25/01/2017

*a realizar no dia 08.02.2017. -----*

*---- Mais se requer, nos termos da Lei, que seja também agendado o assunto seguinte: -----*

*---- “Acordo Quadro celebrado com a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> – E. M. 1475 – São João do Monte – Póvoa de Luzianes – Correção do traçado – Discussão/Aprovação.” -----*

*---- O que se pretende fazer naquela Obra não dignifica a Câmara Municipal de Nelas, muito menos a prestigiada Hidromondego, Ld.<sup>a</sup>, nem as populações da Freguesia de Senhorim, que foram inevitavelmente as mais prejudicadas pela não construção da Barragem de Girabolhos, os trabalhos a efetuar apenas se traduzem num mero facto eleitoralista. -----*

*---- Nota: Atenta a importância do Ponto requerido em último lugar, a reunião deverá iniciar-se, como se sugere, uma deslocação à E.M. 1475 – São João do Monte – Póvoa de Luzianes, como já foi anteriormente requerido, garantindo o Presidente da Câmara o necessário transporte.” -----*

*---- Gostava de ver este ponto agendado porque é um assunto importante para a Freguesia de Senhorim. Também, ainda no Período Antes da Ordem do Dia tinha ali mais um requerimento. -----*

*---- Pedido de Informação – Pavimentações em Moreira -----*

*---- No Orçamento Municipal de 2017, em que o seu valor é sensivelmente de 13 milhões de euros, disponibilizou V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, no mesmo documento, o valor de obras para a localidade em epígrafe: 1.000,00 euros. -----*

*---- Com a habitual sessão fotográfica, publicou várias pavimentações, diga-se que, de vergonhosa aplicação, na localidade de Moreira. -----*

*---- Desconhece o signatário, na qualidade de Vereador, o procedimento para aquele efeito. -----*

*---- Assim, para descoberta da verdade e defesa dos empreiteiros do Concelho, que executaram obras no mandato de 2009 a 2013, a quem o atual Presidente da Câmara, por questões políticas e de perseguição pessoal, teimosamente, não pagou, requero, com caráter de urgência, cópia do procedimento e respetivos autos de medição das já referidas pavimentações. -----*

*---- Ou, em alternativa, para que o pedido seja mais célere e menos dispendioso para o erário público, queira determinar a consulta dos processos no prazo de 10 (dez) dias a partir da data da apresentação do presente requerimento.” -----*

*----- Continuando, afirmando que no dia 28 de dezembro de 2016 tinha ali programado um requerimento para a Norma de Controlo Interno. O Senhor Presidente disse que não era preciso ele, Vereador Dr. Manuel Marques, apresentar o requerimento porque ele, Senhor Presidente, ia apresentar a Norma de Controlo Interno durante o mês de janeiro. Acontece que o mês de janeiro passou, o Senhor Presidente fez as Agendas e não o agendou. Ele, Vereador Dr. Manuel Marques, compreende que a Norma de Controlo Interno, da maneira que ela está feita e por quem a fez, é um documento fundamental para a gestão desta Autarquia, um documento fundamental para os devaneios do Presidente da Câmara, um documento fundamental para que o Presidente da Câmara não gaste à tripa forra aquilo que quer e bem lhe apetece. O Senhor Presidente, mais uma vez, não agendou a Norma de Controlo Interno. Por isso, considerando que à data não apresentou o requerimento, ele vai lê-lo, para que o mesmo conste em ata: -----*

*---- “Ex.m.<sup>o</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas -----*



## Reunião de 25/01/2017

--- Manuel da Conceição Marques, Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, eleito nas listas do CDS/PP, vem requerer, nos termos da legislação aplicável, na Ordem do Dia da reunião de 11 de janeiro de 2017, o seguinte assunto: -----

---- Norma de Controlo Interno do Município de Nelas – Discussão e aprovação. -----

---- Para o efeito e porque eu sei que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o quer alterar, para o efeito, desde já se requer cópia do trabalho efetuado pela empresa RESMO – Comércio e Estudos Económicos e Financeiros, Ld.<sup>a</sup>, enviado a esta Autarquia em agosto de 2016. Quase há meio ano que o Senhor Presidente recebeu este documento, que a Câmara pagou 10.000,00 euros, ou 15.000,00 euros para o fazer e o Senhor Presidente mantém-no na gaveta porque estamos em ano de eleições e repete, quer gastar à tripa forra sem ter um travão que o controle porque este Município, pelo andar que ele está a ver, vai ficar muito pior, muito pior, muito pior que ficou em 2013. Só que em 2013 havia faturas. O Senhor Presidente, agora, não faz procedimentos e avancem, avancem, avancem. Se o Senhor Presidente queria ter essa postura que isso já se adivinhava no início do seu mandato, liquidava as faturas a quem de direito, a quem trabalhou de uma forma séria, ainda por cima, pessoas do nosso concelho, ao contrário do que faz o Senhor Presidente, que aplica 7 milhões de euros a fornecedores externos, repete, 7 milhões de euros a fornecedores externos do Concelho, e aplica apenas no nosso Concelho 700.000,00 euros. Aqui se vê, aqui se demonstra a vontade que o Senhor Presidente tem em desenvolver o comércio e os empreiteiros do nosso Concelho. Verifica-se ali, para os de fora dá 7 milhões de euros, para os da terra dá 700.000,00 euros. Isto é uma vergonha, é inconcebível, e o Senhor Presidente tem um documento que tem que ser aprovado com toda a urgência porque merece essa consideração esse documento e o Senhor Presidente esconde-o. Prometeu ali ao Órgão e mais uma vez lhe mentiu, que o agendava no mês de janeiro e não o fez. Agradecia que o Senhor Presidente traga à próxima reunião este documento sob pena de mais uma vez lhe requerer e o Senhor Presidente, é certo, que não agenda aquilo que os Senhores Vereadores requerem. Mas alguém lhe há-de pôr também travão nisso porque isto não é do Senhor Presidente. Isto é do Povo. E todos os que ali estão, começando pelos Senhores Vereadores Adelino Amaral, Dr. Alexandre Borges, Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas, Senhor Presidente da Câmara Dr. Borges da Silva, Senhores Vereadores Artur Jorge, Dr.<sup>a</sup> Rita Neves e Dr. Manuel Marques, foral eleitos com os mesmos votos com a vontade das populações que o Senhor Presidente também tem que respeitar. Se não respeitar têm que ter alguma forma porque o Senhor Presidente está a abusar do poder e como o Senhor Presidente sabe, abuso de poder é criminalmente punível. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou todos os presentes. Agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que tinha ali um conjunto de assuntos que queria abordar. O primeiro deles, na última reunião perguntou ao Senhor Presidente se tinha ideia para que era, ou qual era a intervenção que a Câmara estava a fazer em Carvalhal Redondo, um muro que fez numa propriedade, o Senhor Presidente ficou de lhe dar essa informação, não sabia se já a tinha, se tiver, gostaria de saber. Uma outra questão que queria colocar ao Senhor Presidente tem a ver com uma intervenção que começou a ser feita na Estrada Nacional n.º 231-2, entre Carvalhal Redondo e Canas de Senhorim, mais concretamente na Urgeiriça e também ali a chegar à Ribeira de Carvalhal Redondo, há mais de um mês que tiraram o alcatrão e muito bem porque aquilo estava com as raízes dos pinheiros totalmente danificado. O que é certo é que noutras partes do Concelho,



## Reunião de 25/01/2017

concretamente na estrada para a Agueira, tiraram as raízes e puseram o alcatrão. Ali, está há cerca de talvez um mês e meio, acha que não está a exagerar, até já houve lá um acidente em consequência dessa situação porque as pessoas depois desviam-se para a esquerda quem vai para Carvalhal Redondo e noutro dia houve um acidente, felizmente só com danos materiais. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, gostava de saber porque é que o alcatrão lá não foi posto, se há alguma razão especial para isso. E, se não há, recomendava que fosse feito com alguma rapidez. Uma outra questão tem a ver com as obras no Centro de Saúde de Canas de Senhorim, que pensa que eles aprovaram ali, ou na última reunião, pensa que terá sido na última reunião. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, por acaso, teve que ir ao Centro de Saúde, deslocou-se lá, viu as obras, as obras, acha que corresponderam a algumas expectativas que tinham sido pedidas, portanto, elas estão prontas. Mas esteve a falar com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Cristina, que lhe disse que tinha pedido ao Senhor Presidente um conjunto de outras coisas e que não tinham sido feitas, nomeadamente, há lá uma casa de banho que precisa de louça sanitária e que seja feita a ligação da canalização dessa mesma situação. E ele pedia ao Senhor Presidente que, eventualmente, falasse com os responsáveis, já que são coisas de pouca monta, aquilo ficou bem. Acha que ficaria, efetivamente, a obra completa se fosse concluída essa situação, inclusivamente há lá um gabinete que também precisa de uma pintura. Pintaram-se os corredores. E o Gabinete logo ao lado que ficou também novo não foi pintado. Portanto meia dúzia de metros quadrados de tinta acha que não era por aí que a Câmara não podia deixar aquilo, então já que deliberaram fazer lá obras, fazê-las até ao fim. Deixava esta sugestão ao Senhor Presidente e tinha a certeza que achava que tinha o compromisso ali de todos de o fazer e acha que ninguém se irá opor. São coisas de pouca monta. Queria fazer um outro pedido ao Senhor Presidente, que numa próxima reunião, provavelmente era bom que fosse na próxima, lhe fosse indicado qual o valor já comprometido para pagamentos, nomeadamente, protocolos efetuados, aquisições de terrenos, leasings, ald,s e coisas do género para os anos 2018, 2019 e seguintes, quanto é que a Câmara já se comprometeu em termos de valores para os próximos anos. Acha que é importante que tenham conhecimento disto e isto vem também na sequência daquilo que hoje vão discutir no ponto 2.1. Portanto, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, gostaria de ter conhecimento de qual é o valor que já assumiram enquanto compromisso, ou o Senhor Presidente, para os anos de 2018 e 2019. E, finalmente, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se recebeu alguma abordagem de uma empresa espanhola para a instalação de uma empresa no Concelho na área dos aglomerados de madeira com a perspectiva de criação de mais de 100 postos de trabalho e se sim, qual é o desenvolvimento que essa situação tem relativamente a isto. A ele disseram-lhe que andava aí uma empresa espanhola que se queria instalar na Região e que terá vindo falar com a Câmara Municipal e ele gostaria de saber se isso corresponde, ou não, à verdade. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que também tinha três questões que queria colocar ao Senhor Presidente. Começava não por aquela que acabaram agora, mas também nesse seguimento, porque também saiu num jornal diário os apoios da CCDR a empresas e estava prevista também uma empresa que ele acha que não está em Nelas, por isso é que também está a perguntar, de reciclagem de fraldas, que iria ser contemplada com bastante valor através da CCDR. Era só também para perguntar ao Senhor Presidente se realmente já existe aqui em Nelas essa empresa, se é para se instalar, qual é o ponto da situação disso. Sabia que era de



Reunião de 25/01/2017

reciclagem de fraldas. Não sabia o nome. Saiu no jornal. Está no quadro dos apoios publicados da CCDR, que era para instalar em Nelas. Não conhecia e acha que não está instalada em Nelas. Mas se for preciso trás até o recorte do jornal e está também previsto no site da CCDR. Outra pergunta era sobre a situação da Endesa. Normalmente, todos os meses vem o ponto da situação, este mês não veio. Qual é o ponto da situação em termos de trabalhos, em termos de valores já apurados, se o Senhor Presidente já tem alguma informação para dar aos Senhores Vereadores. Por último, era sobre os empreiteiros que recorreram a Tribunal para receber os valores que acham que são devidos e que são devidos por parte do trabalho que foi feito em 2013, no anterior mandato. Disseram-lhe que iria haver uma tentativa de acordo até ao final deste mês com um empreiteiro, se é verdade, se já há algum ponto que o Senhor Presidente pode trazer à reunião, qual é o ponto de situação disso, e qual é a posição, quer da Câmara, do Senhor Presidente já sabia qual era e qual era posição do advogado que representa a Câmara. Acha que era importante os Senhores Vereadores saberem isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente prometeu ao Órgão que traria à reunião de Câmara as despesas do Mercado de Natal. Se calhar já passa dos 150.000,00 euros e o Senhor Presidente está com problemas em apresentá-los. E qual foi resultado da reunião que o Senhor Presidente teve com as IPSS,s. Qual é o resultado da construção do Lar de Carvalhal Redondo e o resultado da construção do Lar de Canas de Senhorim, em que o Senhor Presidente levou aqueles humildes cidadãos a Lisboa num perfeito ato folclórico. Já agora queria saber como é que isso está. E se está previsto no QREN, ou não, no PR 2020, serem patrocinados por fundos comunitários. -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara que a Senhora Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas tinha ido buscar o mapa com as despesas do Natal. Pediu ao Público presente na sala para, por favor, manter o silêncio. Em relação ao ano passado está na plataforma um procedimento com a PMP Calçadas e também com o Senhor Vítor Silva, para realização de calçadas e passeios, que foi realizado em meados, segundo trimestre, terceiro trimestre, quatro trimestre de 2016, que previa uma série de quantidade por Freguesia. No caso do Senhor Vítor Silva, Nelas e Canas de Senhorim. No caso do PMP Calçadas também a realização de obras nas diversas Freguesias que não fossem Nelas e Canas de Senhorim, algumas dessas obras também com cooperação das Juntas de Freguesia, pagando mão-de-obra e a Câmara fornecendo materiais. Esses dois procedimentos não foram concluídos em 2016 e passaram para 2017. Portanto, muitas das obras, ao abrigo desses procedimentos, do PMP Calçadas, que é em todas as Freguesias, exceto Nelas e Canas de Senhorim e o Senhor Vítor Silva, que é Nelas e Canas de Senhorim, continuam porque não foram concluídos esses procedimentos. A mesma coisa se aplica à explicação relativamente à pavimentação da rede viária. Em relação à rede viária foi feito também um procedimento de 140.000,00 euros com uma empresa para a requalificação da rede viária. Muito do procedimento não foi feito também em 2016, está a ser feito em 2017. E previa esse procedimento a requalificação da rede viária em Nelas, em Canas de Senhorim, em Carvalhal Redondo/Aguieira e em Santar/Moreira. Aliás, andam neste momento a concluir o procedimento em Santar que é alcatroar aquelas partes da estrada que resultam da construção dos passeios. Isto também entronca com a pergunta colocada pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, que algum desse alcatrão desse procedimento vai ser colocado também na estrada entre Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo. Estão a acabar





Reunião de 25/01/2017

em Santar. Têm seguido o percurso. Já fizeram isso na estrada Agueira – Canas de Senhorim. Fizeram também na saída para Beijós. E vão fazer agora na estrada Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo. Aquilo está sinalizado, mas vai ser composto. E as obras de Moreira justificam-se por cima disso. Não houve o que houve na generalidade dos casos, em Carvalhal Redondo, em Canas de Senhorim, em Moreira foi repavimentação do existente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para trazer à reunião de Câmara os autos de medição das obras que tem efetuado. Que o Senhor Presidente estava a mentir porque ele, Vereador Dr. Manuel Marques, sabia de fonte fidedigna que já tinha ultrapassado o valor de 75.000,00 euros e que as obras continuam e que o Senhor Presidente transmite-se aos Serviços de Engenharia para o deixarem consultar os autos de medição de cada obra. -----

---- O Senhor Presidente informou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que lhe ia facultar os autos de medição. Houve troços novos que foram pavimentados. Mas, no essencial, por exemplo, na questão que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques colocou, em Moreira, foram repavimentações resultantes de fornecimento às populações, que foram iniciados até no mandato anterior, de saneamento, como na Rua do Souto e na Rua das Fontainhas em que foi cortado o alcatrão e foi construída uma estação elevatória dos esgotos e agora era necessário repavimentar aquelas ruas. Relativamente ao procedimento da energia LED o que se trouxe à reunião de Câmara foi pedir à Assembleia Municipal autorização para os compromissos plurianuais, que a Assembleia Municipal concedeu e depois o que inicia o procedimento verdadeiramente é o caderno de encargos e o procedimento. Ele, Senhor Presidente, entretanto, já reuniu duas vezes com a EDP, com o Senhor Diretor Garcia Mendes. Está em conversações. A EDP já enviou para a Câmara também uma proposta. Está a analisar isso para trazer a uma próxima reunião de Câmara a análise. Está em conversações com a EDP no sentido de ver qual é a melhor solução para a defesa dos interesses do Município. Em relação à questão de Girabolhos estão a ser concluídos os projetos de execução propriamente ditos. Ainda ontem estive com o Senhor Eng.º na Rua do Castelão, em Lapa do Lobo e que é necessário corrigir lá uma parte do traçado. Tem a garantia de que, até final do mês de janeiro, os projetos estarão todos concluídos e ele trará, naturalmente, como também já pediu o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, para agendamento e será feito relativamente a todos os projetos. Em relação à Norma de Controlo Interno, pede perdão por esta sua falha, mas, de facto, mercê das diversas solicitações, os Serviços já lhe comunicaram que deram sugestões, que a Senhora Dr.ª Célia está a corrigir. Portanto, vai agendar também a Norma de Controlo Interno, naturalmente, e facultará o original da proposta que a empresa deu. Para o Tribunal de Contas foram enviados na sexta-feira todos os documentos que eles solicitaram e que os Senhores Vereadores se recordam eram a reprogramação física e financeira da obra, que o PO SEUR aceitou e que enviou com aceitação e eram também as contas para o ano 2017 que foram também enviadas. Portanto, o que resta ao Tribunal de Contas relativamente à obra da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor eram dois dias úteis no prazo de 30 dias que a lei lhe concede, portanto, ele, Senhor Presidente, tem a expectativa desta semana, ou durante a semana que vem, ter o Visto do Tribunal de Contas. Foi feita ali na Câmara uma reunião com todas as IPSS,s do Concelho, há 8 dias atrás, em que os esclareceu da informação que lhe foi fornecida pela CCDR no sentido de que vai abrir um Aviso para a área social e em que termos



Reunião de 25/01/2017

é que esse Aviso vai abrir, em princípio para requalificações de instalações de ofertas existentes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou ao Senhor Presidente porque é que levou aqueles homens de bem para Lisboa, porque é que lhe foi mentir e foi só para fazer folclore. Levou aqueles inocentes para Lisboa, disse-lhes que ia construir os lares de Carvalhal Redondo e de Canas de Senhorim, que o PR 2020. A gora que o Senhor Presidente desminta isso com a mesma forma que fez isso, que agora diga que é mentira e que enganou as populações de Carvalhal Redondo e de Canas de Senhorim porque não vai haver PR 2020 para edifícios novos. Que o Senhor Presidente desmentisse com a mesma humildade. Que dissesse o que é que vai fazer por Vila Ruiva, Carvalhal Redondo e Canas de Senhorim. O Senhor Presidente mentiu às populações mais uma vez e um Presidente da Câmara não pode ser mentiroso. O Senhor Presidente acusou-o e a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro de terem mentido às populações deste Concelho e hoje vê-se quem é que é o mentiroso. -----

---- **O Senhor Presidente informou a Câmara que ia fazer um intervalo de dois minutos porque não havia condições para continuar a reunião.** -----

---- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente afirmou que relativamente à questão do muro e do poço, depois trazia informação sobre isso. Existe um protocolo que também envolve a União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, que tem a ver com aquele redondo das oliveiras e naquele lado da estrada, na Corredoura, existia um compromisso, aquando da construção da estrada, de construção de um muro e de selagem de um poço que está por baixo da estrada, obras essas que nunca foram efetuadas pela Câmara Municipal e os Serviços entenderam concluir essas obras atento o perigo que constituía, quer o poço, quer a segurança das pessoas. Depois trará à reunião cópia desse protocolo. A estrada Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo vai ser requalificada e ele, Senhor Presidente, vai ver se ainda vai a tempo de retificar um buraco onde houve um acidente grave em que faleceu uma pessoa, que acha que é na estrada entre Carvalhal Redondo e Santar. Há lá uma depressão na estrada e vai se ainda consegue que, pelo menos, tirem essa depressão. Em relação às obras do Centro de Saúde de Canas de Senhorim, como o Executivo tem que fazer a pichelaria e a eletricidade, tem uma requisição feita para compra do material dessa casa de banho. Teve que fazer a requisição e o compromisso e vai ser acabado. Estão pedidos também os aparelhos de ar condicionado e uma série de coisas, mas o Executivo vai ver se tem orçamento para concluir essas obras no Centro de Saúde de Canas de Senhorim. Em relação aos valores dos anos futuros, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, o Senhor Presidente afirmou que nos Orçamentos vem sempre, nos anos futuros, uma serie de expetativas de despesa e compromissos que o Executivo já tinha assumido e que já constituam compromisso efetivo que cativem verbas de 2018 e 2019. A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia já foi busca-los e depois ele, Senhor Presidente, pode-lhe dar, em rigor, esses elementos, mas, andando para trás, ou alguma aquisição que o Executivo tenha feito, cujo pagamento tenha que ser feito em 2018, a compra de algum terreno, não se recorda, o pagamento do cemitério de Senhorim acaba este ano. A ideia que ele, Senhor Presidente, tem é que são os 125.000,00 euros que aprovaram na reunião anterior. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que esses valores deveriam constar nos documentos de apresentação de Contas, não no Mapa de Endividamento mas de compromissos, nomeadamente os contratos que foram passados a escrito. -----



## Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Presidente afirmou que esses valores virão nos documentos de apresentação de Contas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que os documentos de apresentação de Contas têm lá um mapa de todos os contratos e os contratos específicos, caso a caso, de obras, contratação de Pessoal, de compromissos assumidos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a ideia que tinha de compromissos que tenham assumido em anteriores reuniões de Câmara será a compra de alguns terrenos que ele vai apurar e que será um valor que não ultrapassará nunca os 100.000,00 euros. Têm já um compromisso assumido de 125.000,00 euros para a Misericórdia de Santar que têm que o espelhar também como deliberação que houve na Câmara e não se recorda de mais nenhum compromisso, sem prejuízo de vir a apurar mais compromissos. Em relação às viaturas que foram compradas não há compromissos. A retroescavadora nova foi comprada a pronto. Não foi leasing. O trator e a capinadeira também foram pagos. Aliás, isso tem vindo expresso nos mapas de execução orçamental. Não há leasings. Não há ald,s. Não há nada disso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou porque num mapa as receitas eram inferiores às despesas em cerca de um milhão de euros. Como é que o Senhor Presidente explicava isso. O Senhor Presidente fugia às suas perguntas como as enguias. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, então, ia acabar de dar a explicação. Valores nos anos futuros era isso. Não condicionou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques na sua exposição, que o deixasse acabar e que o Senhor Vereador já teve oportunidade de fazer as suas questões. Relativamente à empresa de aglomerados de madeira, tem havido contactos com diversas empresas. Não podia precisar agora aquela questão precisa de aglomerados de madeira. Sabia que tem tido uns contactos relativamente a intenções de investimento no Concelho. Na próxima segunda-feira, ao meio-dia, tem uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas relativamente a um desses projetos de investimento e não se concretizando, ou não vindo a ter apoio, não pode dizer mais que isto no sentido de preservar a confiança que tem que haver entre os empresários, que são muito sensíveis a estas questões. Naturalmente, esse empresário terá outros interesses noutros Concelhos e outras propostas, e ele, Senhor Presidente, relativamente a vários espaços do Concelho, com vista ao desenvolvimento de atividade empresarial, tem essa reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas na próxima segunda-feira ao meio-dia. Em relação à questão da reciclagem das fraldas, o Executivo sabe tanto como o Senhor Vereador Artur Jorge porque também viu na listagem do mapa uma empresa de Nelas que teria sido contemplada, no âmbito do COMPET, com dois milhões de euros, ou à volta disso, para um investimento. O Executivo sabe que é um Senhor, porque já foi ver através do apoio da Associação Empresarial de Viseu que também lhe dá essas informações, que é um Senhor ali do Folhadal, o Senhor Nuno, do Folhadal. O Executivo pediu indicações à CCDR relativamente ao que é o projeto, a memória descritiva e não lhe facultaram até hoje qualquer informação. Não sabe como é que aprovam dois milhões de euros assim com tão escassa informação. São projetos de investimento. Podia dizer também que nunca a Câmara de Nelas foi contactada por este empresário para qualquer tipo de utilização de mecanismos de apoio ao investimento no Concelho. É o que o Executivo sabe. Relativamente à questão da Endesa já houve a consignação daquele projeto que foi ali aprovado da requalificação das fossas. O prazo são três meses para as requalificar. Dava a informação também à Câmara que, no âmbito de uma reunião que teve no PO SEUR, num



Reunião de 25/01/2017

Aviso que em meados de fevereiro vai abrir para o Município de Nelas, portanto, fechado ao Município de Nelas, de um investimento de 1.750.000,00 euros, sendo 1.500.000,00 euros de apoio FEDER. O Executivo conseguiu incluir lá e há a possibilidade, fossas que se venha a detetar que não correspondem ao tratamento necessário para os valores limites de emissão, o Executivo pode fazer, o prazo vai estar aberto durante 6 meses, e poderá incluir ETAR,s compactas para remediar essas situações das fossas nesse Aviso PO SEUR que vai abrir agora em fevereiro. Os projetos estão a ser todos concluídos. Relativamente aos empreiteiros perguntou ao Senhor Vereador Artur Ferreira qual era a sua questão. -----  
 ---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que a sua questão era se estava prevista alguma reunião este mês para acordo em termos de Tribunal. -----  
 ---- O Senhor Presidente afirmou que este mês não. Estava prevista uma audiência preliminar para fevereiro. É a indicação que tem. Crê ter respondido a todas as questões que lhe foram colocadas. A Ordem de Trabalhos é muito extensa. Se os Senhores Vereadores não se importavam passavam então à referida Ordem de Trabalhos. -----

## ORDEM DO DIA

### 1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

#### **(19/2017/01/25)1.1.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016**

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma questão relativamente à ata. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária pública, realizada em 30 de novembro de 2016. -----

#### **(20/2017/01/25)1.2.APROVAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2016**

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma questão relativamente à ata. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2016. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que tinha uma sugestão que lhe permitisse. Ali fala na aprovação da ata da reunião ordinária anterior. Como ela não é a anterior acha que se devia alterar este texto. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, em vez de ser: da ata da reunião anterior, passa a ser: de ata da reunião anterior. Quando não for da ata da reunião imediatamente anterior é: de ata de reunião anterior. -----

#### **1.3.PAGAMENTO DE HONORÁRIOS AOS AVOGADOS DE DEFESA DA SENHORA EX-PRESIDENTE DA CÂMARA, DR.ª ISaura LEONOR MARQUES FIGUEIREDO SILVA PEDRO, DO SENHOR VEREADOR DR. MANUEL DA CONCEIÇÃO MARQUES E DO EX-SENHOR VEREADOR DR. OSVALDO LUÍS DOS SANTOS COELHO SEIXAS – CONHECIMENTO**

---- O Senhor Presidente afirmou que era a informação de pagamento de honorários das defesas da Senhora Ex-Presidente da Câmara. -----



Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que quem devia pagar isto era o Senhor Presidente da Câmara, que foi el que criou esta tramoia toda. Não foi a filha do Senhor Arlindo, foi o Senhor Presidente mais o Senhor Cavaca, que disse ali naquele Órgão que quem devia pagar era ele, Vereador Dr. Manuel Marques. Nem recorreram depois da decisão de três Juízes do Tribunal de Nelas. O Senhor Presidente é que devia pagar aquilo.

---- O Senhor Presidente afirmou que estava dado o conhecimento e perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma questão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que se o Senhor Presidente lhe permitisse, já tinha feito esta pergunta nas Ordens de Pagamento, nos pagamentos da última reunião, o Senhor Presidente tinha-lhe confirmado que estes valores eram, efetivamente, para isso. Ele só queria constatar que o Advogado do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, dado o volume de papel, é, efetivamente o mais eficiente de todos. Por meia dúzia de folhas paga-se 26.000,00 euros. Ganha bem à folha. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o seu Advogado era socialista. Foi o que deu a brincadeira do Senhor Presidente da Câmara. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do pagamento de honorários aos advogados de defesa da Senhora Ex-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Isaura Leonor Marques Figueiredo Silva Pedro, do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques e do Ex-Senhor Vereador Dr. Osvaldo Luís dos Santos Coelho Seixas. -----

## 2 – OBRAS PÚBLICAS

### **(21/2017/01/25)2.1.AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES DE ARMAZÉM E ESCRITÓRIOS, SITOS AO CHÃO DO PISCO (ARTIGO MATRICIAL 3924 E REGISTRAL 3263 NELAS) À MASSA INSOLVENTE DE NELCIVIL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE NELAS, LD.<sup>ª</sup> PARA CENTRO TECNOLÓGICO, DE FORMAÇÃO E INCUBADORA: DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO**

---- Presente a minuta do contrato-promessa de compra e venda, a realizar entre a Massa Insolvente da Nelcivil – Construções Civis de Nelas, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Nelas, tendo em vista a aquisição de instalações de armazém e escritórios, sitos ao Chão do Pisco (artigo matricial 3924 e registral 3263 Nelas) à Massa Insolvente de Nelcivil – Construções Civis de Nelas, Ld.<sup>ª</sup> para Centro Tecnológico, de Formação e Incubadora, bem como outra documentação diversa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, além dos documentos que foram enviados a todos os Senhores Vereadores, portanto, foram enviadas cópias das trocas de correspondência que houve no verão em que isto estava em leilão por 701.000,00 euros, quais são as áreas. Aquilo que o Executivo, entretanto, pediu, tem vindo a constituir parcerias com Instituições da Administração Pública como o Instituto de Emprego do Centro, que assinaram, no ano passado, um protocolo, com o IPV – Instituto Politécnico de Viseu, o Executivo tem construído esse projeto. E mesmo na questão das Áreas de Acolhimento Empresarial, na altura, falaram também sobre isso, podia dar também conhecimento à Câmara que, relativamente às Áreas de Acolhimento Empresarial, ainda ontem falou com a Senhora Professora Isabel Damasceno que lhe diz que até ao final do mês a CCDR fará a apreciação técnica de todos os projetos que foram apresentados e que durante o mês de fevereiro haverá



Reunião de 25/01/2017

uma definição e que a Câmara de Nelas está bem posicionada relativamente a um financiamento nas Áreas de Acolhimento Empresarial e que já estava previsto também um Pólo Tecnológico e de Formação Profissional, formação essa que os empresários fizeram chegar a todos os Senhores Vereadores da necessidade de profissões técnicas aos mais diversos níveis, da eletricidade à mecânica, à carpintaria, à marcenaria, tudo isso. A única novidade relativamente a todos os elementos que ele, Senhor Presidente, enviou para todos os Senhores Vereadores, é a avaliação que fez distribuir e ali, internamente, o Senhor Eng.º João Luís considera que este valor de 250.000,00 euros como perfeitamente aceitável, não ultrapassando isso e encontrando-se muito abaixo do valor venal do mercado. Entretanto, o Executivo enviou, também para atestar o interesse do desenvolvimento deste projeto, fez uma reunião com o Instituto Politécnico de Viseu, com o Senhor Vice-Reitor, que lhe está a preparar um dossier para apresentação deste projeto para cooperação técnica com o Estado, com uma Secretaria de Estado, que está à espera do desenvolvimento também dos órgãos próprios do Município de Nelas relativamente a esta questão. Portanto, há boas possibilidades, no âmbito da cooperação técnica com o Estado, de ser apoiado em Nelas, atento o seu historial, a sua tradição industrial, um Pólo Tecnológico e de Formação Profissional, que o IPV quer abraçar com a força toda porque tem os alunos que depois acabam o curso e com pós-graduação, ou com o Mestrado, podem fazer estágios nas empresas de Nelas e porque o Executivo tem, desde o início do mandato, excelentes relações com a Associação Empresarial da Região de Viseu, com o Instituto de Emprego, com o IPV, que é a Academia aqui da nossa Região e, portanto, também essa declaração passada por eles e, como não podia deixar de ser, o Executivo contactou, numa carta que está no dossier que foi distribuído aos Senhores Vereadores, todos os empresários de Nelas, no dia 23, portanto, na segunda-feira, e até hoje, de manhã, o Executivo recebeu a declaração que consta e cuja minuta o Executivo mandou também para agilizar o processo. Além dessas que já foram distribuídas aos Senhores Vereadores tinha ali mais a da empresa João Guerra & Filhos, uma empresa constituída em 2006 e que emprega três trabalhadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu desculpa por interromper o Senhor Presidente e perguntou-lhe se nessa declaração perguntava às empresas se queriam comprar a Nelcivil, ou era só se queriam. É que se lhe perguntarem a ele, ou a qualquer um dos demais que estava ali se queriam cá o Centro Tecnológico, todos querem. Perguntou ao Senhor Presidente se nas cartas estava a perguntar se e era para comprar a Nelcivil. Que o Senhor Presidente fosse verdadeiro. Todos querem o Centro Tecnológico. Que viesse já amanhã, um Centro, uma Universidade, um aeroporto. Isso é uma treta para o Senhor Presidente, à sua bela maneira, coagir mais uma vez os Senhores Vereadores. Só que a ele não o coage, nem aceita negociatas à bela maneira do Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar acabar a sua exposição. Afirmou que o que foi distribuído aos Senhores Vereadores foi isso e há mais essas declarações. Há mais uma declaração da empresa Mota Engil que também tem ali e a questão que foi colocada às empresas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que aquilo que o Senhor Presidente estava a dizer caía por base. O que estava ali em discussão era comprar a Nelcivil e não criarem o Centro de Formação. O Senhor Presidente estava ali a tentar lavar uma coisa que está suja e que não tem lavagem nenhuma. O Senhor Presidente perguntou às empresas se



Reunião de 25/01/2017

devíamos comprar a Nelcivil? Sim, ou não? O Centro de Formação todos os Senhores Vereadores o querem, toda a Câmara e toda a gente quer, certamente, o Centro de Formação, toda a gente quer uma Universidade. Agora, o Senhor Presidente perguntou às empresas se queriam comprar a Nelcivil? O Senhor Presidente mentiu às populações e mentiu aos empresários. É uma coisa que está suja desde o início. Que seja sincero, coerente e verdadeiro. É isso que se exige a um Presidente da Câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já ia dar a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Afirmou que o que foi enviado aos empresários foi um ofício, que os Senhores Vereadores tinham nos seus dossiers, encabelado por Centro Tecnológico e de Formação Profissional a caminho do Concelho de Nelas e para que isso aconteça a Câmara de Nelas discute na próxima quarta-feira, 25 de janeiro, a aquisição das antigas instalações da Nelcivil. O Senhor Presidente da Câmara de Nelas já o havia anunciado em reunião de Câmara no verão passado com vista a instalar no Concelho de Nelas um Centro Tecnológico e de Formação Profissional que sirva e reforce a capacidade do passado industrial aqui instalada há décadas, bem como o da Região no triangulo Nelas – Mangualde – Tondela, Concelhos maiores exportadores do Distrito de Viseu, tendo o de Nelas crescido 48% nos últimos três anos, o Presidente da Câmara fez no leilão que decorreu para venda da massa insolvente da empresa Nelcivil – Construções Civis de Nelas, Ld.<sup>a</sup>, uma proposta de compra das suas instalações, sitas na Zona Industrial do Chão do Pisco, entre Nelas e Canas de Senhorim, reconstruídas e ampliadas há menos de 10 anos, com um terreno de 9.372 m<sup>2</sup>, um edifício de escritórios e com um valor patrimonial de 277.000,0 euros e ía à praça por 701.000,00 euros. O preço oferecido pelo Senhor Presidente da Câmara foi 250.000,00 euros, cerca de 125,00 euros/m<sup>2</sup> de construção no mercado e legalmente está, para vários efeitos, fixado um valor superior a 400,00 euros/m<sup>2</sup> de construção, preço esse a pagar em 3 anos, sendo de imediato feito um sinal de 50.000,00 euros e a comissão de venda de 15.375,00 euros e 100.000,00 euros em 2018 e 100.000,00 euros em 2019. Depois, é referenciada também a intensa prática de cursos teóricos e práticos, realizados e em andamento, como o Turismo, Qualidade, Competências Práticas, Inglês, Espanhol, Jardinagem, e outros que se pretendem implementar e muito solicitados pelas empresas como por exemplo nas áreas da eletricidade, carpintaria, marcenaria, mecânica, etc., promovidos pelo Município e que celebrou já alguns protocolos para o efeito com a AIRV, com o Instituto Politécnico de Viseu, com o IPV, o que tem fazendo em vários encontros de empreendedorismo, e foi encomendado, recentemente, ao IPV um estudo para pôr em marcha um Pólo Tecnológico e de Formação Profissional da responsabilidade da Câmara Municipal, mas com parcerias várias na Academia, nas instituições empresariais, regionais e nacionais e nos empresários, e poder financiar tal projeto, ou na cooperação técnica do Estado, tendo já contactado um Senhor Secretário de Estado que se mostrou disponível para analisar o projeto e apoiar, deslocando-se a Nelas brevemente caso a aquisição seja confirmada. Caso a aquisição venha a ser confirmada pela Câmara, o preço a pagar reverterá, na totalidade, para pagamento dos créditos de dezenas de ex-trabalhadores da empresa conforme já decisão tomada na sentença de graduação de créditos por terem privilégio imobiliário especial fornecido pelo Código do Trabalho. Enviou-se, na sequência disso, um pedido aos Senhores Empresários que manifestassem, naturalmente com estas condicionantes, sendo um Centro Tecnológico e de Formação, da Câmara, para os empresários, enviou-se uma declaração. A pedido do Senhor Vereador Dr.



Reunião de 25/01/2017

Manuel Marques, o Senhor Presidente, de seguida, leu o ofício que enviou para os empresários: Na sequência do projeto em curso, amplamente divulgado na Comunicação Social, a discutir na próxima reunião de Câmara de 25 de janeiro, nos termos da informação seguinte ilustra, portanto, aquilo que tinha acabado de ler aos Senhores Vereadores, encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara de lhe enviar uma proposta de declaração de parceria da vossa empresa/grupo empresarial, que atesta a vossa concordância e participação neste projeto estratégico e de referência regional para o tecido económico e industrial do Concelho de Nelas. Em face da urgência da discussão da temática e de mais desenvolvimentos que se constroem, nomeadamente com a Secretaria de Estado da Administração Local, solicitamos, se assim for o caso, a devolução da declaração assinada e carimbada, via e-mail, até ao fim do dia de amanhã, 24 de janeiro de 2017. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para dizer onde é que na declaração constava que era para a compra da Nelcivil. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a declaração era: Entidade Beneficiária do Centro Tecnológico e de Formação Profissional de Nelas, Projeto em construção. Ex.m.º Senhor Presidente, no caso ali, a Officelan, Ld.ª, empresa que se dedica à produção da atividade da área de telecomunicações, projetos e concessão de equipamentos, desenvolve a sua atividade desde 2006, e conta já com um volume de emprego de 11 trabalhadores. Considero que foi com manifesta satisfação que tomámos conhecimento que a Câmara Municipal, dando resposta às necessidades diárias das empresas em matéria de qualificações profissionais, atualização e reciclagem de conhecimentos, especialização de competências, ou de ajustes orgânicos que acompanham as exigências de inovação e competitividade pretende reativar uma infraestrutura industrial desativada com um novo serviço, um Centro Tecnológico e de Formação Profissional. A dinâmica empresarial industrial do Concelho de Nelas justifica, plenamente este serviço. A nossa empresa manifesta total disponibilidade para participar neste projeto com a Câmara Municipal e todas as Entidades com as quais esteja, ou venha a estar protocolado o funcionamento desta nova Entidade de Formação Profissional. Nesta medida gostaríamos que fosse considerada esta nossa pretensão, podendo a mesma vir a ser objeto de protocolo para confirmação do nosso interesse e participação no Plano de Formação a construir no curto prazo. Esta foi a declaração que foi enviada junto com toda a documentação que ele, Senhor Presidente, leu aos Senhores Vereadores. Responderam a esta declaração, além das empresas que já tinha falado, João Guerra & Filhos, Ld.ª, constituída em 2016, com um volume de emprego de três trabalhadores e a Transportes Garcia & Valentim, constituída em 2017 e com um volume de 20 trabalhadores, responderam a Enernel, Projetos Elétricos, atualmente com 27 trabalhadores, a Movecho, constituída em 1989, com 175 trabalhadores, a Ensaio Perícia, Comércio e Reparação de Semirreboques, constituída em 2014, com 10 trabalhadores, a LusoFinsa, Produção de Aglomerados de Madeira, constituída em 1986, com 238 trabalhadores, a Borgstena Têxtil Portugal, Produção de Têxteis para a Indústria Automóvel, constituída em 1990, com 550 trabalhadores, a TrafCargo, Transporte de Mercadorias, constituída em 2001, com 6 trabalhadores, a Officelan, Área de Comunicações, constituída em 2006, com 11 trabalhadores, a Grafinelas, Design, Comunicação e Artes Gráficas, constituída em 1993, com 8 trabalhadores, a Sociedade Agrícola Fonte do Ouro, que é de produção de coelhos, constituída em 2013, com 2 trabalhadores, a Plásticos Dão, Produção de Embalagens de Papel e Plástico, constituída em 2012, com 5 trabalhadores, a





Reunião de 25/01/2017

Aquinos Grupo, com produção de indústria de sofás, constituída em 2014, em Nelas, com 470 trabalhadores, Tinturarias Têxteis, Ld.<sup>a</sup>, TTL, Ld.<sup>a</sup>, Lavagem e Tingimento de Roupas Nova e Usada, constituída em 1948, com 6 trabalhadores, a AutoVisNelas, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup> – Reparação de Automóveis, constituída em 2014, com 4 trabalhadores, a Covercar, Automóveis, Ld.<sup>a</sup>, Produção de Têxteis e Fabricação de Componentes da Indústria Automóvel, constituída em 2006, com 50 trabalhadores, a Purivem Industrial Solutions – Produção e Comercialização de Painéis e Portas Exotérmicas, constituída em 1981, constituída por 130 trabalhadores, a Maralgopi, de Eletricidade, Manutenção e Equipamentos de Instalações Industriais, constituída em 2008, com 4 trabalhadores, a Bioramos, Resíduos Agro Florestais, constituída em 2005, com 3 trabalhadores e a Engiforbis, Serviços de Construção Civil, constituída em 2009, com 7 trabalhadores, num total, destas declarações, de 1.706 trabalhadores, mais o Guerra & Filhos, Transportes Alcides Valentim, 1.709 trabalhadores. Com este complemento, termina e passa a palavra aos Senhores Vereadores, dizendo que, no âmbito da passagem desta declaração os Senhores Empresários sabiam bem a que é que se referia porque foram enviadas cópias dos e-mails trocados com a Imobiliária que estava a vender as instalações da Nelcivil, foram enviadas essas declarações, foi enviado o corpo da notícia. Portanto, os empresários sabem todos que existe o propósito que vai ser discutido hoje em reunião de Câmara a possibilidade de comprar as instalações da empresa Nelcivil que corresponde a um desafio do Município de Nelas que dá corpo àquilo que é a sua centenária tradição industrial e corresponde àquilo que nós sempre ouvimos como necessidades dos empresários em termos de formação de quadros técnicos para as empresas. Ele, Senhor Presidente, sabia que houve um projeto, que isto é não só uma intenção no geral por parte desta Câmara Municipal, deste Executivo, mas era também por parte da Câmara do PSD/CDS-PP, que em 2009, 2010, havia fundos estruturais comunitários, no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões, para constituir uma incubadora de empresas em Nelas, uma incubadora de produtos endógenos em Nelas. A Câmara fez o projeto. Custou mais de 30.000,00 euros. Neste mandato ainda foram pagos sete mil e tal euros por esse projeto ao Senhor Eng.º Frederico. Era um projeto inter-regional que corria na CIM Viseu Dão Lafões e havia a possibilidade de haver essa incubadora de produtos endógenos em Mangualde, em Viseu, em Tondela e em São Pedro do Sul. Todas estas foram constituídas. A de Nelas estava projetada para as instalações da EDP, que a Câmara permutou com as instalações na Zona Industrial e a Câmara de Nelas desistiu da sua candidatura de constituir em Nelas um Centro Tecnológico, ou uma incubadora de produtos endógenos nas instalações da EDP. Era um projeto que era também de acarinhar e acha que justifica e por ali se fica, que a nossa tradição industrial, aquilo que os empresários pedem ao Executivo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que todos queriam um Centro em Nelas, não querem é comprar a Nelcivil. Venha o aeroporto. Não querem é comprar uma negociata que o Senhor Presidente quer fazer e ele não aceita negociatas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a proposta que está em cima da mesa, que ele enviou aos Senhores Vereadores e que enviou também aos empresários e que já tinha dado conta ali na Câmara, foi que ele, no verão, a proposta que fez foi: Relativamente ao assunto em referência, que era o leilão de venda das antigas instalações da Nelcivil, é um documento que foi enviado aos Senhores Vereadores, que deu entrada na Câmara em 29 de junho de 2016, a sua única iniciativa relativamente a esta aquisição foi a que consta desse e-mail que é:



### Reunião de 25/01/2017

Relativamente ao assunto que era o leilão da venda das antigas instalações da Nelcivil e na sequência dos nossos contactos anteriores, venho, pela presente, manifestar o interesse da Câmara Municipal na aquisição das instalações acima referenciadas com as características constantes do anúncio do leilão, constituído por imóveis e terreno envolvente, sendo que o mesmo se destinaria a infraestrutura pública municipal de Centro Tecnológico e de Formação Profissional, na sequência, até, de uma candidatura do Município no Aviso PT 2020 na área de acolhimento empresarial, tendo a proposta do leilão agendado para o dia 29/06/2016, o que está expressamente permitido, as seguintes condições. E as condições que ele, Senhor Presidente, propôs, foram: 1.º - Valor – 250.000,00 euros; 2.º - Pagamento a efetuar em três parciais iguais durante o ano de 2016, 2017 e 2018. Isto atrasou-se e no contrato promessa que vem atualmente é proposta só do sinal este ano e da comissão e o resto em 2018 e 2019. 3.º - Transição dos bens imóveis no prazo de 30 dias após a adjudicação. O que significa que mesmo não pagando tudo eles transmitem para a Câmara Municipal, para a Câmara Municipal poder começar a utilizar as instalações, o edifício, os terrenos e os bens imóveis em causa. 4.º - A aquisição será feita livre de quaisquer ónus, ou encargos. 5.º - A aquisição está sujeita nos termos legais aplicáveis à prévia deliberação em reunião de Câmara em Ordem de Trabalhos onde conste tal assunto e todas as condições expressamente referenciadas. Manifestação de interesse que comunicou já na reunião extraordinária do dia 23 de junho. Esta proposta não prejudica a continuação das negociações, mas a proposta foi aceite, foi feita nestes termos, e disse que ia agendar o ponto para reunião de Câmara para discussão. Está no ponto da reunião de Câmara para discussão com este objetivo da aquisição das instalações da Nelcivil. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que aquilo era uma vergonha a forma como se está ali a tratar esta questão quando o Senhor Presidente, para coagir os Senhores Vereadores, vem dizer que é para fazer um Centro Tecnológico e quer misturar isto com a aquisição da Nelcivil. O Senhor Presidente, no dia 28 de maio de 2016, dá uma grande entrevista e diz isto: A Autarquia. Isto, de facto, é extremamente vergonhoso porque o Senhor Presidente quer continuar a misturar a instalação, ou a criação de um Centro de Formação e uma compra nebulosa das instalações da Nelcivil. Nenhum Cidadão deste Concelho, por mais burro que seja, por mais analfabeto, por mais apolítico que seja, não quer, a bem do seu Concelho, a criação de um Centro de Formação Profissional, venha um para Senhorim, para Canas de Senhorim, para a Lapa do Lobo, venha um, mas o Senhor Presidente, à sua maneira eleitoralista, como os vem habituando, põe ali a sua fotografia: A Autarquia projeta 10 milhões de euros de investimento na Área Industrial 1, em empregos que podem ser criados. Depois, diz: A Câmara propõe-se expandir, diz o Senhor Presidente: Borges da Silva propõe ainda negociar as áreas dos Fornos Elétricos, em Canas de Senhorim, para uma nova área de acolhimento empresarial, preservando também este a história daquele local emblemático da industrialização do Concelho. Não fala ali em querer comprar a Nelcivil. Mas, espante-se: A falta de mão-de-obra qualificada, nomeadamente, e não podemos esquecer que cerca de 9.000 habitantes do Concelho são uma cambada de burros, diz o Senhor Presidente da Câmara, em termos de habilitações, ficam pelo Segundo Ciclo, o que justifica um Centro de Formação Técnica para servir as Unidades Empresariais, vamos também apostar nisto com um protocolo que já celebrámos com o Instituto Politécnico de Viseu. No horizonte está também a criação de uma incubadora de empresas. O Senhor



Reunião de 25/01/2017

Presidente da Câmara juntou ao concurso da CCDR nos tais pseudo 10 milhões de euros, que hoje já verificaram que não, ali uma construção, lá em cima, do Centro de Formação e que eles, certamente, aprovaram com todo o gosto e com todo o respeito. O que é que faz o Senhor Presidente da Câmara? O Senhor Presidente da Câmara, agora, arranjou uma forma habilidosa de coagir os Senhores Vereadores. Pede declarações aos industriais e junta aos Vereadores os compromissos do IPV de Viseu. Pois bem, diz o protocolo de cooperação com o IEFP: O Concelho de Nelas é titular de uma das instalações naquela Vila, suscetível de se adaptarem ao fim em vista de organização e execução das ações profissionais, pois na clausula 1 e 2, diz: Ora, a formação com a comparticipação não é interrompida porquanto, diz ele, Vereador Dr. Manuel Marques, no protocolo está previsto e foi o Senhor Presidente da Câmara que assinou com Viseu diz: Está previsto ela funcionar, a tal formação que o Senhor Presidente quer fazer, está no protocolo do IPV, está na sala do Cineteatro, ou na sala orgânica integrada do Edifício Multiusos, bem como nas instalações das Oficinas Municipais. Isto é o que o Senhor Presidente da Câmara outorga com o IPV. E não outorga com o IPV que era para comprar as instalações da Nelcivil. Daqui se depreende e qualquer pessoa concluirá que isto era para funcionar nas instalações novas, como bem prometeu nesta propaganda que o Senhor Presidente fez. Aliás, estava salvaguardada, enquanto não fosse salvaguardada a construção, ou enquanto a construção não tivesse eficácia para o efeito, estavam as salas do Cineteatro, do Multiusos e das Oficinas. E para não ter dúvidas, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, vai mostrar ao Senhor Presidente da Câmara, ou o Senhor Presidente da Câmara fazia-lhe o favor de mostrar o protocolo do IPV às pessoas. Está ali tudo. Mas vão a outro meio de coação. O Senhor Presidente da Câmara depois ainda vem com outro meio de coação: Seus marotos, eu tenho aqui isto assinado para funcionar a formação e se não comprar a Nelcivil isto aborta. Indo ao IPV: Pré-qualificação das operações. O IPV assinou e outorgou um contrato, um protocolo com a Câmara e diz claramente isto: Pré-qualificação das operações ao acolhimento empresarial, candidatura ao Aviso do concurso, Aviso Centro 53-2016, a apresentar à CCDR. Quando o IPV faz isto e assume este compromisso com a Câmara Municipal foi para fazer a tal candidatura o Senhor Presidente andou para aí a bombardear os Cidadãos com mentiras a dizer que eram os 10 milhões de euros. Foi para isso que o IPV outorgou o contrato e ele, Vereador Dr. Manuel Marques, esteve a ler o contrato do IPV, esteve a ler o contrato do IEFP e em lado nenhum está demonstrado que era para comprar a Nelcivil. O Senhor Presidente lembrou-se agora de ir comprar a Nelcivil. Está no fim do mandato e deve haver ali alguma coisa por trás que lhe está a escapar e tem que comprar. Vou coagir aqueles gaijos. Aquele Bin Laden, de Vila Ruiva, tem de ser coagido para o calar. Não. Não o coage. Não tem condições de o coagir porque, de facto, aquilo que o Senhor Presidente da Câmara assinou com o IPV e com o IEFP foi para um Pólo na Zona Industrial 1 e não para comprar a Nelcivil, porque nada lhe garante que o Senhor Presidente da Câmara, aliás, a Senhora Leiloeira ontem disse-lhe: Calma que o Senhor Presidente da Câmara depois não pode vender. Ai não pode? Pois não, mas pode coagir, dizia ele à Senhora Catarina, ou Cristina, porque o Senhor Presidente da Câmara hoje vem os coagir para comprar dizendo que é para montar um Centro de Formação, uma mentira, porque o Centro de Formação era para ser e espera que seja na Zona Industrial 1. É isso que os industriais querem ao contrário daquilo que o Senhor Presidente tentou ali desmistificar e todos querem um Centro de Formação. Quem é o animal que não quer um Centro de



Reunião de 25/01/2017

Formação no seu Concelho? Uma mais-valia no seu Concelho, quem é que não quer? Agora, não podem é trocar aquilo que os Senhores Industriais disseram e que era que, de facto, vamos comprar a Nelcivil. Portanto, que o Senhor Presidente arranjasse forma, como ali tem e bem, vai buscar 10 milhões de euros. No projeto vê-se perfeitamente o tal Pólo que o Senhor Presidente queria construir na Zona Industrial 1 e espera que o construa e que contasse com ele, Vereador Dr. Manuel Marques, para o construir no que for possível, porque, de facto, o Senhor Presidente quer é mentir, quer é fazer aquela negociata, quer comprar aquilo. Nada lhe garante que se hoje comprassem este imóvel amanhã o Senhor Presidente da Câmara o quisesse ceder a quem quer que seja, a uns amigos seus, ou a quem lhe apetecesse, aliás como cedeu aquele pavilhão, que foi comprado pelo anterior Executivo à Caixa de Crédito Agrícola e que também vendeu a 50 cêntimos o m<sup>2</sup>. Não é isso que os Senhores Vereadores querem. Não é isso que se pretende. Nada lhe garantia a ele, Vereador Dr. Manuel Marques, que o Senhor Presidente, daqui a um, ou dois meses, quando o seu mandato estivesse a dar de frosques, não viesse dizer à Câmara: Olhem, agora quero vender isto a A, ou a B, senão o A, ou o B fecha a empresa e vai-se embora e deslocaliza-se. É isso que ele, Vereador Dr. Manuel Marques, não quer que o Senhor Presidente venha dizer. À cautela, terá que votar contra este assunto. Das entidades beneficiárias a quem o Senhor Presidente pediu a declaração não vê ali uma construção do tempo do Senhor Presidente. Não vê uma que diga assim: Esta casa, este edifício, esta Unidade Industrial foi construída no tempo do Senhor Dr. Borges da Silva. Não vê uma. Que o Senhor Presidente lhe dissesse uma tivesse sido construída no seu mandato com os terrenos que tanto apregoa que comprou. Há uma que se instalou em 2014, que é a Ensaio Perícia nas instalações que já existiam ainda no tempo do Senhor Dr. José Correia. Depois tinha ali outra, os Aquinos, nas instalações do saudoso Senhor António Monteiro. Que o Senhor Presidente dissesse, com os terrenos que andou a propagandear que comprou, uma obra que fosse construída no seu mandato, zero, zero. A indústria deste Concelho desenvolveu-se á custa dos industriais que já cá estavam muito antes do mandato do Senhor Presidente. Esses é que merecem todo o mérito, todo o respeito, toda a consideração. Lamenta é que o Senhor Presidente os use para fazer a sua propaganda política. É de todo lamentável que um Presidente da Câmara sem queira servir dos industriais que tanta riqueza dão a este país, tanta riqueza dão a este Concelho, para se pôr em bicos de pés para conseguir promover-se porque o Senhor Presidente está na hora da amargura. Para que não haja dúvidas, ele, Vereador Dr. Manuel Marques, tem ali uma intervenção por escrito e uma declaração de voto:

--- *Aquisição de instalações de armazém e escritórios, sítos ao Chão do Pisco (artigo matricial 3924 e registral 3263 Nelas) à Massa Insolvente de Nelcivil – Construções Civis de Nelas, Ld.*” para Centro Tecnológico, de Formação e Incubadora: Discussão e Deliberação

--- *Intervenção/Declaração de Voto.* -----

---- *O Presidente da Câmara, à revelia do Órgão Câmara Municipal, comprou as antigas instalações da Nelcivil.* -----

---- *Naturalmente que compreendemos o seu saudosismo político e profissional ali exercido como Advogado avençado daquela empresa falida.* -----

---- *Compreendemos esse mesmo saudosismo! Mas não compreendemos ou aceitamos que seja levado a cabo com dinheiro do erário público.* -----

---- *Mais uma vez, como aconteceu com outras tantas, veio antecipadamente a terreiro com uma nota de imprensa anunciar a compra, querendo, de uma forma habilidosa, tentar coagir*



Reunião de 25/01/2017

os Vereadores para votarem favoravelmente este seu negócio. -----  
 ----- Depois, não lembraria a um cabo de esquadra, só a ele próprio, a afirmação que se transcreve: “o preço a pagar reverterá na totalidade para pagamento dos créditos de dezenas de ex-trabalhadores da empresa conforme decisão já tomada na sentença de graduação de créditos por terem privilégio imobiliário especial concedido pelo Código do Trabalho”. -----  
 ---- Quando num passado recente, “jogou” para o esquecimento aqueles trabalhadores que hoje, com o seu falso sentimentalismo, pretende usá-los para sua defesa ou seu proveito. ----  
 ---- Não podemos pactuar com este negócio, porquanto: -----  
 ---- a) O Presidente da Câmara, a pronto pagamento ou pagamento imediato, em pouco mais de três anos, esbanjou em festas, rallies, lonas, pendões, avenças e tendas mais de quatro milhões de euros. -----  
 ---- b) Não amortizou o contrato do PAEL, como sempre prometeu para baixar o IMI. Lamentavelmente, se ele se mantivesse no poder, liquidaria apenas e tão só, 38.000,00 euros por ano e teríamos um contrato PAEL por mais quinze anos. -----  
 ---- c) Para atribuir um subsídio para uma obra de interesse local e concelhio, “caiu o Carmo e a Trindade”, só o aceitando agendar depois de ameaça de abandono da reunião. ---  
 ---- d) O pagamento da compra da Nelcivil foi atirado para os anos de 2018 e 2019, com este tipo de procedimento o Município quase está endividado encapotadamente em mais de 2.000.000,00 euros no final de 2016 e depois de um efetivo apuramento das contas da Autarquia, em finais de 2017, a dívida estará nos valores de 2013, ou até mesmo mais elevada. -----  
 ---- e) Com esta forma encapotada de gestão, já poderia o Presidente da Câmara ter liquidado as faturas do mandato anterior, reforçando a economia local. -----  
 ---- Quanto à Câmara de Nelas pretender instalar um “Centro Tecnológico e de Formação Profissional.” -----  
 ---- Não somos contra! Repito: Não somos contra. Como também o não fomos no passado! Pois que, no mandato anterior, nós próprios solicitámos aos Serviços Técnicos da nossa Câmara a elaboração de um projeto desta natureza, que foi efetuado, para as antigas instalações da EDP em Nelas, onde também se agregava uma incubadora de empresas. -----  
 ---- Na sua onda de destruição e completo desprezo pelo passado, o atual Presidente da Câmara deixou cair este projeto e, à revelia dos Vereadores compra a Nelcivil, dizendo que é para essa finalidade. -----  
 ---- Dúvidas, muitas dúvidas que as instalações sejam para esse fim! -----  
 ---- Dúvidas, considerando que as instalações estão há uns anos à venda e só agora, de uma forma apressada, o Presidente da Câmara vem anunciar publicamente a sua compra, evidenciando que o seu poder está a terminar! -----  
 ---- Poderá é acontecer que ao final do seu mandato as queira vender a um privado a 0,50 euros o metro quadrado, com a contínua jogada de coação e à data diria estrategicamente “a oposição não me deixa que se instale ou amplie uma empresa, criando mais postos de trabalho.” -----  
 ---- Não aceito este seu negócio, para não usar um adjetivo mais forte, se, efetivamente, quer instalar no nosso Concelho um “Centro Tecnológico e de Formação Profissional”, conte com o meu incondicional apoio para o fazer nas antigas instalações da EDP, antes que elas



Reunião de 25/01/2017

*possam ruir ou V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> sonhe vendê-las a um privado.* -----  
 ---- *Conte também com o meu incondicional apoio para se renegociar o PAEL, facilitando a vida aos nossos Concidãos e Concidãs, com a baixa do IMI.* -----  
 ---- *Não poderá é pedir essa renegociação apresentando em simultâneo a contratação de um empréstimo de 1.500.000,00 euros.* -----  
 ---- *Por todo o exposto e por este negócio não revelar a transparência que se impõe na gestão dos dinheiros públicos, mesmo depois de coagido, repito, mesmo depois de coagido, pois não lembraria a ninguém mandar isto para os Senhores Industriais e não lhes perguntou, nem os Industriais responderam que era para comprar a Nelcivil, Senhor Presidente da Câmara, inevitavelmente em consciência, Senhor Presidente da Câmara, VOTO CONTRA este seu negócio.*” -----  
 ---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que gostaria de pôr esta questão da compra da Nelcivil em duas perspetivas diferentes e também gostaria de dizer que aquilo que está hoje agendado no ponto 2.1, da Ordem de Trabalhos é - Aquisição de instalações de armazém e escritórios, sítios ao Chão do Pisco (artigo matricial 3924 e registral 3263 Nelas) à Massa Insolvente de Nelcivil – Construções Civis de Nelas, Ld.<sup>as</sup> para Centro Tecnológico, de Formação e Incubadora. Portanto, eles, Membros da Câmara estão ali a decidir a compra de uma coisa com o argumento de que é para construir um Centro de Formação, incubadora de empresas. Gostaria de dizer, a este propósito, que acha curiosa a posição titubeante do Senhor Presidente de Câmara nesta questão que, realmente, numa primeira instância, aqui nesta Câmara, disse que iria fazer uma proposta de compra que poderia ser para expansão da Zona Industrial, ou para outra coisa qualquer, agora já é para construir um Centro Tecnológico. Mas a posição titubeante que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, refere e que acha que é evidente para toda a gente, tem a ver com uma outra questão. Os Membros da Câmara ali aprovaram-lhe uma candidatura de 10 milhões de euros a fundos comunitários, até com algumas reservas porque achavam que o valor era exagerado e se o Senhor Presidente bem se recorda, afiançou várias vezes que não, que era preciso era ter ambição, em que inclui uma expansão tremenda de área industrial, concretamente no Chão do Pisco, mas também na infraestruturização da Zona Industrial n.º 1, de Nelas, coisas umas mais precisas do que outras, mas onde estava incluído um Centro Tecnológico e de Formação, aliás, que como muito bem disse o Senhor Vereador, está expresso nos protocolos que foram assinados com o IEFP e também com o Instituto Politécnico de Viseu, está lá expresso que é na Zona Industrial 1, de Nelas. Portanto, isso foi aprovado por eles, Senhores Vereadores. Ele, pelo menos, não mudou de opinião e acha muito bem que isso seja feito, mas ele queria pôr essa questão do ponto de vista até da eficiência do investimento que agora é ali proposto. O Senhor Presidente diz-lhes que têm que comprar a Nelcivil por 250.000,00 euros, ou então o Centro Tecnológico e de Formação foge, não se sabe muito bem para onde. Então, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, queria perguntar uma coisa: Então se nós fazemos uma candidatura onde isso está incluído e onde lhes é garantido, das duas, uma, ou estamos a mentir antes, ou estamos a mentir agora, onde nos é garantido que há um financiamento de 85%, só fez ali umas contas de cabeça muito rápidas, ele, com 250.000,00 euros consegue construir uma infraestrutura que custa 1.700.000,00 euros, nova, de raiz, portanto, qual é a necessidade de gastar 250.000,00 euros se ele com 150.000,00 euros consegue construir uma coisa nova que custa um milhão



Reunião de 25/01/2017

de euros? Não sabe se será preciso tanto. Recorda que os Bombeiros de Canas de Senhorim fizeram a requalificação do quartel, curiosamente foi a Nelcivil que fez a obra e custou 500.000,00 euros. Mas vão admitir que é um investimento de um milhão de euros. Um Centro Tecnológico de Formação de um milhão de euros custaria à Câmara 150.000,00 euros. Portanto, porque é que hei-de estar a gastar 250.000,00 euros? Porque isto é só para comprar. Quanto é que custará requalificar a Nelcivil? Mais. O Senhor Presidente veio de uma forma que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, considera, vamos ser simpáticos, curiosa, dizer que se não for confirmado, ou se for confirmado, quase que dá a entender, ou, pelo menos, ele fez essa interpretação, que o Senhor Presidente falou com um Senhor Secretário de Estado, que não diz qual é, não sabe se será o do Ambiente, se será o da Indústria, se será o de outra coisa qualquer, da Administração Local, mas diz que há um Senhor Secretário de Estado, neste caso o da Administração Local, ele gostaria era que o Senhor Secretário de Estado depois tivesse acesso a esta informação, se calhar não tem. Há dinheiro se comprar a Nelcivil? Então e se, por exemplo, o Senhor Presidente fizer um protocolo, ou usar o protocolo que está feito com a EDM e usar algumas instalações que estão naquele espaço, que está requalificado, será que não vem dinheiro? Como é que o Governo se compromete ao abrigo da Cooperação Técnica do Estado, que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, calcula que seja um financiamento menor do que os 85%, de uma coisa que já está candidatada a fundos comunitários? Então, há duplo financiamento? Ou a Câmara depois desiste, antes de ser aprovado, vai desistir de um financiamento como fez, por exemplo, com a ETAR que estava aprovada de Nelas? Ele não percebe esta lógica. Até quer pôr o ênfase nessa questão. Também irá lá mas acha que isso é o menos importante. Acha que para a defesa do interesse público da Câmara é preciso perceber o que é que é melhor estratégia para construir um Centro Tecnológico que, repetia, ele e os outros Senhores Vereadores aprovaram por unanimidade ao abrigo de uma candidatura que foi feita por opção da Câmara para requalificar zonas industriais. Então deitamos isso agora fora porque a Nelcivil tem uma coisa à venda? Sinceramente, não percebe isso. Mais. Quanto é que custa a CUF em Canas de Senhorim? Se calhar custa menos. E já que o Senhor Presidente vem ali com valores por metro quadrado e que não sabia o quê, então vão falar de metros quadrados noutras áreas, se é para fazer um bom negócio fazem noutro lado. Recordava uma coisa ao Senhor Presidente: Quando foi da construção da ETAR de Canas de Senhorim compraram, salvo o erro, quatro hectares de terreno e foi na altura argumentado e bem que metade desses hectares foram justificados e a sua compra foi financiada em 85%. Portanto, como é que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, agora vai comprar algo sem financiamento, vai requalificar, vai gastar mais não sabe quanto, quando pode fazer de raiz com compra e com construção e pagar 15% do valor e que, seguramente, será menos que 250.000,00 euros. Isso é que o Senhor Presidente deveria ter dito aos empresários porque também lhe devia ter dito, porque isso também é outra forma de coagir, não os empresários mas os Vereadores, também lhes podia ter posto na minuta que os 250.000,00 euros podiam ser só 100.000,00 euros e que o diferencial onde é que se vão buscar as receitas? Por exemplo, à derrama que o Senhor Presidente cobra aos empresários, porque este dinheiro não cai, não chove. O Senhor Presidente também podia ter posto isso para os empresários assinarem. Porque é que o Senhor Presidente não pôs? Porque é que não lhe pôs as prespectivas todas na minuta? Agora, vão passar para a segunda fase e como diz ao Senhor Presidente, é a parte que o preocupa menos. Porquê a Nelcivil? Porquê? Porque não as instalações da EDP, como o



Reunião de 25/01/2017

Senhor Vereador Dr. Manuel Marques disse e que já são propriedade da Câmara? Porquê? Não servem? Curiosamente não há ali nada que justifique isso. Porque não outras instalações que sejam propriedade do Município, ou que já estejam protocoladas, ou que, eventualmente, possam vir a ser protocoladas? Porque não a CUF que também está à venda? Porque não a Casa do Frazão, que já está comprada? Há coisas com que a Câmara até tem que lidar, património, e que, se calhar, é uma boa oportunidade de recuperar. Nós não podemos vir anunciar regenerações urbanas de não sabia quantos hectares e depois a única coisa que se faz é ali no centro de Nelas e realmente até coisas que são menos necessárias, comparativamente com outras que são precisas fazer. Porquê a Nelcivil? E também se questiona: E porquê que é esta urgência toda? Gostava de perguntar ao Senhor Presidente, quantos anos é que trabalhou para a Nelcivil enquanto advogado? Quantos anos? Também gostava de perguntar se o Senhor Presidente é, ou não é credor da Nelcivil, de algum valor, portanto, se não ficou com dinheiro a haver daquela empresa? Gostava de lhe perguntar isso porque isso, efetivamente, como se costuma dizer, não basta parece honesto, tem que se ser honesto. Portanto, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, no lugar do Senhor Presidente, tendo essas fragilidades, porque são, ele nem sabe se o Senhor Presidente pode votar este assunto. E, havendo alternativas, porquê a Nelcivil? Porquê? Ele lembra-se ali, quando entrou para a Câmara, que havia aí um processo de um pavilhão que não tinha licenciamento e esteve em cima da mesa a reversão da propriedade para a Câmara Municipal por falta de licenciamento, lá em cima. Que visse ali um equipamento na Zona Industrial que a Câmara podia ter aproveitado para fazer um Centro Tecnológico e de Formação. Não serve. Ele voltava-lhe ali a frisar ali uma coisa: Venha o Centro de Formação. Há sítios melhores para o colocar. Já ali deu alguns exemplos. Já outras pessoas os deram e ele acha que era escusado esta coação e esta forma de enganar as pessoas e tentar passar o ónus porque o Senhor Presidente já tem obrigação de conhecer todos os Senhores Vereadores e este assunto, a ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, só lhe levanta suspeitas. Esta vontade de querer de não sabe o quê, de nunca, aliás, aquilo é completamente inaudito esta vontade tão grande de justificar, é de uma maneira, ou de outra e depois senão os empresários vão fugir para algum lado. Parece que andam a fugir para outros lados são outros investimentos, concretamente para Celorico da Beira e a tal empresa que há pouco tinha referido. São essas questões que deixava ao Senhor Presidente e frisa que isto é, além das outras questões mais nublosas, é um mau negócio para a Câmara Municipal porque tem um financiamento, que não está aprovado, mas a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno terá dito ao Senhor Presidente, na semana passada, que há boas perspectiva de ser aprovado, na última reunião de Câmara, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, deu os parabéns ao Senhor Presidente por isso, de que estaria um financiamento que poderia ir até aos 3 milhões de euros. A Câmara, com 150.000,00 euros, consegue construir um Centro de Formação de raiz, no valor de um milhão de euros. Portanto, não tem que gastar 250.000,00 euros, mais a requalificação daquele espaço. Acha muito bem que se mantenha o desidrato de tentar implementar esta construção, falta o espaço, a candidatura está em vias de ser analisada e haverá um feed-back. Também não há, propriamente, uma urgência de comprar este, ou outro edifício neste momento, para desenvolver isso, a não ser que já haja alguma coisa e os Membros da Câmara estejam ali, porque além de mais, nos papéis todos que o Senhor Presidente enviou, há algumas coisas curiosas, nomeadamente, devem ser alguns lapsos, ou então é ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, que já está a ver coisas onde não deve, também





Reunião de 25/01/2017

acontece. Mas o Senhor Presidente, nos e-mails que enviou aos Senhores Vereadores, é curioso referir que há ali uma data de 19 de janeiro que foi colocada pelo Senhor Presidente na minuta de contrato que devolve, porque a minuta quando vem e que é alterada, nomeadamente na questão da escritura que só será feita em 2019, também é outra questão que, provavelmente, é ultrapassável, mas como é que depois a Câmara, sem ser dona daquilo, vai candidatar aquilo a uma parceria com o aval do Estado, não sabe se é possível, provavelmente é, mas naquilo que veio a data veio em branco, depois o Senhor Presidente põe dia 19 de janeiro, se calhar estão ali a ratificar alguma coisa que já está feito. -----  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, em relação ao ponto que está agendado gostaria de fazer primeiro uma declaração prévia que não tem propriamente a ver com isto, mas tem a ver com a empresa que é objeto agora desta discussão. Conhecia bem a Nelcivil, os seus promotores, uma grande parte dos seus Colaboradores. Era uma empresa que lhe merecia todo o respeito e toda a admiração, que desenvolvia um trabalho de qualidade nas áreas onde intervinha e como tal sempre foi respeitada e acarinhada, inclusivé hou até um episódio ali na Câmara no mandato anterior que o levou a protestar contra uma opção que na altura foi tomada, que foi quando foi a construção do Centro Escolar, o Executivo anterior, numa primeira fase, não convidou empresas locais para apresentarem candidatura e depois, por imposição, ou por pressão, ou por sugestão dos Senhores Vereadores da Oposição e dele próprio foram incluídas e o convite foi alargado a empresas do Concelho e nessas empresas, de facto, destacava-se e destacou-se e surgiu uma proposta da Nelcivil que, infelizmente, e ele não estava ali a pôr em causa a transparência do processo, mas pode questioná-lo, infelizmente a obra não lhe foi adjudicada pensa que por uma diferença de 10.000,00 euros, ou 12.000,00 euros, valor muitíssimo inferior aos impostos que a Nelcivil pagaria no Concelho, portanto, se os critérios de adjudicação fossem justos e equilibrados justificava-se que a adjudicação tivesse sido feita à Nelcivil, o que, eventualmente, até poderia ter contribuído para uma melhoria da sua situação económica e financeira. Não estava a dizer que evitaria o processo de insolvência mas poderia, de alguma forma, até ter servido de alavancagem para o crescimento da empresa e a sua recuperação económica e financeira. De qualquer maneira, quer deixar a nota do grande apreço, da grande admiração e até da amizade que tinha e tem pelos promotores da empresa e por grande parte dos Colaboradores e a admiração pelo trabalho que desenvolveu, que, aliás, o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges já referiu ali um exemplo. Entrando agora no assunto agendado, este assunto merecia a sua repartição em três partes. Uma parte que já foi ali falada noutras ocasiões é a necessidade e a importância, até a oportunidade que se tem vindo a perder ao longo dos anos de Nelas ter uma infraestrutura de acolhimento empresarial, ou Centro de Formação, ou Centro Tecnológico, ou chame-se-lhe o que quiser, que é uma ideia já muito antiga, acarinhada por toda a gente, acarinhada por todas as empresas, para além daquelas que o Senhor Presidente da Câmara referiu neste inquérito vergonhoso que lhe andou a fazer, todas as outras empresas e todas as outras entidades, todas as pessoas, toda a população, a começar, naturalmente, pelas pessoas com responsabilidade política como o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores da Câmara, toda a gente acolhe essa ideia como boa e pena é que ela, ao longo dos anos, não esteja ainda em execução prática. Portanto, a ideia de misturar a instalação de uma área de acolhimento com a compra de umas instalações



### Reunião de 25/01/2017

de uma empresa que, entretanto, encerrou, parece-lhe uma coisa vergonhosa que desvaloriza a importância do projeto que é a instalação da área de acolhimento empresarial e tenta, de um forma pouco clara e nada louvável, envolver um negócio que não é uma situação agradável numa outra coisa que é um projeto importante para o Concelho, importante para as empresas, importante para a economia local e que assim se vê amesquinhada e menorizada e apoucada por um incidente e por uma teimosia e por uma quase birra na compra de instalações de empresas que, entretanto, encerrara. Portanto, separando as questões, uma questão é a importância da área de acolhimento empresarial, outro assunto que não tem nada mesmo a ver e só por uma má-fé é que ele se misturou ali, é a decisão, a deliberação sobre a compra, ou não, de instalações de uma empresa que encerrou. E um terceiro ponto, que acha que deve merecer a reflexão da Câmara é o comportamento do Senhor Presidente de Câmara neste processo, à semelhança de outros, um comportamento a todos os títulos reprovável, vergonhoso, que não dignifica em nada, nem o Senhor Presidente, nem o Órgão, nem os Senhores Vereadores, nem o Município, nem a Autarquia. O facto de se fazer chantagem, de se fazer coação na praça pública em relação a assuntos que vão ser objeto de discussão na Câmara, é uma prática, do seu ponto de vista, enquanto democrata que se preza de ser, é uma prática repugnante em democracia e ilegítima em termos do enquadramento do exercício do poder local como nós o conhecemos desde o 25 de abril. Isto é uma campanha populista, sem qualquer legitimidade, sem qualquer fundamentação na vida democrática desta Instituição e fazê-lo com utilização de meios de comunicação, envolvendo empresas, chegando-se ao ponto de oferecer um autocarro para irem visitar as empresas, só faltava dizer que têm lá o lanche à nossa espera e temos um baile de gala e temos uma grande festa e já agora também umas prendinhas para os Senhores Vereadores poderem depois deliberar em consciência e em liberdade. Portanto, esse tipo de comportamentos e de coações de todo têm que ser reprovados e se não houvesse mais nenhum motivo esse seria o suficiente para votar contra o assunto em discussão. Mas, relacionado com isto, ele, Vereador Adelino Amaral, quer renovar ali uma sugestão que já fez num outro contexto, é que se o Senhor Presidente de Câmara entende que a importância destes assuntos justifica o envolvimento da Comunidade na sua discussão e deliberação, então fica ali mais uma vez, porque já foi feito antes, a sugestão e o desafio, todas as questões que são importantes para a vida do Concelho então podem ser objeto de discussão pública prévia. Não tem nada contra. As Instituições vão é deixar de funcionar da mesma maneira. A Câmara vai é deixar de tomar as deliberações da mesma maneira. A legitimidade que lhe advém a todos os Membros do Executivo, do voto popular e da eleição será posta em causa, mas, se calhar, é uma forma de exercício de um outro tipo de democracia, que ainda por cima o acusam a ele de defender e se calhar, legítima de uma outra forma as opções que a Câmara possa vir a tomar, a começar pelos assuntos que estão agendados no ponto seguinte, seria interessante promover um período de discussão pública ampla sobre as opções que a Câmara quer tomar. Portanto, do seu ponto de vista é inaceitável que se tente discutir aquilo em praça pública antes da Câmara deliberar em consciência e em total liberdade. Acha que é um ponto que deveria merecer o repúdio por parte da Câmara e fica ali, de facto, registado, o seu voto de repúdio completo por este tipo de procedimento. Em relação à aquisição das instalações da Nelcivil a sua opinião é que a vocação da Câmara e da Autarquia não se enquadra neste tipo de negócios. A vocação da Câmara é promover, apoiar iniciativas para instalação de novas empresas e para a criação de postos de trabalho e não a



Reunião de 25/01/2017

Câmara depois recuperar, ou comprar, através de uma atividade que tem a ver só com as relações entre empresas e a economia de mercado, chamemos-lhe assim e a Câmara está-se a intrometer, de facto, nessas relações, do seu ponto de vista e mal, porque a Câmara, ao fazer uma oferta num leilão, que é público, está a condicionar o possível aparecimento de outras ofertas e de outras propostas e de outros interessados, e nunca se sabe quando até esses interessados e essas propostas podiam dar origem à instalação de uma nova empresa. Portanto, objetivamente, a Câmara está a criar entraves para que a economia funcione de forma livre porque senão oferecer o valor que a Câmara ofereceu, provavelmente o valor de mercado não está ajustado e vem agora o Senhor Presidente de Câmara apresentar aos Senhores Vereadores uma avaliação imobiliária, ainda por cima feita pelos Serviços da Câmara, naturalmente a seu mando, para justificar o valor que foi proposto? Então é assim um negócio tão bom, tão bom, tão bom e ninguém ofereceu nenhum valor parecido, nem semelhante, e não superior, como é evidente. Não o valor disto eram 700.000,00 euros. Isto vale bem 700.000,00 euros, mas a Câmara ofereceu 250.000,00 euros e a Administração da Massa Falida aceitou porque nós somos uns gaijos porreiros, temos olhos azuis e por isso aceitaram uma proposta de valor de cerca de  $\frac{1}{3}$  daquilo que se julga ser o valor de mercado. Há quem diga que o valor de mercado de um bem é aquilo que alguém está disponível para oferecer por ele. E neste caso o valor de mercado daquele bem não existe, existe é um valor oferecido pela Câmara que não pode ser entendido como valor de mercado porque a Câmara não é um operador normal no mercado livre. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, questiona se isto é mesmo um bom negócio, ou se será um negócio de ocasião. E sendo um negócio de ocasião não quer fazer nenhum tipo de acusações, nem cometer a indelicadeza de levantar nenhum tipo de suspeições, mas parece-lhe que, de facto, há ali um tipo de pressa e uma ocasião a não perder e isso, de facto, também não é bom e também não deve servir para condicionar as decisões da Câmara. E também gostava de deixar ali a seguinte questão: A Câmara de Nelas está em condições de adquirir as instalações e o património de todas as empresas que, entretanto, encerraram no Concelho, ou poderão encerrar? Concerteza que não está. Então porquê o tratamento desigual para as várias empresas? Se a Câmara vai fazer uma oferta num leilão para aquisição de uma empresa também poderia fazer em relação às outras. E questiona-se também aquilo que na altura foi aceite por toda a gente que é a Câmara não abdicados dos direitos de preferência e das cláusulas de reversão porque os empresários pedem por terem facilidades de financiamento. Não sabe se os terrenos que foram cedidos à Nelcivil tinham, ou não, essas cláusulas, foi, então ainda é pior, então a Câmara abdica do seu direito de reverter a seu favor a propriedade daqueles terrenos e depois a seguir vai fazer uma oferta por 50 vezes mais o valor dos terrenos que foram cedidos. Isto deve-os chamar à atenção para, no futuro, então vão ter que ter cuidado com essa questão da desistência das cláusulas de reversão e dos direitos de preferência que a Câmara, ao ceder terrenos, nalguns casos parece-lhe que deveria manter. Depois, queria dizer que o fruto desta venda, ou seja, o valor a pagar pela Câmara, reverte integralmente para o pagamento das indemnizações a trabalhadores. Acha essa afirmação, no mínimo, estranha, porque ele não teve acesso a nenhuma lista de credores. Se o Senhor Presidente de Câmara tem acesso a essa lista isso é que era importante juntar ao processo. Isso é que era importante dar a conhecer aos Senhores Vereadores. Mas, provavelmente, haverá outras prioridades em termos de pagamentos aos trabalhadores, diz ele, Vereador Adelino Amaral, não sabe. Mas quem fez a afirmação não foi



Reunião de 25/01/2017

ele. Parece-lhe é no mínimo estranho dizer-se que vai integralmente para o pagamento aos trabalhadores, o que é também, só por si, uma declaração de coação a todos os títulos reprovável. Nos tempos em que andou a lidar com esses processos, parece-lhe que as preferências eram o Estado, depois a seguir os Bancos, depois, eventualmente, os trabalhadores. O que queria dizer é que fazer uma afirmação dessas sem, de facto, fazer prova de onde é que entram os trabalhadores e qual é o valor que é devido aos trabalhadores parece-lhe uma afirmação, de facto, pouco séria que apenas visa, aliás, todo o processo visa coagir, condicionar, pressionar as opções e as opiniões dos Senhores Vereadores. Esta compra, ou melhor, a pressa e a oportunidade deste negócio parece-lhe, enfim, não são, de todo ajustadas até porque, como demonstrou ali, não é assim tão bom negócio como se queira fazer crer e parece-lhe que a ideia de que tudo isto tem que ser feito e comprado à pressa e tem que ser uma oportunidade a aproveitar por causa da instalação do Centro de Formação e de áreas de acolhimento empresarial, parece-lhe, de facto, o contrário, está-se a misturar esse processo só para também pressionar a decisão de compra das instalações da Nelcivil, o que não é de todo aceitável. Naturalmente, e entrando no terceiro ponto que é a necessidade e a importância de infraestruturas de apoio a instalação de empresas e às empresas existentes. Toda a gente é favorável a isso e ele também é, estão todos disponíveis para aprovar projetos nesse sentido que, aliás, já foram ali aprovados alguns, como bem referiu o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, parece que até ali há uma duplicação de candidaturas, o que também lhe parece que não é nada bom e prova que, de facto, há ali uma ausência de estratégia e de fio condutor em relação a estes assuntos e parece que as coisas são feitas em cima do joelho e à medida das oportunidades que vão surgindo, que também parece que não é bom, mas, de facto, acha que a Câmara e ele, Vereador Adelino Amaral, neste ponto, vai fazer uma declaração de voto e vai apresentar uma proposta concreta, acha que a Câmara deve ponderar e deve deliberar sobre a apreciação e o estudo de outras alternativas para instalação dessa infraestrutura e que ela avance em concreto sem andarem ali a titubear e a inventar falsas questões para, mais uma vez, esse assunto cair no esquecimento porque ele questiona, no final disto tudo, há intenção, ou não, de fazer a área de acolhimento empresarial? Então, vamos fazê-la, vamos dar corpo aos protocolos que foram assinados sem misturar o assunto Nelcivil no meio, que não dignifica coisa nenhuma e são coisas completamente diferentes. Complementando aquilo que disse o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, não faltam no Concelho, infelizmente, infraestruturas disponíveis, parte delas já propriedade do Município e outras a que o Município pode aceder facilmente, onde poderá ser feita a instalação desses Serviços. Ele, Vereador Adelino Amaral, acrescentaria a que foram ditas, e para ele é a melhor infraestrutura que existe no Concelho, o espaço que foi deixado livre pela ENU, aquele edifício administrativo e uma parte das Oficinas poderiam ser afetados a este fim, dando até corpo àquele projeto que houve ali de parceria entre várias Instituições, que seria um projeto ambicioso, mas um projeto duma riqueza e de uma abrangência que neste momento não foi avaliada, mas que devia ser avaliada. No seu ponto de vista, neste momento, as melhores instalações que há para fazer um projeto deste tipo são mesmo as instalações da ex-ENU a começar no edifício administrativo, que necessita de recuperação e de requalificação e que a EDM estará, concerteza, disponível para financiar esse projeto de requalificação daquele espaço e aí sim, seria feita uma coisa com dignidade, como o Concelho e os empresários e toda a economia local merecem. Portanto, agora passaria a ler o seu sentido de voto em



Reunião de 25/01/2017

relação a uma parte deste assunto, a uma parte deste ponto é o voto contra em relação à aquisição da Nelcivil. Tem uma declaração de voto para justificar esse voto contra, mas convidava o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores a separarem a segunda parte deste ponto na aprovação de uma proposta em concreto que irá fazer para a instalação da área de acolhimento empresarial e do Centro de Formação: -----

---- *“Câmara Municipal de Nelas -----  
 ---- Reunião Ordinária de 25 de janeiro de 2017-----  
 ---- Ponto 2.1 – Aquisição de instalações de armazém e escritórios, à massa falida da Nelcivil  
 ---- Declaração de voto -----  
 ---- Da definição de competências e de áreas de intervenção das Autarquias, decorrente do quadro jurídico e da organização económica do país, não resulta qualquer estímulo à intromissão em assuntos objeto da vida empresarial e do normal funcionamento da economia e suas Instituições. -----  
 ---- Sem prejuízo do papel importante que as mesmas Autarquias podem e devem assumir na criação de condições e apoio a iniciativas que visem a instalação de empresas e a criação de postos de trabalho, não é sua vocação, através da aquisição de empresas encerradas, ou do seu património, a mitigação de efeitos ou consequências de uma qualquer atividade económica mal sucedida. -----  
 ---- Esta intromissão da Câmara em negócios do foro privado, entre empresas, através de oferta em leilão, pode condicionar o aparecimento de outros interessados, de outras soluções, que poderiam dar origem a outros negócios e à criação de emprego.-----  
 ---- O não aparecimento de outra qualquer proposta, de valores e nas condições semelhantes às que o Presidente da Câmara fez, no processo em causa, demonstra que afinal não se trata de um qualquer bom negócio de ocasião única, a não perder.-----  
 ---- E mesmo que o fosse, repito, a vocação da Câmara não é essa e, seguramente, a Autarquia não estará em condições de o fazer em relação a todas as empresas que encerram no Concelho. -----  
 ---- Aliás, sendo assim, pode questionar-se a prontidão com que, habitualmente a Câmara abdica das cláusulas de reversão e dos direitos de preferência, quando cede terrenos para instalação, ou ampliação de empresas. -----  
 ---- De igual forma se considera abusivo o anúncio da aplicação específica no pagamento de indemnizações a ex-trabalhadores, do valor avançado pelo Presidente, referido na sua nota informativa, revelador de acesso a informações, lista de credores, por exemplo, de que não deu conhecimento à Câmara.-----  
 ---- A publicação prévia dessa nota informativa, por parte do Presidente, antes do assunto ser discutido e deliberado pela Câmara, é uma forma de pressão inaceitável, que mais não pretende do que condicionar a opinião dos Vereadores, e revelador de uma total falta de respeito pela Câmara.-----  
 ---- Se outras razões não houvesse, e há muitas, este seria motivo bastante para justificar o voto contra esta proposta, que o Presidente mandou fazer sem qualquer mandato da Câmara.  
 ---- Que me lembre, em duas ocasiões, e julgo terem sido as únicas, em que o assunto foi abordado, foi manifestado o desagrado, por parte da generalidade dos Vereadores, em relação à intromissão da Câmara neste assunto. -----  
 ---- A prática de coação sobre o Órgão que tem competência e legitimidade para deliberar é*



Reunião de 25/01/2017

*um atropelo grave às regras da democracia e de funcionamento do poder local. Revela insegurança e dúvida sobre a legitimidade da proposta e dos argumentos para a defender.----*  
*---- Não é a primeira vez que o Presidente recorre a este expediente.-----*  
*---- Caso se entenda legítimo e recomendável este procedimento então sugere-se que, doravante, todos os assuntos de relevo para a Autarquia sejam objeto de prévia discussão pública, antes de apreciados e deliberados pela Câmara.-----*  
*---- Não se compreende a justificação para esta eventual aquisição, com a necessidade e oportunidade de instalação de uma área de acolhimento empresarial e de um centro de formação profissional no Concelho, que ninguém questiona.-----*  
*---- Esta ideia é já antiga, pouco se fez para a pôr em prática, havendo com certeza no Concelho outras hipóteses que poderiam e podem ainda, ser equacionadas, sem qualquer prejuízo, antes pelo contrário.-----*  
*---- Parece-nos mais que a ideia da instalação desses Serviços, aqui e agora, não é mais do que uma justificação mal fundamentada para concretizar esta aquisição. -----*  
*---- Sendo assim, voto contra e, como é meu hábito, apresento uma proposta alternativa para o assunto em análise. -----*  
*---- Nelas, 25 de janeiro de 2017. -----*  
*---- Os Vereadores do Partido Socialista, Adelino José Borges Amaral e Dr. Alexandre João Simões Borges.” -----*  
 ---- Portanto, complementando esta declaração de voto, vai deixar uma proposta concreta para que este assunto, mais uma vez, não fique morto. -----  
 ---- “Câmara Municipal de Nelas -----  
 ---- Reunião Ordinária de 25 de janeiro de 2017-----  
 ---- Ponto 2.1 – Instalação de uma Área de Acolhimento Empresarial e Centro de Formação  
 ---- Proposta -----  
 ---- Tendo em conta o voto contra, que se espera, contra a aquisição das instalações da empresa Nelcivil, nas quais, supostamente, o Presidente da Câmara pretendia instalar uma área de acolhimento empresarial e centro de formação profissional, ideia já antiga e que merece a nossa total aprovação, propõe-se que sejam feitos estudos no sentido de se poder efetivar a instalação dessa importante infraestrutura de apoio à economia e à criação e qualificação de emprego local, noutras instalações já propriedade do Município ou a que elas possa aceder. -----  
 ---- Em concreto sugerem-se as antigas instalações da EDP, em Nelas, ou preferencialmente, as instalações devolutas das áreas administrativas e oficinas da ex-ENU, propriedade da EDM, com quem devem ser estabelecidos acordos de parceria, no âmbito de projetos já aqui defendidos. -----  
 ---- Nelas, 25 de janeiro de 2017. -----  
 ---- Os Vereadores do Partido Socialista, Adelino José Borges Amaral e Dr. Alexandre João Simões Borges.” -----  
 ---- Pediu permissão ao Senhor Presidente só que, em relação a esta proposta e à referência ali às instalações da ex-ENU, ele, Vereador Adelino Amaral, teve conhecimento que está agendada para hoje uma reunião com moradores que tem a ver com a requalificação de casas do Bairro da Urgeiriça e queria deixar o convite aos Senhores Vereadores que possam ir, ele, infelizmente, não poderá ir, mas que permitisse que o convite fosse alargado a todos os



Reunião de 25/01/2017

Senhores Vereadores porque é um assunto que diz respeito à Câmara e, como tal, os Senhores Vereadores que possam, pensa que devem participar nessa reunião e ele teme, sinceramente, que seja mais uma intromissão da Câmara e talvez da Junta de Freguesia numa área em que não se devia intrometer porque havia um acordo entre a EDM e a Associação de Moradores, que a EDM seria a responsável pela recuperação das casas e pela sua desinfeção e agora intrometer-se a Câmara, pode ter, enfim, a contrapartida de alguma visibilidade em termos eleitoralistas e em termos populistas, mas poderá trazer também uma contrapartida negativa que é a Câmara assumir custos financeiros e não só e ficar responsável depois pela execução de uma obra que pode não ser e depois a Câmara ficará responsável por isso e a ele, Vereador Adelino Amaral, parece-lhe que isso é uma nota negativa. Acha que isso é um assunto que devia ser ponderado e discutido e, por isso, desafia os Senhores Vereadores que possam estar presentes a fazê-lo. Pede desculpa ter incluído esse assunto aqui neste ponto, mas lembrou-se dele a propósito da sua proposta em concreto e parece-lhe que estas, de todas as instalações que foram referidas, até o estado em que elas estão, a sugestão das instalações da CUF também era uma ideia interessante, até pela proximidade da ex-Escola Técnica do Dão e toda aquela área tem histórico e tem um peso importante na tradição industrial do Concelho e, principalmente, de Canas de Senhorim, mas parece-lhe que a Urgeiriça também tem esse peso e as instalações também estarão em condições de mais facilmente serem requalificadas e julga que haverá, por parte da EDM, uma disponibilidade para assumir custos que a Câmara poderá e deverá aproveitar. Portanto, pedia ao Senhor Presidente para depois da votação deste ponto e se assim o entender, pôr a proposta que ele acabou de fazer à consideração e à votação da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, em relação a este ponto, também dividia ali em quatro pontos o ponto, se assim lhe permitisse dizer. Começava por referir o mapa dos trabalhadores que lhes fez chegar agora e ressaltar, para já, pois não tem ali dados concretos que tinha na outra reunião. Quando veio à reunião o protocolo feito com a Covercar acha que tinha 82 trabalhadores, agora têm 50 trabalhadores, o que diminui ali 30 trabalhadores, visto que precisa de cerca de 100 trabalhadores. Se, realmente, eles vão esses cerca de 100 trabalhadores, ou se vão ficar por esse número de trabalhadores. O Senhor Presidente falou ali que São Pedro do Sul e Mangualde tinham uma incubadora de empresas, ele, Vereador Artur Ferreira, gostava de saber quando é que foi feita em Mangualde, porque em São Pedro do Sul foi feita no final do ano passado. A ROSSI pretendia, a nível da Região Dão Lafões, fazer várias infraestruturas a nível da Região Dão Lafões e São Pedro do Sul beneficiou em termos das Termas. Mangualde foi também a nível do apoio social e Nelas era essa que tinha prevista era a incubadora de empresas de produtos endógenos. Portanto, em São Pedro do Sul foi no final do ano passado que foi feita a incubadora, não foi nessa data. Depois, em termos de instalações da Nelcivil também concorda com aquilo que foi dito em termos das áreas de acolhimento empresarial, acha que deviam esperar, realmente, por aquilo que vem a ver se é possível, ou não, fazer com esse apoio a aquisição, ou a construção das áreas de acolhimento empresarial. Depois, também queria dizer que temos até já um projeto feito para as anteriores instalações da EDP, o projeto está feito, se quiserem também começar e candidatar esse projeto, pode ser candidatado, não era necessário fazer novo projeto e estarem ali a demorar mais tempo, como disse o Senhor Vereador Adelino Amaral, que é importante, ou não, já iam



## Reunião de 25/01/2017

ver à frente, a criação deste Centro Tecnológico. Disse também o Senhor Presidente que estava à espera de uma reunião com o Senhor Secretário de Estado sobre este assunto. E ele, Vereador Artur Ferreira, até fazia uma proposta para essa reunião. Se esse Senhor Secretário de Estado estiver mesmo interessado em resolver a situação ele que faça mesmo a aquisição da Nelcivil, ou que dê à Câmara o dinheiro para fazer o Centro de Formação Tecnológico. Se ele vê que o Concelho de Nelas é necessitado disso, então ele que avance com esse dinheiro e que fique no Concelho de Nelas até porque cada vez mais veem, como já foi dito ali, que o Estado, nos Concelhos vizinhos, apoia tudo e mais alguma coisa e Nelas continua a passar quase como uma ponte, o IC 12 parece que já está feito para Mangualde e nunca param em Nelas. Ainda em relação àquilo que foi dito, queria dizer também, por causa dos trabalhadores, era até importante estar ali na reunião o Senhor Administrador de Insolvência que era para explicar quanto é que já pagaram aos trabalhadores da Nelcivil. Gostava até de perguntar ao Senhor Administrador de Insolvência quanto é que ele já pagou aos trabalhadores com o dinheiro que já recebeu de alguns bens que já foram vendidos. Isso é que era importante perguntar aos trabalhadores, quanto é que eles receberam. Eles receberam do Fundo de Garantia Salarial e nunca receberam da Massa de Insolvência qualquer valor. E mais. Se estivessem tão importados com os trabalhadores, não queria dizer que seja o Senhor Presidente da Câmara, não era isso, se o Senhor Administrador de Insolvência e a Leiloeira estivessem importados com os trabalhadores não vendiam por 250.000,00 euros, vendia por 700.000,00 euros que era para pagar a todos os credores. No seguimento daquilo que disse o Senhor Vereador Adelino Amaral, acha que também não concorda nesse aspeto, se a Câmara tiver algum interesse nalgum edifício que seja útil para o Município, acha que deve interferir e fazer a proposta que tiver que fazer e isso tudo. Neste caso aqui o que ele, Vereador Artur Ferreira, acha estranho é que a Leiloeira tenha aceite isso e ainda bem que aceitou, ou não, iam ver, mas que não se tenha preocupado com o resto, que é, realmente, com os credores. Preocupou-se com ela e não se preocupou com credor nenhum. E o Administrador de Insolvência deve-se preocupar também com os credores. E depois abre ali um precedente que é, a qualquer momento, com esta proposta dos 250.000,00 euros, se este negócio não for avante, qualquer pessoa pode chegar ali e dar 260.000,00 euros e, se calhar eles aceitam também os 260.000,00 euros quando anteriormente seriam os 500.000,00 euros. Depois, também em termos da compra das instalações acha que aquilo que fica para os Executivos que vêm a seguir, tratando-se de ser uma opção política, não estava a dizer que seja o valor porque se fosse uma ETAR, ou se fosse um edifício que ele visse que fosse necessário não tinha nada a opor, mas é uma opção política também do Senhor Presidente da Câmara a aquisição deste edifício para aquilo que ele pretende fazer, para o fim que é, mas ficam também compromissos para os Executivos que venham a seguir, as pessoas que vierem a seguir para pagar esses compromissos e acha que também não é o correto. Depois, outro ponto que também queria referir era o Centro de Formação Tecnológico, ele até é favorável sempre à formação profissional e tudo que venha dessa área. No entanto, gostava de saber quantas empresas no Concelho algum dia solicitaram à Câmara apoio para a formação tecnológica, para quantos trabalhadores. Mas elas também não solicitam não porque vêm na Câmara a possibilidade de fornecer, não solicitam porque elas não necessitam, elas têm que lhes dar essa formação de uma forma, ou de outar e depois aí a Câmara também tem, no futuro, como é que irá ser? Não foi por causa disso que as exportações continuam a crescer, portanto, não





Reunião de 25/01/2017

foi por falta dessa formação que as exportações continuam a crescer, não foi por causa disso eu nos últimos dois, ou três anos diminuiu o desemprego, que agora está a crescer, não foi por causa disso que os impostos estão no máximo, não é por causa disso que a indústria de Nelas não tem crescido e não se tem mantido sempre estável. Portanto, não é por falta dessa mão-de-obra qualificada. O que ele, Vereador Artur Ferreira, acha é que deve haver essa mão-de-obra qualificada e formação para ela para desenvolver outras atividades porque Nelas carece de mão-de-obra qualificada e tem que ser feita. Agora, será que tem que ser feita num Centro Tecnológico especificamente em Nelas? Teremos alunos suficientes para essas pessoas todas? Substituir-nos-emos às escolas? Isso é que também é importante. Isso devia ser tudo integrado numa formação tecnológica integrada até, diz ele, como já defendeu ali muitas vezes, num projeto educativo comum ao Concelho, a nível das Escolas e a nível daquilo que se pretende para as indústrias do Concelho. Por último, deixava também umas três, ou quatro perguntas ao Senhor Presidente, até porque ele não quer tão diretamente um Centro de Formação Tecnológico, as Escolas podem fazer bem esse trabalho, assim lhes deem condições para elas fazerem esse trabalho. Agora, ele gostava de ter uma incubadora de empresas onde fossem formadas as pessoas que saem das Universidades e muitas vezes não têm esse trabalho, onde comessem ali a desenvolver algumas atividades e as suas próprias empresas. Agora, gostava de saber, realmente, como é que vai funcionar, no futuro, um Centro de Formação Tecnológica, sendo para já “administrado”, ou, pelo menos, propulsionado pela Câmara, o promotor será a Câmara. Como é que ele vai funcionar? Qual é o objetivo da formação? Que formação se pretende dar? Quem são os formadores? Para que público é que se vai virar? Porque ele até tem conhecimento que nalgumas Escolas Profissionais aqui bem perto de nós, estão a recrutar alunos de Timor, de Guiné Bissau, para vir cá fazer formação porque também não têm cá formandos. Eram estas perguntas que ele também gostava de saber até para depois, no futuro, quando estiverem ali a decidir e a escolher, também terem uma ideia mais concreta daquilo que vão falar. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que relativamente a este assunto acha que muito já foi dito, não se quer estar a repetir. Acha que se há alguém tinha dúvidas, com tudo o que foi dito, acabou por as esclarecer. No entanto, ele tinha que perguntar ao Senhor Presidente se ele era, ou não, credor, da Nelcivil. Imagina que não tenha qualquer interesse em lhe responder. Voltou a perguntar ao Senhor Presidente se ele era, ou não, credor da empresa. Presume que sim, que seja e pergunta-lhe, então, com que legitimidade, partindo do pressuposto que é credor da Nelcivil, o Senhor Presidente vem propor este negócio à Câmara? Ela acha absolutamente inacreditável, pois não consegue entender esta vontade desenfreada e urgente em comprar a Nelcivil. O que é que estará por trás disto? Ela não quer estar ali a levantar falsas suspeitas mas acha que a qualquer um dos Senhores Vereadores assalta esta dúvida. Mas porquê? Com tantos outros edifícios? Com protocolos já feitos? Com financiamentos já candidatados para o mesmo projeto? Mas, será que o Senhor Presidente acha que os Senhores Vereadores são 5, ou 6 tolitos que andam ali? Que são burros? E depois que o Senhor Presidente a deixasse dizer ainda o seguinte: o modo como o Senhor Presidente explorou este assunto e a coação que tentou fazer aos Senhores Vereadores foi inacreditável. Então, o Senhor Presidente diz que a totalidade do dinheiro conseguido com a venda que reverte para os Trabalhadores, tentando com isto intimidá-los. Não, eles, coitados, então os Trabalhadores têm que receber. Portanto, não, os Vereadores vão



## Reunião de 25/01/2017

ter que votar. Coitados dos Trabalhadores. Eles têm que receber. E depois envia um e-mail aos empresários a perguntar se concordam com uma Centro Tecnológico e de Cooperação. Pois, claro que concordam. Então, mas quem é que não concorda? E será que eles concordam em comprar a Nelcivil nestas condições? E depois, melhor ainda, lança uma Nota de Imprensa completamente eleitoralista quando o assunto ainda nem sequer tinha sido discutido em reunião de Câmara? Mais. Ela chegou ao cúmulo de ver primeiro a Nota de Imprensa que o Senhor Presidente mandou publicar do que a Agenda da Câmara porque ainda não o tinha em seu poder. Acha isso absolutamente incrível. E, depois, tinha ainda que dizer, o Senhor Presidente, que foi advogado da Nelcivil como toda a gente sabe e que nessa qualidade enviou dezenas de cartas de despedimento aos Trabalhadores, o Senhor Presidente vem agora dizer que o dinheiro da venda que reverte para os Trabalhadores. Isto está bonito. Isto é tudo um folclore. Isto vai correr tudo bem. O Senhor Presidente não tem vergonha? O Senhor Presidente acha que nós somos todos burros? Por amor de Deus, haja respeito. Por tudo aquilo que foi dito, ela vota contra, como é óbvio e tem a dizer ainda que vota de acordo com a sua consciência. E dizia mais ao Senhor Presidente, para que esta situação não se volte a repetir. A ela, não a tente coagir porque não a coage de maneira nenhuma, porque ela adianta já que não tem qualquer ambição política, nem de Poder. Aliás, foge dele a sete pés ao fim desta triste experiência que tem tido durante estes três últimos anos de mandato. Portanto, a ela o Senhor Presidente não a coage de forma nenhuma. Que o Senhor Presidente arranje outra maneira de fazer política, mas não esta, porque esta é uma vergonha. Ela, como vai ter que abandonar a reunião porque tem que estar às 17 horas, por motivos profissionais, em Lisboa e uma vez que ainda só vão no ponto 2.1, o qual ela pretende votar, quer, desde já, dizer, uma vez que não vai ter oportunidade para isso, que em relação aos pontos 2.3, 2.4 e 2.5, apesar de não estar na reunião para os votar, gostava que ficasse expresso em ata o seu voto contra. Ela vota contra a Requalificação do Largo da Estação, da Avenida António Joaquim Henriques e do Largo dos Bombeiros Voluntários. Tem pena de não poder estar ali quando for a discussão desses assuntos. Acha inacreditável o que estão a fazer nas Quatro Esquinas e se ela soubesse o que sabe hoje jamais teria votado favoravelmente um projeto daqueles e como não vejo benesse nenhuma, nem nenhum ganho, mas de forma nenhuma, pelo contrário, destruir obras que estão feitas e que estão bem feitas e porque temos que gastar dinheiro e porque o ano é de eleições e, portanto, toca a fazer, vota contra requalificações de sítios que não precisam de ser requalificados só porque temos que ganhar eleições. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a esta aquisição de instalações de armazéns e escritórios sítios ao Chão do Pisco, acha que a informação está toda distribuída e evidenciada em termos documentais. De seguida pôs à votação este assunto. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com o voto a favor do Senhor Presidente da Câmara, a abstenção da Senhora Vice-Presidente Dra. Sofia Relvas Marques, e cinco votos contra, dos Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, com declaração de voto deste último e do Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges, reprovam a aquisição das instalações de armazém e escritórios, sítios ao Chão do Pisco, à Massa Insolvente da Nelcivil – Construções Cíveis de Nelas, Ld.<sup>ap</sup> para Centro Tecnológico, de Formação e Incubadora.-----

---- Posteriormente a esta reunião de Câmara, os Senhores Vereadores Adelino José Borges



Reunião de 25/01/2017

Amaral e Dr. Alexandre João Simões Borges, enviaram a seguinte declaração de voto: -----  
 ---- *“Câmara Municipal de NELAS -----  
 ---- Reunião Ordinária de 25 de Janeiro de 2017 -----  
 ----Ponto 2.1 – Aquisição de instalações de armazém e escritórios, à massa falida de Nelcivil  
 ---- DECLARAÇÃO DE VOTO -----  
 ---- Da definição de competências e de áreas de intervenção das Autarquias, decorrente do quadro jurídico e da organização económica do país, não resulta qualquer estímulo à intromissão em assuntos objeto da vida empresarial e do normal funcionamento da economia e suas instituições. -----  
 ---- Sem prejuízo do papel importante que as mesmas Autarquias podem e devem assumir, na criação de condições e apoio a iniciativas que visem a instalação de empresas e a criação de postos de trabalho, não é sua vocação, através de aquisição de empresas encerradas ou do seu património, a mitigação de efeitos ou consequências de uma qualquer atividade económica mal sucedida. -----  
 ---- Esta intromissão da Câmara em negócios do foro privado, entre empresas, através de oferta em leilão, pode condicionar o aparecimento de outros interessados, de outras soluções, que poderiam dar origem a outros negócios e à criação de emprego. -----  
 ---- O não aparecimento de outra qualquer proposta, de valores e nas condições semelhantes às que o Presidente da Câmara fez, no processo em causa, demonstra que afinal não se trata de um qualquer bom negócio de ocasião única, a não perder. -----  
 ---- E mesmo que o fosse, repito, a vocação da Câmara não é essa e, seguramente, a Autarquia não estará em condições de o fazer, em relação a todas as empresas que encerram, no Concelho. -----  
 ---- Aliás, sendo assim, pode questionar-se a prontidão com que, habitualmente a Câmara abdica das cláusulas de reversão e dos direitos de preferência, quando cede terrenos para instalação ou ampliação de empresas. -----  
 ---- De igual forma, se considera abusivo o anúncio da aplicação específica, no pagamento de indemnizações a ex-trabalhadores, do valor avançado pelo Presidente, referido na sua nota informativa, revelador de acesso a informações, lista de credores, por exemplo, de que não deu conhecimento à Câmara. -----  
 ---- A publicação prévia dessa nota informativa, por parte do Presidente, antes do assunto ser discutido e deliberado pela Câmara, é uma forma de pressão inaceitável, que mais não pretende do que condicionar a opinião dos Vereadores, e revelador de uma total falta de respeito pela Câmara. -----  
 ---- Se outras razões não houvesse, e há muitas, este seria motivo bastante para justificar o voto contra esta proposta, que o Presidente decidiu fazer, sem qualquer mandato da Câmara. Que me lembre, em duas ocasiões, e julgo terem sido as únicas, em que o assunto foi abordado, foi manifestado o desagrado, por parte da generalidade dos Vereadores, em relação à intromissão da Câmara neste assunto. -----  
 ---- A prática de coação sobre o órgão que tem competência e legitimidade para deliberar, é um atropelo grave às regras da democracia e de funcionamento do poder local. Revela insegurança e dúvida sobre a legitimidade da proposta e dos argumentos para a defender. ---  
 ---- Não é a primeira vez que o Presidente recorre a este expediente. -----  
 ---- Caso se entenda legítimo e recomendável este procedimento, então sugere-se que,*



Reunião de 25/01/2017

*doravante, todos os assuntos de relevo para a Autarquia, sejam objeto de prévia discussão pública, antes de apreciados e deliberados pela Câmara. -----*

*---- Não se compreende a justificação, para esta eventual aquisição, com a necessidade e oportunidade de instalação de uma área de acolhimento empresarial e de um centro de formação profissional no Concelho, que ninguém questiona. -----*

*---- Esta ideia é já antiga, pouco se fez para a pôr em prática, havendo com certeza no Concelho outras hipóteses que poderiam e podem ainda, ser equacionadas, sem qualquer prejuízo, antes pelo contrário. -----*

*---- Parece-nos mais que, a ideia da instalação desses serviços, aqui e agora, não é mais do que uma justificação mal fundamentada para concretizar esta aquisição.*

*Sendo assim, voto contra e, como é meu hábito, apresento uma proposta alternativa para o assunto em análise. -----*

*---- Nelas, 25 de Janeiro de 2017 -----*

*---- Os Vereadores do Partido Socialista: Adelino Amaral, Alexandre Borges.” -----*

*---- Posteriormente a esta reunião de Câmara, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, apresentou a seguinte declaração de voto: -----*

*---- “DECLARAÇÃO DE VOTO -----*

*---- O meu sentido de voto “Abstenção” ao ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos da Reunião Ordinária Pública de 25 de janeiro de 2017 justifica-se pelo seguinte: -----*

*---- 1. Tendo acompanhado o Sr. Presidente de Câmara na generalidade dos trabalhos que precederam a construção da proposta em questão, manifestei ser necessária uma discussão o mais alargada possível que impedisse a existência de quaisquer dúvidas sobre a localização de implantação de um projeto tão estratégico como o Centro Tecnológico de Formação Profissional de Nelas, atenta à importância do mesmo para todo o sector empresarial e, sobretudo, para a solidez da cultural e dinâmica industrial que o Concelho de Nelas reafirmou particularmente nos últimos 3 anos na região; -----*

*---- 2. Defendo integralmente a valia do projeto, assim como o Sr. Presidente da Câmara, e por essa convicção lhe manifestei previamente a minha intenção de voto quando, por razões imperativas de prazos para resposta à proposta comercial, o ponto foi agendado, carecendo do que considero necessário; -----*

*---- 3. Em síntese, reafirmo que, atendendo ao agendamento deste ponto para “Discussão” e “Deliberação” considero que a discussão do contexto inerente ao objeto da deliberação não foi, manifestamente suficiente, para uma decisão objetiva com o que reafirmo ser o principal benefício para o desenvolvimento sócio-económico do Concelho de Nelas que é, a concretização do projeto de formação técnico-profissional, ao serviço da população ativa empregada no sector empresarial-industrial de Nelas e da/para a Região; -----*

*---- Nelas, 27 de Janeiro de 2017 -----*

*---- Sofia Relvas Marques” -----*

*---- O Senhor Presidente pôs à consideração da Câmara, uma vez que eram 13 horas e a Ordem de Trabalhos era muito extensa, se faziam um intervalo para almoço e continuariam a reunião às 14 horas, ou 14,30 horas. -----*

*---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, relativamente à continuação desta reunião, com o devido respeito e tendo em conta a importância dos*



## Reunião de 25/01/2017

assuntos e até a opinião manifestada pela Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, julga que deveriam acordar a continuação da reunião numa data em que todos pudessem estar presentes. ---- Assim, a presente reunião foi interrompida às 13 horas e 7 minutos, ficando marcada a sua continuação para dia 27 de janeiro de 2017, próxima sexta-feira, às 21 horas, naquele mesmo local. -----

**--- Pelas 21 horas e 18 minutos do dia 27 de janeiro de 2017, o Senhor Presidente da Câmara reabriu a reunião ordinária, iniciada no dia 25 de janeiro de 2017, sem a presença da Senhora Vereadora Dr. Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves. -**

---- O Senhor Presidente afirmou que estavam no final do ponto 2.1. e iam entrar no ponto 2.2. que é - Construção da E.M. Moreira – Nelas – Aquisição de terreno a Herdeiros de António Sampaio Loureiro. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes e pediu ao Senhor Presidente para clarificar ali uma questão. Ele, no ponto 2.1. apresentou uma declaração de voto, foi feita a votação e apresentou uma proposta e o Senhor Presidente não clarificou qual é que era o destino dessa proposta, se era aceite, se era sub submetê-la à votação à apreciação e votação, ou se ia agendá-la para uma próxima reunião e gostava de saber isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que podia agendar essa proposta para a próxima reunião de Câmara se o Senhor Vereador Adelino Amaral assim o entendesse. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que por ele achava que sim e que se todos os Senhores Vereadores estiverem de acordo, mas achava importante que ficasse clara qual é que a opinião da Câmara e a opinião dos Senhores Vereadores e qual é a posição formalizada, através de uma deliberação, da instalação de uma área de acolhimento empresarial e do Centro Tecnológico e de Formação e transformar isso numa deliberação, votando a sua proposta, ou outras que, eventualmente, possam surgir, mas ele dava-se por satisfeito se o assunto for agendado para a próxima reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, tal como o Senhor Vereador Adelino Amaral, também ele queria fazer uma intervenção, no início da reunião, sobre esta matéria, ainda sobre a questão do ponto anterior. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que achava pertinente a questão que o Senhor Vereador Adelino Amaral colocou. A partir daí agendam para a próxima reunião e continuam com a Ordem de Trabalhos e que não o deixava falar. -----

--- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente tinha que o deixar falar. O Senhor Presidente não pode andar a dizer na rua que os Senhores Vereadores são contra a instalação de um Centro de Formação. O Senhor Presidente é um mentiroso e tem que dizer na rua é que os Senhores Vereadores foram contra a aquisição de uma negociata em que a sua própria Vice-Presidente se absteve. Que o não o enervasse no princípio da reunião. O Senhor Presidente não pode andar a dizer na rua que os Senhores Vereadores são contra. Não. São contra é as vigarices que o Senhor Presidente quer fazer. ----

**(22/2017/01/25)2.2.CONSTRUÇÃO DA E.M. MOREIRA – NELAS – AQUISIÇÃO DE TERRENO A HERDEIROS DE ANTÓNIO SAMPAIO LOUREIRO – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 540, datada de 20/01/2017, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- “*Construção da E.M. Moreira – Nelas* -----



Reunião de 25/01/2017

---- Na sequência das ordens de V. Exa, para prosseguir com a abertura da EM Moreira Nelas, informo que é ocupada a área de 403,04 m<sup>2</sup> na matriz rustica n.º 1138, sita ao “Meal”, na União das Freguesias de Santar e Moreira, para ser incluída no domínio público. Os Herdeiros de António de Sampaio Loureiro com o contribuinte n.º 703372025 e morada na Rua 23 de Agosto n.º 58 em Moreira de Cima aceita ceder o terreno necessário para a construção da estrada nas seguintes condições: -----

---- 1 - Terreno 403,04 m<sup>2</sup> x 5,00€ = 2.015,20€; -----

---- 2 - Reposição do muro existente; -----

---- 3 - Transplantar 4 oliveira para local a indicar pelos proprietários -----

---- Parecer dos Serviços -----

---- Atendendo á localização do terreno, julga-se ser de aceitar as condições propostas. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que este terreno situa-se na fase 1 da Estrada Moreira – Nelas, que é uma das obras que está prevista como obra das compensações de Girabolhos, é ali junto à casa do Senhor do Sarita, na interseção na estrada que foi aberta naquele pinhal, corta-se à direta e é necessário para não ficar depois a estrada muito afunilada para vir quase dar a outro caminho e a Família do Senhor Dr. Duarte Loio disponibilizou-se para alienar, ali numa parte urbana de Moreira, esta área cujos Serviços Técnicos fizeram o levantamento, são 403,04 m<sup>2</sup> a 5,00 euros o m<sup>2</sup>, que é um valor que o Executivo tem comprado em termos das Freguesias e mesmo ali em Nelas para Variantes e infraestruturas coletivas como comprou também, recentemente, em Vilar Seco, a 5,00 euros. É um valor perfeitamente ajustado. Existe lá um muro que será reposto. Não será construído um muro novo. E a transplantação de 4 oliveiras. Perguntou aos Senhores Vereadores se havia alguma dúvida sobre esta questão. --

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que gostava que o Senhor Presidente lhe explicasse porque é que em todos os demais assuntos iguais a este, o Senhor Funcionário Técnico Superior Dr. Luis Costa, que se pronuncia nessa matéria, porque é que não o fez na compra da Nelcivil? Porque é que ele foi arredado desse processo? -----

---- O Senhor Presidente respondeu que foi ele que fez a proposta. Que foi ele que negociou e que fez a proposta -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que só tinha uma dúvida. Perguntou se era aquele terreno que estava assinalado a negro e que se era a nova via a construir. -----

---- O Senhor Presidente respondeu que era isso mesmo. Que era na parte de baixo e depois na interseção que vem dar à Associação. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a aquisição da área de 403,04 m<sup>2</sup>, a destacar do artigo rústico n.º 1138, sito ao Meal, na União de Freguesias de Santar e Moreira, necessária para a construção da E.M. Moreira – Nelas, de que são proprietários os Herdeiros de António Sampaio Loureiro, pelo valor de 2.015,20 euros, de acordo com a informação interna n.º 540, datada de 20/01/2017, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, atrás descrita. -----

### **(23/2017/01/25)2.3.REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DA ESTAÇÃO, EM NELAS – APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o projeto de execução da obra de: “Requalificação do Largo da Estação, em Nelas”. -----



Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Presidente afirmou que estes três pontos, ponto 2.3, 2.4 e 2.5 – Requalificação do Largo da Estação, em Nelas; Requalificação da Avenida António Joaquim Henriques em Nelas e Requalificação do Largo dos Bombeiros Voluntários, em Nelas – Aprovação do projeto de execução. Foram enviados os elementos. Os Serviços Técnicos da Câmara fizeram os projetos. Estava ali a responsável pela área das Obras Públicas e Planeamento, que é a Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Mesquita, estava a Senhora Arquitecta Denisa e está a Senhora Dr.<sup>a</sup> Susana Rabaça, do Urbanismo. A Senhora Dr. Sofia Relvas já vai dar mais esclarecimentos e, naturalmente, quem fez o projeto também dará mais esclarecimentos. Ele, Senhor Presidente, relembra à Câmara que isto se insere na definição das áreas de reabilitação urbana, que eram condição primeira para haver verbas para reabilitação urbana de acordo com o Aviso e no Concelho de Nelas. De acordo com o Aviso que foi aberto pela CCDR havia apenas reabilitação urbana em três áreas que eram: Reabilitação dos Centros Históricos; Reabilitação de Zonas Ribeirinhas e Áreas Industriais Degradadas. Houve uma interpretação, que todos eles já contestaram também ali e já o fizeram sentir em vários locais, de que não concordam de que a questão de reabilitação urbana se faça só para sedes de Concelho. O que é um facto é que a CCDR manteve essa posição e negociou com os chamados Municípios que são considerados Municípios complementares, não de terceira e quarta ordem, mas aglomerados complementares, verbas que no caso de Nelas, numa primeira fase, é 1.200.000,00 euros FEDER e isso corresponde a 85% do investimento. O Executivo indicou logo também outras possibilidades de investimento até mais 1,5 milhões de euros e, portanto, estas candidaturas, de acordo com o calendário que foi proposto pela CCDR teria que avançar no ano de 2016, avançou. O acelerador de investimento temo-lo garantido através do projeto da obra das Quatro Esquinas, que tem agora o seguimento na Requalificação da parte das Quatro Esquinas até ao Largo dos Bombeiros e depois no Largo da Estação e na Requalificação da Avenida António Joaquim Henriques, em Nelas. Isto, também, nas fichas das ações a definir em termos de ARU de Nelas, também já veio a reunião de Câmara, foi definido que iria haver intervenção a este nível. Em termos de CCDR, os montantes que indicaram para as intervenções são meramente indicativos e, portanto, pode-se chegar ao ponto de, mercê depois dos concursos e dos encargos, relembra que para as Quatro Esquinas estavam apenas previstas 50.000,00 euros, ou 60.000,00 euros de orçamento e a adjudicação acabou por ser de 100.000,00 euros, ou 105.000,00 euros. Há essa abertura por parte da CCDR para ir consumindo os valores até se conseguir o valor de 1.200.000,00 euros FEDER, pelo que têm que ser feitas também candidaturas até maio para haver depois a possibilidade de haver reprogramação e reforço. Está também um bocadinho copulada a esta ideia das áreas de reabilitação urbana a ideia de que depois também tem que ser acompanhada por projetos privados que sejam potenciados pela própria reabilitação urbana que se está a realizar e o Executivo tem a esperança e é isso que está na base dos projetos com esta dinâmica das Quatro Esquinas para a Avenida António Joaquim Henriques é, de facto, a valorização da entrada de Nelas por via ferroviária cujo projeto de requalificação da Linha da Beira Alta está a suceder e como já comunicou também, tem uma reunião marcada que foi mudada de segunda-feira para quarta-feira com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, o Executivo queria ver, além de outras questões que vai colocar que têm a ver com os Fornos Elétricos e que têm a ver com outras, haver também a possibilidade de passarmos Nelas, em termos ferroviários, para o lado sul onde já temos cedido terreno num loteamento onde estava



## Reunião de 25/01/2017

prevista no tempo do Senhor Dr. José Correiam, uma central de camionagem, e tem indicação que toda aquela área da Avenida António Joaquim Henriques vai sofrer também intervenção em termos imobiliários. O Senhor Francisco Paula, da Empresa Mathias, esteve na Câmara e afirmou que em agosto estará uma nova construção comercial naquela zona das garagens e fruto dessa dinâmica crê que com aquilo que a requalificação urbana implica, que é maior acessibilidade para peões, maior nível de convivência entre peões e viaturas, aumento das zonas verdes, aumento de espaços de convívio e retirada dos obstáculos, também como foi ali falado na Câmara, é uma oportunidade de requalificação de uma área que o Executivo pensa, mercê dessa Requalificação da Linha da Beira Alta e também da instalação ali da Loja do Cidadão, cujas obras também já arrancaram, que no espaço de uma geração, 10 anos, 12 anos, de facto, estejamos aqui a criar um conjunto de investimentos e de mais-valias que tragam mais gente para o Centro Histórico de Nelas. O Executivo teve a preocupação, que comunicou aos Serviços, é que isto se encaixe com um nível de atratividade da ainda grande dependência das pessoas relativamente ao automóvel, mas que, de facto, isso pudesse constituir, como constitui por todo o lado, uma renovação das áreas urbanas, do tecido urbano, e vê também, com alegria, que já há no nosso Centro Histórico, algumas obras de pessoas que acreditam que, recuperando os imóveis podem voltar a revitalizar esta área urbana. Isto é o resumo daquilo que foram discutindo em termos do PARU,s, em termos das ARU,s. Lembra também que, relativamente à reabilitação urbana, numa ótica financeira e uma vez que o Governo também já anunciou um período de reprogramação de fundos comunitários e a Câmara Municipal, em termos de endividamento, como todos também têm visto nos relatórios do PAF, está a ganhar uma outra estrutura em termos de possibilidade de acompanhar, no futuro, outros níveis de investimento, com uma revisão do Plano de Ajustamento e dos investimentos e poderá, eventualmente, também estender a reabilitação urbana a outros locais, que se justificam, como nas ARU,s que aprovaram, Santar, Canas de Senhorim e Caldas da Felgueira. -----

---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, cumprimentou todos os presentes. Afirmou que estava, naturalmente, como o Senhor Presidente, disponível para prestar esclarecimentos. Não sabia se era oportuno, na sequência do Senhor Presidente, se ouvindo as Técnicas presente, se esperando pela colocação de dúvidas dos Senhores Vereadores. Acha que era mais interessante, se calhar, a apresentação dos projetos uma vez que também as considerações tidas, elas constam da aprovação até da própria intervenção que já iniciou toda esta requalificação, que foram as Quatro Esquinas. Na base disso está a aprovação do próprio Plano de Ação de Regeneração Urbana, do PARU, portanto, julga que é preferível, se calhar, colocarem as questões especificamente por projeto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que prescindia da intervenção da Senhora Arquiteta porque já estudou o projeto mas se há algumas pessoas que queiram alguma explicação, mas por ele prescinde da explicação da Senhora Arquiteta e se alguém puser alguma questão então ela poderá intervir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que as Técnicas estavam disponíveis e perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria alguma explicação. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que não prescindia de ouvir as Técnicas até por uma questão de respeito por essas pessoas e havendo a possibilidade de ouvir uma explicação mais detalhada. -----





## Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente chamou aquelas pessoas ali ao barulho porque viu a indignação popular pelo que está a fazer porque ainda hoje o Senhor Presidente tirou uma fotografia com gente a quem paga chorudas avenças e não tem lá nenhum Técnico da Câmara, 200.000,00 euros. E mais, porque é que nessa fotografia não estão os Engenheiros do Ambiente e os Topógrafos que contribuíram para este projeto? Porque é que o Senhor Presidente chamou estas humildes cidadãs quando eles sabem da pouca-vergonha da destruição que o Senhor Presidente quer fazer? Gostava que o Senhor Presidente lhe explicasse porque é que ali não está o Senhor Eng.º Gonçalo, a Senhora Eng.ª Inês e os Topógrafo, porque é que não estão cá? Perguntou quem fez os levantamentos topográficos da Hidromondego. Perguntou se foi o Senhor a quem o Senhor Presidente paga 2.500,00 euros por mês. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que queria que ficasse expresso que gostava de ouvir a explicação dos Técnicos que trabalharam nestes projetos até por uma questão de respeito pelo facto dos Técnicos terem que se deslocar à reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que era só por isso, porque toda a gente sabia que o Senhor Presidente da Câmara adulterava os projetos e por quem ele quisesse. Só pelo respeito que os Técnicos lhe merecem. Os Técnicos nesta casa não mandam nada e não lhe sabem dizer porque é que misturam cimento com pavê e com paralelos, não percebia. Isto é uma farsa do Senhor Presidente da Câmara, está a ver isto apertado e agora venham cá os pobres defender a tese. Saiam lá das trincheiras para o irem defender, como fez a mesma coisa na reunião do Mapa de Pessoal, trouxe para aí as pessoas.

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que só era adulterado aquilo que eles quisessem. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já tinha vindo o parecer relativo ao Mapa de Pessoal e que o ia trazer na próxima reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente da Câmara trouxesse o Mapa de Pessoal que ele chumbava-o na mesma. Votava contra se o Senhor Presidente continuar a pôr lá os seus afilhados vota contra, que o podia trazer. A AGR vale muito a pena e a Plataforma Jota também. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho cumprimentou todos os presentes. Pedia desculpa, mas talvez por causa da sua inexperiência nestas coisas preferia uma dinâmica de pergunta resposta, se fosse assim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que gostava de perceber, percebe a razão de se terem feitos os projetos, o Senhor Presidente já o referiu que há, para já, o financiamento nas sedes do Concelho. Tem algumas reservas relativamente às zonas a intervencionar acha que não são as zonas mais necessárias, não estas em Nelas, mas no Concelho. Mas gostaria de perceber, visto que o trabalho foi feito, quais foram as grandes linhas, leu a memória descritiva, embora não a tenha agora ali, mas, do ponto de vista das opções, porque é que se escolheram determinados tipos de materiais, no fundo, do ponto de vista técnico, porque é que chegaram a este resultado, tentar explicar, para ver se concorda, ou não, com ele, se o pode validar, ou se tem, ou não, alguma objeção de fundo em que, eventualmente, possa ser trabalhada, ou não. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira cumprimentou todos os presentes.



Reunião de 25/01/2017

Agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria saber qual é o fim daquilo que tinham ali, porque é que se chegou àquilo e qual é o objetivo de terem criado aquilo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que prometia ser mais pragmático. Gostaria de deixar ali três questões. As duas primeiras são muito diretas. Lembra-se quando foi feita a Requalificação da Rua Gago Coutinho que havia ali um problema de encaminhamento de águas pluviais e foi feito um ziguezague nas Quatro Esquinas pela Rua Sacadura Cabral, foi feito ali um z e depois, no Pomar, encaminhados para a Passagem Inferior ao Caminho-de-Ferro. Pensa que foi essa a solução. Não sabia se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marque, na altura, não estava cá. Mas pensa que foi essa a solução que foi adotada e agora a sua questão era esta: Uma vez que se prevê mexerem na Rua Dr. Abel Pais Cabral não seria de refazer esse encaminhamento dessas águas pluviais desta Rua Gago Coutinho, em linha reta, para a zona da Estação? Porque, parece-lhe que aquilo não funciona muito bem e de vez em quando há ali umas coisas um bocado descontrolada. -----

---- A Senhora Arquitecta Denisa Carvalho afirmou que estava só a ver qual era a pessoa mais indicada para responder. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que essa era uma questão. Depois, ali no projeto e os projetos feitos por arquitetos são sempre muito bonitos e as memórias justificativas também saem sempre muito bem, as memórias descritivas, nem por isso, porque esta memória descritiva não é bem descritiva, é mais justificativa e ali pode-se escrever tudo e mais alguma coisa e fica tudo sempre muito bem escrito e quem lê aquilo fica maravilhado e depois a gente vai espremer e às vezes o sumo é um bocado amargo. Estava a assumir uma posição crítica de propósito, intencionalmente. E nessa memória justificativa tem-se a justificação da intervenção, ou talvez nem tanto. A justificação é feita não em tanto de obra em si, mas em termos de soluções de acessibilidades. Não lhe parece que seja uma justificação muito abrangente. Depois, a descrição, de facto, falha um pouco. Mas, nas peças desenhadas dá para ver, por exemplo, uma coisa que o intrigou um bocado que é: Como é que se estão a prever lugares de estacionamento em frente do Quartel dos Bombeiros antigo? Estão desenhados mesmo em frente ao Quartel dos Bombeiros. Acredita que nunca lá serão feitos lugares de estacionamento porque não tem lógica nenhuma mas o problema é que estão a contar esses lugares como sendo para resolver o problema da falta de estacionamento. Essa é uma questão. Depois, ali naquela área toda que vai ser intervencionada era termos uma ideia de que materiais é que vão ser aplicados. Viu ali soluções de cubos de granito rejuntados com betão que é uma coisa que o arrepiou um bocado. Vê ali lajetas de materiais, que lhe chamam agora materiais nobres e novos mas, no fundo, aquilo é betão. Mas não vê ali calçada nos passeios, não vê ali nada disso. Queria perceber. Os passeios vão ficar todos, irremediavelmente, revestidos a betão e a faixas de rodagem, irremediavelmente, todas em cubos de granito, rejuntados com betão, que é uma coisa que a ele, Vereador Adelino Amaral lhe faz um bocado de confusão, mas aceita que seja uma proposta. Parece-lhe é que é e vai já dizer a sua opinião, parece-lhe até um pouco, enfim, não ia dizer criminoso, mas um pouco de intenção um pouco malévolamente substituir materiais centenários e que são ainda por cima endógenos e que nós queremos valorizar e chama-se a isto requalificação substituindo por betão. Isso a ele faz-lhe imensa confusão e a experiência que está a decorrer neste momento nas obras que estão em curso, de facto, são um cartão-de-visita péssimo para o lançamento



Reunião de 25/01/2017

destas obras. -----  
---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho perguntou ao Senhor Vereador Adelino Amaral quais eram os materiais centenários a que ele se referia especificamente lá. -----  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que eram as faixas de rodagem em cubos e os lancis em granito e os passeios em calcário, basalto e também alguns em granito. -----  
---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que na Praça das Quatro Esquinas não é isso que lá tinham. Têm fotografias. O que lá existia era uma espécie de seixo do rio muito irregular e que estava, constantemente, cheio de musgo. Aquilo não é calçada. Ela compreende e se o Senhor Vereador Adelino Amaral lhe der um bocadinho ela ia explicar até porque pode-se discutir tudo e ela compreende e é legítimo discutir desde a escolha, desde o projeto, a oportunidade, os custos deste projeto, se é relevante, ou não, mas as intenções dos Técnicos, esperava que a Câmara não as discutisse, até porque são as melhores. Não estavam ali minimamente de ânimo leve. Percebe muito bem que a reabilitação urbana e neste caso estão a intervir num território que é muito sensível, estamos no casco mais antigo de Nelas. É mais do que o valor histórico, patrimonial. Qualquer classificação que lhe queiramos atribuir tem uma memória coletiva e um valor que é mais emocional do que, propriamente, aquele valor das coisas. Portanto, os Técnicos da Câmara têm tido esse cuidado e aquilo que ela quer ali dizer aos Senhores Vereadores todos e com o máximo respeito, é que tudo o que os Técnicos têm estado a trabalhar é pensado, discutido, ponderado e não é a primeira coisa que lhes sai no lápis que passa para o papel. Posto isto, percebe, perfeitamente, que não é um projeto qualquer e é isso mesmo que a reabilitação urbana pretende. Ela não vê nada demolidor ali, confessa. Respeita as opiniões todas dos Senhores Vereadores. Não vê nada de demolidor. Acha que até estão a fazer uma intervenção que é sensível e gostava que esperassem para ver as Quatro Esquinas. É uma intervenção que não é, de forma alguma, de rutura com nada porque a reabilitação é isso mesmo. É melhorar. É dotar espaços que têm já uma história, que têm muitos anos, que tem muita utilização, que as pessoas, naturalmente, já se apropriaram deles e são seus e são mais do que um território da Câmara Municipal, é das pessoas e os Técnicos sentem isso todos os dias na obra porque as pessoas manifestam-se e estão curiosas e estão interessadas e fazem perguntas e vêm ter com os Técnicos, muitas vezes zangadas e eles compreendem isso tudo. Agora, aquilo que vão fazer, ela diria que é uma intervenção muito suave. Vão manter os lancis de granito, vão substituir todos os lancis de granito que lá estão e que estão danificados. Aquilo não são lancis. Aquilo são, simplesmente, limitadores de material. Aquilo não vai ter expressão, não vai ser visível, vai ficar simplesmente no chão a delimitar a diferença de diferentes materiais porque a intervenção nas Quatro Esquinas, como os Senhores Vereadores sabem bem, discutiram ali o projeto e estiveram na reunião de Câmara, vai transformar toda aquela área que já está bastante delimitada agora que começaram a intervir, vai transformá-la numa espécie de plataforma de circulação mista em que os peões e os carros vão conviver de uma forma que não é tradicional. Nós estamos habituados a ver delimitações muito claras físicas do lancil, da faixa de rodagem, do passeio, da passadeira. Ali querem é que seja um espaço mais fluido porque ao analisarem aquela área verificaram que não tinham forma de alargar passeios, de tornar toda aquela área acessível e respeitar a legislação que o obriga. Chegaram à conclusão que uma solução interessante ali seria nivelar aquilo tudo, fazer com que os carros que circulam



Reunião de 25/01/2017

pelas Quatro Esquinas se apercebiam que chegam a uma área diferente, que tem pavimentos diferentes, que devem reduzir a marcha e, ao mesmo tempo, fazer com que os peões compreendam o seu espaço de circulação e de estar, essencialmente pela diferença de pavimentos. Ou seja, aquilo que nós vamos ter lá, no fundo, é um espaço todo à mesma cota em que há uma circulação de preferência fluida mas lenta em que as pessoas possam atravessar em segurança e percebam por onde devem circular. Depois, querem dar continuidade a isso até à Estação, criando passeios. Aí já não vamos ter uma plataforma toda nivelada. Já vamos ter faixa de rodagem com lancil em granito, vamos ter é passeios e vamos ter estacionamento regulamentar, que é o que neste momento não acontece lá. O que acontece agora, por exemplo, na Rua Dr. Abel Pais Cabral e mesmo na zona do Largo dos Bombeiros é que ao percorrermos aquela área inevitavelmente vamos para a estrada. Não sabia se os Senhores Vereadores têm essa experiência. O que acontece é que os passeios são tão exíguos, os carros param porque precisam de parar porque não há estacionamento. Aquela rua tem um perfil que tem sete metros e qualquer coisa, ou seja, duas faixas de rodagem para dois sentidos, com três metros, sobra muito pouco para as pessoas passarem e o que nós vimos lá, constantemente, é carros parados, carros que querem cruzar mas não conseguem cruzar, esperar que o outro carro passe e as pessoas, constantemente a andarem onde é suposto andarem os carros. Isso é uma situação que é perigosa, que não é, de forma alguma, compatível com aquilo que nós queremos nas cidades em termos de acessibilidade. É impossível uma pessoa, numa cadeira de rodas, por exemplo, percorrer aquela rua. Não é de todo possível. E, mesmo pessoa com mobilidade, mas um pouco mais limitada, uma pessoa que esteja com umas canadianas, que esteja com algum tipo de problema, não consegue percorrer aquela rua de uma forma segura. Por isso é que suprimimos um sentido de trânsito. Pretendemos que haja uma faixa de rodagem, que haja lugares de estacionamento onde é possível tê-los, onde sabe que as pessoas param, inevitavelmente, que é o caso do Quartel dos Bombeiros, que neste momento está desativado, vão manter ali aquele espaço onde as pessoas podem parar, mas vão ter sinalização a limitar o tempo que lá podem estar, ou seja, não vão impedir que aquele pouco espaço que ali está não sirva para uma pessoa parar e ir fazer qualquer coisa, mas não vão permitir que fiquem lá estacionados permanentemente. Isso tudo se consegue controlar com sinalética. Como não se consegue ter um passeio com o mínimo de 1,5 metros dos dois lados, vão ter passeio só de um lado, mas vão ter travessias seguras, vão ter passadeiras marcadas, vão ter piso tátil para sinalizar as travessias a pessoas invisuais e vão tentar fazer tudo isso com segurança, tentando minimizar os atritos, os conflitos que existem neste momento. E acha que toda a gente está consciente que aquela rua não flui bem, que aquela rua não é amiga dos peões, que aquela rua quase invariavelmente está cheia de carros de um lado e de outro e tem que se andar ali a fugir e simplesmente, acha que não é aceitável que o peão tenha que vir para a faixa de rodagem para atravessar, ou percorrer aquela rua. Em relação à escolha de materiais, isso é um bocadinho subjetivo, concerteza e ela, Arquiteta Denisa Carvalho, respeita a opinião do Senhor Vereador Adelino Amaral, mas nós se formos a muitos outros lugares encontramos lajetas, encontramos todo o tipo de materiais modernos que ela acha que se eles são modernos são bons, são confortáveis, são seguros, são antiderrapantes. Em Viseu temos áreas imensas de calcário que são armadilhas terríveis agora no inverno e ela não se percebe porque é que se põe aquilo e temos materiais novos que ela tem a certeza que as pessoas vão gostar depois de andar neles. Mas que, se



Reunião de 25/01/2017

calhar, à primeira vista, diferem um bocadinho da calçada, é verdade, mas o que nós tínhamos ali também não é bem calçada. Nós tínhamos ali uma manta de retalhos de seixo branco, que é desconfortável como tudo, misturado com uma espécie de uma gravilha, fazia ali uns desenhos mas não é um piso que se possa dizer que é histórico. Depois, mais abaixo, tem cubinho de granito, vão manter o granito na faixa de rodagem e acha que é tradicional e é bom para evitar excessos de velocidade. É um piso que faz com que os condutores se apercebam e não é uma coisa que faça acelerar. Depois, gostava de manter os passeios confortáveis porque se formos a cidades onde às vezes temos passeios todos cimentados é muito confortável caminhar aí, circular numa cadeira de rodas, empurrar um carrinho de bebé. Ali tentou-se, inicialmente e naquele 3D que foi visto quando discutiram o projeto das Quatro Esquinas, tinham inicialmente escolhido uma lajeta mais escura. Simplesmente, essa lajeta quando lhe veio parar à mão, a peça amostra, verificaram que não fazia muita diferença da cor do granito e se a misturam-se ali com o granito na faixa de rodagem não havia aquilo que os Técnicos pretendiam que é a percepção imediata das distintas áreas de circulação. E isso podia-se tornar perigoso e confuso. Por isso optaram para passar para uma cor um bocadinho mais clara. Essa cor mais clara é bastante parecida com o que lá estava porque, de facto, a Praça era branca e preta. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Adelino Amaral tinha uma dúvida relativamente às faixas de rodagem, todas, elas vão manter-se sem granito? Pronto. Quer as das Quatro Esquinas, quer as outras. A única diferença é que nas Quatro Esquinas o cubo de granito fica ao nível de toda a plataforma. No resto é mantido o lancil. A faixa de rodagem é na mesma em granito, mesmo na Avenida António Joaquim Henriques? Certo. É substituído porque, atualmente, há uma parte que é alcatrão, quem vem do Pomar para a Estação é em alcatrão e mesmo a Praça da Estação é em alcatrão. A faixa de rodagem será substituída por granito. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que em frente da Estação gostariam de criar uma praça muito maior, pedonal, que fala de sala de visita, de receção, a quem, chega da Estação e chegando e im diretamente para o alcatrão não é muito acolhedor. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que quem chega é para se ir embora e perguntou onde ficavam os estacionamento. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que os Técnicos mantiveram alguns estacionamento daquele lado, mas não podiam criar uma praça sem tirar estacionamento. Ela pensa que o que estiveram a analisar ali à volta é que, de facto, existe alternativa, existem muitos lugares de estacionamento que podem ser usados. -----

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes para falar nas águas pluviais.

---- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes afirmou que, em relação às águas pluviais das Quatro Esquinas, vão manter o que está. Vão funcionar as mesmas sargetas, manter o que está. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, então, era uma oportunidade perdida. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que na reunião de 23 de junho, onde se falou a primeira vez neste assunto, esteve a consultar as atas e falou nisso exatamente, se não há necessidade de reforçar alguma coisa. Não sabia quem é que tinha falado ali na possibilidade de substituir a conduta da adução da água que está, normalmente, sempre a romper e era uma oportunidade, já que se vai fazer isso, gastar mais alguma coisa e



Reunião de 25/01/2017

solucionar essa questão. E ele também abordou essa questão de, eventualmente, identificar pontos de pequenas inundações e aumentar, melhorar, corrigir alguma coisa que esteja feita já que se vai fazer a intervenção, que não seja meramente estética e que possa, de alguma forma, do ponto de vista estrutural, evitar futuras inundações, em situações de ponta isso acontecerá sempre, mas pelo menos considerar isso. -----

---- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes afirmou que, relativamente às águas pluviais ali na zona das Quatro Esquinas, pelo menos parece-lhe que estavam a funcionar bem. Mais abaixo, no Pomar, aí sim, às vezes, de vez em quando temos alguns problemas. Relativamente à conduta da água também já foi falado isso com o Senhor Presidente. Essa proposta foi feita e está-se a ponderar, eventualmente. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já tinha a indicação que passam ali duas condutas de água. O Senhor Arnaldo tem essa informação. Isso depois resultar todo do cadastro, mas agora não temos cadastro. E era prudente, como diz o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, e o Executivo está a pedir orçamentos para isso, era substituir as condutas de água que haja ali de fibrocimento. -----

---- A Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes afirmou que as duas condutas de água são de fibrocimento. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era para depois não haver rebentamentos. Estão a aguardar o orçamento. Levantando-se os pavimentos, todas as melhorias que haja necessidade de fazer em águas pluviais, far-se-á. Agora, fizeram uma intervenção que, também com a ajuda do Senhor Vereador Adelino Amaral, que foi grande parte das águas pluviais que vinham ali para o Pomar, que vinham da zona das Pedras Marradas, cortaram-nas ali mesmo na esquina e agora estão a ser encaminhadas para o Pomar e, portanto, grande parte das águas pluviais de origem, que seria daí, causavam ali junto à casa do Senhor Raul grandes inundações, o Executivo tem esperança que, pelo menos metade das águas pluviais que vinham da zona das Finanças sejam desviadas, têm andado lá em intervenção, não sabia se o Senhor Vereador Adelino Amaral tem reparado, mas têm andado lá na Rua da Cumieira em intervenção para estancarem logo ali a questão das águas pluviais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, relativamente a estes projetos, devia ter lido isto com mais detalhe mas não leu e até por isso é que ele, pede o favor de lhe responderem. Perguntou se havia cabos aéreos ainda, está previsto já estar tudo enterrado e os hidrantes para os Bombeiros, se está previsto algum tipo de intervenção porque muitas das vezes ainda são de rosca, sendo que hoje em dia todos os hidrantes devem ser, no mínimo em 70 com a chamada aplicação Stroze e por vezes são pormenores que no compto geral são uma insignificância mas podem fazer alguma diferença especialmente no caso de urgência. Não sabia se o fizeram, provavelmente sim. Mas também deixava essa pequena chamada de nota para que, caso isso seja possível, se melhore também essa questão da segurança. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, pediu para levar em consideração, depois numa próxima intervenção dos Técnicos, relativamente à bolsa de estacionamento que o Executivo pretende criar no Pomar, que está assinalada ali nas plantas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que só ia intervir por uma questão de respeito à Senhora Arquiteta, a quem ele estima muito e a quem acha uma



## Reunião de 25/01/2017

excelente Técnica. Porque, tecnicamente, quanto ao projeto ele nem sequer se queria pronunciar porque não é esse o móbil da sua votação contra. Vai votar contra mas não é a questão do processo, é a escolha das áreas que foram reabilitadas. E já agora, deixava uma pergunta que gostava que a Senhora Arquiteta lhe respondesse, quem é que foi o mentor da escolha dos projeto? Se foram os Serviços Técnicos e a Senhora responsável paisagista, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Susana, e a Senhora Arquiteta, ou se foi o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas? E das áreas de reabilitação. -----

---- O Senhor Presidente, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, afirmou que podia esclarecer, sem prejuízo da Senhora Arquiteta. As áreas de intervenção da reabilitação urbana foram aprovadas nesta Câmara com o voto do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. As áreas de reabilitação urbana foram aprovadas com o voto do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que à data não foi especificado o que é que o Executivo ia fazer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que à data foi especificado o que é que o Executivo ia fazer pediu à Senhora Vice-Presidente para consultar o PARU, porque está tudo no PARU. Portanto, não foi a Senhora Arquiteta que escolheu as áreas de intervenção, foi a Câmara com o voto favorável do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que pedia desculpa e que se tinha enganado e que errou nessa votação. Errou. Fez um mau trabalho. Prestou um mau trabalho para o Concelho ter aprovado estas PARU,s. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que as intervenções aprovadas pela Câmara foram as Quatro Esquinas, Largo dos Bombeiros, Largo da Estação, Praça do Município e a Praça da Igreja. Aliás, o Senhor Vereador Artur Jorge, em tom de brincadeira, propôs até o parque de estacionamento subterrâneo ali na Praça do Município. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para não dizer que prestou um mau trabalho. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu à Senhora Arquiteta Denisa Carvalho, com o devido respeito e uma vez que o Senhor Presidente o está a acusar que foi ele que aprovou e diz que errou e fez um mau trabalho para o Concelho ter aprovado aquilo, que não dissesse mais isso se não ele ia-se embora e passava para o lugar da Senhora Arquiteta, quando a Senhora Arquiteta diz para o Senhor Vereador Adelino Amaral: Esperem que vai ver o que dá nas Quatro Esquinas. Se o legislador estivesse à espera que o Arquiteto, ou o Técnico viesse dizer ao Vereador o que é que deviam fazer, punham ali Arquitetos e Engenheiros e não punham ali Vereadores que foram sufragados pelo Povo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não foi isso que a Senhora Arquiteta quis dizer. O que quis dizer ao Senhor Vereador foi, deixem terminar a obra para ver como fica. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho, dirigindo-se ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marque, com todo o respeito não foi isso que ela quis dizer. O que ela quis dizer foi quase aquele desejo interior que é normal nestas coisas, que é, depois de estar a obra completa. Os Técnicos mostraram a obra em reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Arquiteta Denisa Carvalho se ela estava na reunião de Câmara em que ele tinha feito o reparo da demolição da fonte e do seu conservadorismo. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que se lembrava disso. -----



## Reunião de 25/01/2017

----- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a Senhora Vice-Presidente não tinha legitimidade para o estar a interpelar na reunião de Câmara. Se era a sua função estava enganada. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que ninguém tinha medo do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e que escusava de falar aos gritos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que quem dirigia a reunião era o Senhor Presidente e que a Senhora Vice-Presidente não podia interrompe-lo a ele, Vereador Dr. Manuel Marques, quando ele intervém. A Senhora Vice-Presidente estava-se a redimir de se ter absterido na compra da Nelcivil e hoje veio pedir perdão ao Senhor Presidente. Borges da Silva, não me mandes embora como mandaste o Alexandre e eu portei-me mal. E não dizia mais nada. Estava tudo dito. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que a sua dúvida era só porque parece que vai haver estacionamento no Pomar. Queria fazer uma pergunta à Senhora Arquiteta Denisa Carvalho e dizer que ele também é saudosista como toda a gente é, mas também não lhe repugna nada o progresso das coisas, não quer é ser Penélope, fazer durante o dia para desmanchar à noite, estar sempre a substituir aquilo que estava feito. Queria saber era, se fosse possível, duas coisas: Primeiro, se bem entendeu aquilo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques queria perguntar era, nas áreas de reabilitação urbana, estando delimitadas, se foram os Serviços Técnicos que disseram ao Senhor Presidente: Olhe, são estas áreas para fazer. Outra pergunta era e preocupando-se ele e entende aquilo que ela está a dizer, da parte de mobilidade das pessoas, então tinham que destruir Nelas toda. Tirando a zona ali da Avenida João XXIII, acha que, se calhar, mas tinham que reformular quase Nelas toda porque, infelizmente, os passeios, por muito que se tenham feito no mandato anterior, não foram em Nelas acha ele e também são necessários. Entende isso, e acha que, nunca houve nem graves acidentes naquela zona, nunca houve também desacatos entre as pessoas ali. É certo que é uma rua complicada mas não sabia até que ponto seria a melhor solução. Ele, na altura, não estava cá para votar. Disse ao Senhor Presidente, na altura, que ia votar contra, não contra o projeto em si mas contra a forma das Quatro Esquinas. Não falou só com o Senhor Presidente, falou com outras pessoas e a sua intenção era essa. Não está em causa o projeto. Acha que é arrojado. Do seu ponto de vista, pensa que esta é uma opção política e a sua opção política não era esta. Se ali é uma zona de acolhimento e se nós queremos trazer mais gente para Nelas e se lhe vamos pôr o estacionamento no Pomar, as pessoas pegam no seu carro e vão-se embora. Se calhar devíamos era atrair era mais qualquer coisa ali para baixo, se bem que a zona entre o Quartel dos Bombeiros e o Largo da Estação era uma zona a reabilitar com patamares, ou com coisa parecida. Mas depois perde o resto. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que aceitava e respeitava a opinião do Senhor Vereador Artur Ferreira porque, de facto, neste tipo de projetos os Técnicos têm sempre que ponderar esses fatores todos e é muito difícil conjugá-los todos e agradar porque os Técnicos têm a noção de que é preciso estacionamento, mas também têm noção que é preciso espaço para os peões, têm noção que é preciso beleza, não é assim quantificável, mas também é precisa e é subjetivo, mas fica bem uma Estação de Caminho-de-Ferro com uma praça à frente, mas isso não se consegue tudo ao mesmo tempo. Não tem nada a dizer. Respeita a opinião do Senhor Vereador Artur Ferreira e, obviamente que é preciso ter também





## Reunião de 25/01/2017

lugares de estacionamento. Os Técnicos têm esta fé de que com o decorrer do tempo esses hábitos se possam moldar e que as pessoas compreendam e estacionem um bocadinho mais longe porque há muitos lugares de estacionamento ali. É óbvio que do ponto de vista do utilizador nós queremos sempre deixar o carro o mais próximo possível, mas a posição dos Técnicos é terem que fazer um projeto o melhor possível e conjugar esses fatores todos e tentar encontrar uma solução equilibrada. É óbvio que não vai agradar a todos mas a intenção dos Técnicos é que, pelo menos, não desagrade a muitos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira perguntou se eram aquelas áreas de reabilitação urbanas onde os Técnicos pretendiam intervir, se tinham outras áreas em Nelas, se não tinham. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que confessava que essa pergunta deveria ser dirigida ao Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Vereador Artur Ferreira que dentro da ARU toda foram colocados vários cenários. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Quartel dos Bombeiros não está desativado como diz a Senhora Arquiteta. Quem sabe lá se o Quartel dos Bombeiros vai servir para ser o Centro de Formação Profissional. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que só aquela zona que está sinalizada em frente às garagens vai-se manter, não vão interferir com isso. Queria só dizer ao Senhor Vereador Adelino Amaral que, realmente, aquilo que ela disse há pouco não era com essa intenção em relação às Quatro Esquinas. Não era, esperem para ver. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, dirigindo-se à Senhora Arquiteta Denisa Carvalho, afirmou que não foi ele que chamou à atenção e se alguém tem que pedir desculpa a alguém é ele que tem que pedir desculpa às nossas ilustres Técnicas porque ele, quando falou numa intenção malévola não era uma intenção dos Técnicos que fazem os projetos, mas é uma intenção quase de princípio. Ele é um pouco tradicionalista, embora tenha contribuído para estragar a nossa paisagem quando fazia lá aqueles projetos meios avariados, mas não tinha culpa porque não havia arquitetos e não havia pessoas com formação disponíveis no mercado e o mercado procurava soluções daquele tipo e ele também dava uma ajudinha e, pelo menos, contribuiu para muitas dezenas, centenas, ou até milhares de pessoas terem um lar em condições com o mínimo de dignidade, não com a beleza estética e com o equilíbrio arquitetónico e essas coisas todas que seria desejável e que, por exemplo nos dias de hoje não seria possível fazer aquilo, como é evidente, mas queremos que nos dias de hoje a qualidade evolua e os parâmetros e os níveis de exigência também sejam outros e as intervenções de requalificação também sejam com alguma profundidade e que sejam soluções mais duradouras e isso também o incomoda um pouco. Incomoda-o passar na Rua Gago Coutinho e ver aquelas lajetas todas partidas. É evidente que a calçada e os seixos e isso tudo também se levanta, mas repõe-se e aquilo fica tudo bem. Em relação às novas soluções destes novos materiais, ele, Vereador Adelino Amaral, tem muitas dúvidas o que é que daqui a 10 anos a Comunidade Científica de Técnicos pensa em relação a isso. Ele sabe o que é que eles todos pensam em relação ao granito, pensam todos muito bem. Todos eles pensam muito bem em relação ao granito e se alguém disser mal é já aqui excomungado. Agora, não gosta é da solução de cubos de granito betonados. Isso é que ele não gosta por razões até ambientais porque se temos problemas com águas pluviais e se temos problemas com o escoamento de



Reunião de 25/01/2017

águas então vamos pôr ali uma camada de betão nestas avenidas todas e então qualquer dia temos que andar a tirar água à colher, para não falar naquilo que é ambientalmente condenável, é que a água que se infiltra nas frestas dos paralelos vai alimentar o subsolo, eventualmente, manchas verdes que há à volta e se nós lhe retirarmos essa água estamos que andar a pôr água todos os dias nas árvores, o que é uma coisa absolutamente, acha ele que não faz sentido nenhum. E estão ali a arranjar soluções para plantar árvores no meio do alcatrão e isso também não é louvável. Por exemplo, aquela solução que está a ser feita nas Pedras Marradas de fazerem ali um passeio com uma dimensão absolutamente, enfim, desgovernada, só para tapar o espaço com pavê, acha isso um crime. Porque é que aquilo não há-de ficar em terra à vista, com árvores, com flores? Porque é que não há-de ficar com terra à vista? Porque é que não há-de pôr lá o pavê para preencher o espaço? E num lado tem 50 cm e a seguir tem 4 metros. Isso cabe na cabeça de alguém? Ele não sabe se é a Senhora Arquiteta, ou a Senhora Engenheira que projetam isso mas ele, Vereador Adelino Amaral, nunca aceitou isso. Aliás, o Executivo anterior era perito, aquilo não era uma crítica, era uma constatação, era perito nessas soluções. Qualquer sítio que havia, bota alcatrão, como diz o Povo, bota pavê e tapavam aquilo tudo. Mas porque é que o passeio não há-de ter só 1,5 metro, ou 2 metros? Aquilo que é necessário e deixarem de se preocupar em ocupar o espaço todo com passeio. E, no fundo, é esta a solução que está a ser ali também instituída. É que desde a Câmara Municipal até ao cimo da Avenida António Joaquim Henriques não há mais nada senão cubos de granito e lajetas de betão. Não há mais nada. Há um canteirinho de flores? Estão lá plantados no meio. Acha que não lhe parece uma boa solução. Em relação aos materiais confessa que é muito distraído em relação às terras onde passa e não liga aos pormenores, mas em Albergaria, que é uma terra, enfim, como Nelas, Albergaria não é nenhuma metrópole por aí além, foi feita uma intervenção no centro de Albergaria tudo em granito, tudo em granito e está lindíssima. A única coisa que está lá, que repugna, são umas argolas que puseram de sinal para os carros não tocarem, e que acha que é uma coisa ridícula. Mas, tirando isso, a intervenção em termos de pavimento é lindíssima. E não percebe, dá mais trabalho? Custa mais? Custa, mas é melhor e é uma solução que daqui a 50 anos, de certeza absoluta, que não repugna ninguém. -----

---- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que os Técnicos da Câmara não têm nada contra o granito. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que tinham contra o calcário. ---

----- A Senhora Arquiteta Denisa Carvalho afirmou que contra o calcário tinha um bocadinho, confessava. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que ele também mas aquilo bem posto, se calhar, não é má solução. Mas a Senhora Arquiteta disse uma coisa e a intervenção dele, Vereador Adelino Amaral, foi até mais para justificar isso, que ele concorda, vamos ver como é que fica a intervenção nas Quatro Esquinas e as outras que estão a ser feitas e elas podem servir de mote depois para continuarem com aquele modelo, ou arripiarem caminho, que ainda irão a tempo. Porque ele não tem dúvida que a Rua dos Bombeiros, que o Largo da Estação, precisam de ter uma intervenção. A sua dúvida é se é assim, ou não. E a sua dúvida é se ela é prioritária, ou não. E a sua dúvida é quais são as áreas que devem merecer mais atenção. Ele, que se fartou ali de elogiar e não está arrependido por isso, o projeto que foi desenhado para as Quatro Esquinas, ele sugeriu que fosse alargado ali a algumas zonas



Reunião de 25/01/2017

envolventes das Quatro Esquinas. E o que se está a fazer ali é fazer um eixo e deixar abandonadas, praticamente, o coração da Vila de Nelas, porque estão a fugir. Estão nas Quatro Esquinas, depois a Estação e depois a seguir vão intervir no Largo da Igreja e na Praça do Município. E, ele, aí tem muitas dúvidas da prioridade e da necessidade de se intervir nessas áreas. E eles, Membros da Câmara, estão ali para decidir e ele, a sua opinião, acha que estas intervenções devem ser mais ponderadas e mais cuidadas. E acha que gastar dinheiro só por gastar, fazer obra só para gastar dinheiro porque há dinheiros comunitários, acha que isso, em termos coletivos, não é um bom contributo e fazer obras à pressa porque há eleições para a semana, senão perdem-se votos, também não lhe parece bem. Depois, há aqui uma questão fulcral que é a intervenção no Largo da Estação. Ele, Vereador Adelino Amaral, ainda sonha com uma Vila de Nelas, que se desenvolveu muito à custa do Caminho-de-Ferro e do cruzamento de eixos rodoviários e ferroviários, ainda sonha com Nelas ter um movimento de pessoas que vêm de Viseu, de Seia, de Gouveia, de Oliveira do Hospital, para beneficiar do nosso bem que é a Linha do Caminho-de-Ferro e acha que as intervenções à volta do Caminho-de-Ferro devem ter esse objetivo, é que nós queremos que a Estação de Nelas seja um terminal de passageiros, não um cais de carga porque isso já está fora de questão porque já tem dono, mas nós devemos lutar por isso, para valorizar o Caminho-de-Ferro, para valorizar a Estação do Caminho-de-Ferro. Acha que a ideia do chamado Acesso Sul e de projetar o apoio ao Caminho-de-Ferro para sul acha boa ideia, mas acha que tudo isso tem que ter um estudo mais planificado. Não faz sentido estar a gastar ali agora 100.000,00 euros, ou 200.000,00 euros, ou o que é que é, e depois agora aquilo para ser cais de passageiros, para os autocarros e não sabe quantos aquilo não serve. E ele não sabe muito bem como é que os autocarros ali vão circular. Parece-lhe mal. Depois, tirar aquilo tudo, tirar o alcatrão do Largo da Estação? Sim Senhor, tiramos o alcatrão e vamos lá pôr as tais lajetas de betão lá com umas árvores no meio, com uns arbustos. Não sabe. Tem sérias dúvidas. Acha que no Largo da Estação, aliás, toda aquela zona, que não são, na sua ótica, de intervenção prioritária e até pelo que disse o Senhor Presidente, que estão previstos investimentos naquela Avenida, que podem depois deitar tudo a perder, acha que deviam ser mais pensados. E a sua sugestão foi, ok, não há alternativa, vamos perder o dinheiro, não. Vamos estudar aquelas ruas que ele sugeriu, a Rua da Botica e o Largo do Pelourinho e o Largo Vasco da Gama. Talvez essas ruas precisem mais até de requalificação do que as outras, sem querer, como o Senhor Vereador Artur Jorge disse e bem, é pá, mas se for assim temos que mexer em todas as ruas de Nelas porque os passeios são estreitos em todo o lado. Ele acha que os passeios devem ser dimensionados às necessidades das pessoas e, infelizmente, o centro de Nelas tem poucas pessoas agora a andar nos passeios porque o comércio decaiu muito, porque há muitas casas que já não são habitadas. Há larguras regulamentares e quando se fizer tem que se fazer de acordo com as larguras regulamentares. Agora, não têm é que ter intervenção prioritária. Todas essas questões deviam ser pontos de partida para este projeto. Ele, Vereador Adelino Amaral, se calhar, até está inibido de participar na votação porque é morador no Pomar e estão a querer valorizar o Pomar e depois valorizam a sua casa e ele pode ser ali acusado de ser parte interessada porque parece que querem pôr tudo no Pomar. As águas pluviais continuam a ir para o Pomar. Os estacionamento têm que ir para o Pomar. Querem pôr tudo no Pomar e depois então fica a sua casa muito valorizada e ele, se calhar, não pode participar ali. Mas ele acha que a questão das águas pluviais, que andam ali aos ziguezagues, devia ser



Reunião de 25/01/2017

ponderada. Na sua opinião acha que os Técnicos deviam estudar bem isso porque ele, que vive no Pomar, todos os anos e várias vezes há ali incidentes com roturas de tubagens. E aquilo tem a ver com excesso de carga. Não é por passar lá uma sardanisca que aquilo rebenta. É por excesso de carga e acha que valia a pena repensar isso. E estava a falar nisso porque foi do projeto da Rua Gago Coutinho já se equacionou isso. E, depois, o Pomar é um espaço tão próximo que está do centro, sim senhor, pode servir de apoio para aumentar a oferta do estacionamento. Não se podem esquecer que há ali umas casas que hipoteticamente seriam de turismo, ou não sabe se funcionam assim, ou se foram feitas para isso, e, portanto, também precisam de estacionamento, mas o Pomar tem lá uma área imensa para aproveitar, eventualmente, para zona verde, ou para outra. Se querem intervir no Pomar então intervenham porque há lá espaço que chegue. Agora, não vão é atirando as coisas que sobram dos outros lados, aí isso vai para o Pomar. As águas vão para o Pomar. O estacionamento vai para o Pomar. Não pode ser. Não tem nada contra estas obras. Não lhe parece que elas sejam prioritárias, mas serão necessárias mais tarde, ou mais cedo. Mas põe algumas reservas em relação aos projetos, em relação a estas soluções, sem pôr em causa, naturalmente, as soluções e as competências, não é isso que está em causa. Mas, põe, de facto, algumas reservas e gostaria mesmo de ver primeiro as soluções deste tipo a funcionar. Por isso, não irá votar favoravelmente os projetos exatamente porque as soluções que estão em curso neste momento deixam-lhe algumas dúvidas. Acha que valia a pena fazer um compasso de espera para depois avançar para um sítio, ou para outro. Na sua opinião, devia-se avançar à volta do Centro Quatro Esquinas. Ainda agora requalificar o Largo da Câmara? O Largo da Igreja? Porquê? Já agora vão também levantar o pavimento todo e os passeios todos da Avenida João XXIII que estão nas mesmas condições. São mais largos os passeios? São, mas têm os mesmos materiais e têm as mesmas ondulações e têm as mesmas irregularidades. Cabe na cabeça de alguém agora fazer a requalificação daquela Avenida? Não faz. Não cabe na cabeça de ninguém. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que, primeiro, gostava de agradecer as explicações. Ele, do ponto de vista técnico, não se atreve, sequer, a questioná-las. Pode gostar, ou não gostar. Acha que esse tipo de críticas fá-las sempre à posterior e quem toma as decisões sujeita-se depois a elas como é óbvio. Mas também lhe parece, não tendo ele formação específica na área, acha que os alertas ficam bem. Muitas das vezes nós não nos lembramos de tudo e é nessa perspetiva que ele os faz. Agora, daquilo que viu foi superficialmente. Ele, relativamente a este conjunto de obras, do ponto de vista técnico, não tem, absolutamente nada de relevante a apontar. Portanto, dava os parabéns às pessoas que o desenvolveram. Concerteza que foi com empenho e com a competência que demonstram. Portanto, se isto vier a ser implementado e os Membros da Câmara chegarem à conclusão, obviamente, depois, sujeitar-se-ão a críticas e, obviamente, a decisão que, eventualmente, os Membros da Câmara possam ali tomar, pelo menos a sua não será baseada do ponto de vista técnico. Mas há uma outra componente, que é a componente política, que o Senhor Vereador Adelino Amaral, de alguma forma, já abordou e que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também gostava de complementar com outras coisas. Primeiro, tinha ali uma pequena pergunta: No dia 23 de junho a Câmara aprovou, por unanimidade, um voto de repúdio relativamente àquela questão da CCDR entender prepotentemente, que ele acha, de alguma forma até caricatamente, só permitir intervenções na sede do Concelho, gostava de saber se isso foi enviado e se há



Reunião de 25/01/2017

evidências, para onde é que foi enviada, porque ele ainda tem esperança e dado que o Quadro acaba em 2020, que isso possa vir a ser alterado e que a Câmara possa fazer intervenções não só na sede do Concelho, mas noutras áreas do concelho, noutras povoações, onde elas são, efetivamente, mais precisas. E ia dar um exemplo baseando-se naquilo que a Senhora Arquiteta Denisa Carvalho e a Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Abrantes falaram. A Senhora Dr.<sup>a</sup> Susana Rabaça não abriu a boca, pede desculpa por isso. Concerteza teria coisas muito úteis para dizer à Câmara, não tem a mínima dúvida disso, pese embora a sua militância de Nelense assim mais exacerbada. Passando agora a um registo sério, falou-se ali em passeios irregulares, em problemas de mobilidade, na própria segurança, reorganização do trânsito devido à insuficiência das faixas de rodagem atuais, coisas que ele concorda em absoluto. Mas ele fica a pensar que há sítios no Concelho onde isto faz ainda muito mais sentido. Vai puxar um bocadinho a costela, lá está a sua Canite aguda, que para quem não sabe, foi um termo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que, uma altura, numa conversa, acabou por lhe transmitir, que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, achou piada, mas, por exemplo, basta passar ali entre o Café O Século, ou o Centro de Saúde, em Canas de Senhorim e o agora O Meu Super, ou a Rua do Comércio, ou até noutros sítios do Concelho, para verificarem que os passeios, chamar aquilo passeios acaba por ser uma anedota. Nós temos passeios com dois palmos e que nesses dois palmos está um poste de iluminação. Portanto, sem estacionamento, sem nada, e está a falar não é propriamente de coisas recentes. São coisas com 50 anos. Parece-lhe e volta a dizer que, do ponto de vista político, a Câmara Municipal tem que fazer um esforço acrescido para dizer a quem, prepotentemente e do alto da sua cadeira, ficamos por aqui, nos diz que nós só podemos intervir na sede do Concelho e nos limitar até do ponto de vista democrático. Era o que falta. Então, mas a que propósito? Temos que fazer vingar a nossa opinião, ou, pelo menos, a sua opinião é essa. Nós temos um determinado dinheiro para gastar que pode, eventualmente, vir a ser reforçado. Mas vamos fazer isso de forma mais harmoniosa e distribuindo isso um bocadinho por onde ele é, efetivamente, preciso. Portanto, ele, não tendo nada contra estes projetos e reconhecendo que as coisas ficariam melhor, como é óbvio, parece-lhe um desperdício de dinheiro quando nós temos coisas que nem aos calcanhares chegam daquilo que neste momento existe naquilo que nós vamos intervencionar. Porque é assim: Podemos dizer que o Largo da Estação em Nelas ficaria melhor depois desta intervenção? Seguramente. As Quatro Esquinas de Nelas vão ficar melhor do que aquilo que está? Há quem diga que não. Ele admite que sim, que possa ficar melhor. Também não serão propriamente todos malucos. Agora, quando comparado com outras necessidades que existem no Concelho e que vão ficar mais uma vez, mais uma vez, vão ficar para segundo plano à espera que agora é que vai ser e que vai haver uma reprogramação, quando até, outra questão, o Senhor Presidente afirmou publicamente e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, espera que ele cumpra isso que disse, que, caso não houvesse financiamento comunitário, a Câmara, a suas expensas, iria realizar algumas dessas obras, sabia que o Senhor Presidente não disse quando é que as ia fazer. Mas nós temos um Quadro que acaba em 2020, não havendo uma garantia de refinanciamento, percebe que do ponto de vista eleitoral faça sentido que as obras sejam feitas agora. Mas para ele, se calhar, do ponto de vista eleitoral, não faz sentido que as obras sejam feitas agora. Portanto, do ponto de vista político e visto que isto não põe em causa esta intervenção porque até 2020 ainda há muita coisa. E gostava de fazer outra pergunta: No dia 26 de outubro, quando aprovou a intervenção



Reunião de 25/01/2017

do Largo das Quatro Esquinas uma das coisas que sugeri ao Senhor Presidente, está na ata, já foi confirmar porque ele é um pouco esquecido e às vezes baralha-se, por isso é que escreve muito, uma das coisas que ele pediu ao Senhor Presidente foi que pedisse aos Serviços Técnicos que desenvolvessem trabalho e que o PARU para o Concelho de Nelas avançasse. Gostava de saber se ele avançou, se existem outros projetos que podem aprovar na Câmara e que ficam depois sujeitos a candidatura, ou se não. Estava a falar nisso porque quando ele tentou convencer o Senhor Presidente a fazer áreas de reabilitação urbana, aquilo que ficou, mais, ou menos, definido é que iria haver um PARU para a área do Concelho de Nelas e havia quatro áreas de reabilitação urbana. Gostava de saber como é que estão essas áreas de reabilitação urbana, se existe algum projeto de intervenção para alguma outra zona que não na sede do Concelho. Foi isso que foi pedido, foi aceite. Gostava de saber se havia a tal evidência do voto de repúdio que foi ali aprovado, se ele foi enviado para algum lado e se houve algum feedback, alguma resposta a isso, porque se assim não for e acha legítimo que o Senhor Presidente considere importante realizar estas obras a tempo da campanha eleitoral, como terá que considerar legítimo que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, ache legítimo que não devam ser feitas exatamente por isso, porque ele, como é óbvio, não quer que o Senhor Presidente seja reeleito e, portanto, não lhe vai dar o seu voto para contribuir para isso mesmo. Portanto, como ele tem segurança de que o Quadro Comunitário acaba em 2020, portanto, se o Senhor Presidente for reeleito, e até acredita que seja reeleito, terá tempo para fazer estas intervenções, os projetos estão feitos, não precisarão de ser modificados a não ser, aí o Senhor Vereador Adelino Amaral deu uma sugestão e faz todo o sentido, a não ser que depois da implementação das Quatro Esquinas e de algum uso se contaste que possam ser feitas algumas alterações para torná-los ainda melhor. Portanto, o seu sentido de voto é estritamente baseado em questões políticas que elencou e, portanto, por uma questão de prioridades, por uma questão do Senhor Presidente ter prometido, por diversas vezes, nas ações de sensibilização que fez nas Caldas da Felgueira e em Canas de Senhorim, pelo menos, ele, em Santar não esteve presente, que iria fazer obras com recurso ao Orçamento próprio, portanto, se o Senhor Presidente se comprometer a fazer isso até às eleições com recursos próprios da Câmara noutros lados, ele aprova este projeto. Sendo assim terá que o chumbar porque não concorda com a prioridade que lhe é dada. Concentram-se os investimentos na sede do Concelho e se há coisa que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, quando disse ao Senhor Presidente que integraria a sua lista, foi que iria combater este centralismo que, infelizmente, existe há muito tempo e contra o qual ele tem que se manifestar e, portanto, não se sentiria bem se votasse favoravelmente estes projetos antes, porque, infelizmente, tem que ser assim, ele já não acredita em promessas, portanto, quando o Senhor Presidente trouxe ali os Planos das Áreas de Reabilitação Urbana de Santar, de Canas de Senhorim, da Felgueira e projetos de intervenção concretos para outras áreas do Concelho de Nelas, ele, a seguir, aprova sem quaisquer reservas, estes planos e mais uma vez dava os parabéns aos Técnicos que os elaboraram. -----

--- A Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, afirmou que ia tentar lembrar-se de tudo aquilo que foi ouvindo e que gostaria de justificar. Em primeiro lugar e que perdoassem agora ali o tom um bocadinho menos frio que às vezes se exige nestas reuniões, mas ela queria começar por se sentir bastante honrada por ter feito parte deste trabalho de equipa, não só com o Senhor Presidente, mas, particularmente e que lhe



## Reunião de 25/01/2017

perdoassem especificar, com as três Técnicas que hoje ali estão presentes porque, de facto, foi um trabalho pensado quase, exclusivamente, por elas e este quase é mesmo verdade. Portanto, houve um trabalho prévio de estratégia e planificação que, de facto, foi, essencialmente, trabalhado e negociado com a CCDR para garantir verbas e já lá vai a isso porque acha que hoje houve aqui alguma confusão na discussão do dia de hoje, onde ela julga que a discussão política é sempre a considerar e sempre oportuna numa reunião de Câmara, mas hoje, em concreto, na aprovação destas três intervenções pensa ela, Senhora Vice-Presidente, que não é tão oportuna porque ela já decorreu nas fases que precedem o dia de hoje. Mas, de facto, este é um elogio à competência técnica das Técnicas, mas, em particular, hoje à Senhora Arquiteta Denisa. Acha que todos se sentem sensíveis pela emoção que demonstrou na defesa do seu trabalho. De facto, foi um prazer trabalhar com as Técnicas e acredita que vai ser por muito mais tempo nestes projetos. A competência técnica das Técnicas não ficou minimamente beliscada, que não sentissem isso. Obviamente que hoje estão num momento em que discutem opções, discutem as suas visões e que as Técnicas também trouxeram. Da sua parte e da parte do Senhor Presidente, que acompanharam este projeto, em que foram discutindo os materiais, as Técnicas foram sempre muito sensíveis e muito preocupadas pela intervenção, exatamente, porque percebiam que estavam a pôr uma intervenção numa área nevrálgica de Nelas, que ia mexer com as mentalidades e ia mexer com estas memórias, ia mexer com sonhos, como ainda hoje ali foi falada essa palavra. E as Técnicas foram até mais sensíveis às vezes do que ela e o Senhor Presidente, que achavam que sim, as pessoas vão gostar, e as Técnicas foram sempre muito cautelosas. E continuam a ser nas visitas quase diárias fazem à obra das Quatro Esquinas para fazer mais do que o seu trabalho de vistoria técnica, mas de informar a minorar o impacto, a confortar as pessoas desses receios. E, portanto, bem-hajam em nome da Câmara Municipal pelo seu empenho. Relativamente aos projetos de intervenção que hoje estão a discutir e, de facto, ela, Senhora Vice-Presidente, julga que na fase em que estão já não deveriam estar na fase que foi discutida na parte da elaboração das ARU,s, das Áreas de Reabilitação Urbana, da estratégia de reabilitação urbana inerente às delimitações das ARU,s, estratégia essa alguma dela imposta pela legislação que a suporta e imposta também pelas regras de financiamento, quer queiram, quer não, os recursos são escassos, pudesse o Executivo financiar a obra em meio urbano em todo o Concelho porque todo ele está carenciado e há, certamente e evidentemente, por todos eles constatáveis situações bastante mais prioritárias. No entanto, toda essa discussão foi feita aquando das áreas de reabilitação urbana. Fizeram, inclusivamente, sessões públicas, para tentar explicar todo esse momento. Na sequência da delimitação das áreas de reabilitação urbana foi construído o Plano de Ação de Regeneração Urbana, que já veio à Câmara e que foi aprovado na sequência do qual se negociou com a CCDR. E ela, Senhora Vice-Presidente, trouxe o Plano consigo para o caso de haver essas dúvidas e não só a defesa da indignação da Câmara pelo financiamento ficar concentrado à sede do Concelho foi unanimemente votada ali na Câmara, mas não só foi votada, como no Plano de Ação de Regeneração Urbana foi contemplado, o primeiro plano que o Executivo apresentou, orçado em 12 milhões de euros, contemplava as intervenções discutidas e analisadas em reunião de Câmara, nas quatro áreas de reabilitação urbana. Portanto, maior defesa do que esta, o Executivo apresentou um projeto que já sabia à partida que não o podia fazer porque o financiamento era só para a sede do concelho. Portanto, têm, no PARU, na Freguesia de Nelas tem mais intervenções do que aquelas que estão em curso



Reunião de 25/01/2017

agora porque o Executivo já está numa fase pós negociação com a CCDR, quando chegam lá e lhes dizem, não senhor, para Nelas só há 1.200.000,00 euros e Nelas, sede de Freguesia. Tinham, portanto, as intervenções de Nelas, as intervenções da área de reabilitação urbana de Canas de Senhorim, Requalificação e Valorização das Quatro Esquinas, da Rua Keil do Amaral, Rua do Rossio, Rua do Comércio, enfim, o que ali estava. Tinham também para as duas intervenções inerentes à ARU de Santar/Casal Sancho, Requalificação do Espaço Público e Reabilitação e Revitalização do Edifício CAVE – Centro de Artes do Vinho e do Espaço. E tinha também para as Caldas da Felgueira. E porque é que na altura fizemos isso? E se todos eles se lembram, foi para reafirmar, exatamente, a visão que todos comungam de necessidades de intervenção nestas quatro áreas de reabilitação urbana e fizeram também para mapear no nosso território essas mesmas prioridades de intervenção, sabendo o Executivo que o financiamento comunitário não vem apenas deste Aviso específico de reabilitação urbana, mas sabe o Executivo, por exemplo, que vai ter também o Plano de Ação de Mobilidade Urbana, que é o PAMUS, que está dependente da aprovação do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, da CIM. Têm sido dois anos de muito trabalho nessas matérias. E, por exemplo, essa intervenção, de facto, na Avenida da Liberdade, pode bem vir a ser intervencionada no âmbito do PAMUS, no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana. O que ela, Senhora Vice-Presidente, quer dizer é que há um conjunto de intervenções que neste momento não se podem incluir porque o Executivo não tem fundos comunitários para elas, mas elas estão ali priorizadas, identificadas, mapeadas, para poderem ser encaixadas noutras oportunidades de financiamento, nomeadamente o PAMUS, que não é só em Nelas, nomeadamente esta intervenção do Centro de Artes do Vinho e do Espaço, de Santar. Estão em aberto duas possibilidades para o Executivo realizar um projeto para candidatar. O projeto está a ser feito. As intervenções nas Caldas da Felgueira podem muito bem vir a ser financiadas no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões numa Medida Específica dos Percursos. Portanto, claramente, a defesa está plasmada no Plano de Ação e Reabilitação Urbana que a Câmara aprovou. No que diz respeito às intervenções também elas estão explícitas nesse Plano. Por isso é que ela diz que acha que esta não é a fase da Câmara estar a discutir visto que já discutiu antes. A Câmara tem nas Fichas Síntese que aprovou aquilo que vai ser feito e porquê. Naturalmente que podem discutir materiais a aplicar. Ela, por hipótese, até pode concordar que o possam fazer. Ela confiou nas sugestões dos Técnicos, discutiram-nas, apresentaram-nas com a equipa da SPI, que foi a equipa que ajudou o Executivo a realizar toda esta estratégia de planeamento e de intervenção em termos de regeneração urbana. O Executivo discutiu com a SPI. É a SPI que vai apresentar aquando da última intervenção a candidatar em 31 de maio, que é quando termina a fase de candidatura, que a Câmara não pode perder, em que será apresentado o mapa global das intervenções interligadas e também quando discutiram estas opções, nomeadamente, de materiais, de circulação, de arborização, de espaços mistos de circulação automóvel e pedonal, o Executivo discutiu isso com os Técnicos. E, portanto, ainda que ela ponha a hipótese que a Câmara, mesmo assim, ainda possa considera outros materiais, ela confessa aos Senhores Vereadores que está inteiramente confiante naquilo que os Técnicos planearam. Ainda, se mais dúvidas houvesse do porquê destas intervenções elas, voltava a dizer aos Senhores Vereadores, estão descritas, justificadas e identificadas no Plano de Ação de Regeneração Urbana que foi aprovado e que ele, vamos lá ver, voltamos ao mesmo, claro que existem outras zonas igualmente degradadas em Nelas





Reunião de 25/01/2017

pelos planos de construção. -----  
---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que estavam a falar de mudar passeios quando há sítios onde não os há, nem nunca houve. -----  
---- A Senhora Vice-Presidente da Câmara pediu ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges para verem a questão do porquê destas intervenções específicas porque se os Senhores Vereadores se recordarem, na delimitação da ARU há depois um cruzamento entre os núcleos onde existem mais serviços comerciais públicos, os focos de movimentação de pessoas e de atratividade comercial, ou de património cultural da área onde se vai intervir são esses que se justificam como prioritários, não apenas porque a Câmara ache que há áreas mais, ou menos degradadas. Portanto, se os Senhores Vereadores repararem, no mapa está mapeado perfeitamente as áreas com equipamentos administrativos, as áreas com equipamentos culturais e recreativos, portanto, voltava a dizer, a Câmara só está a perder algum tempo porque tudo aquilo já foi discutido antes. Queria dizer, finalmente, que todo este trabalho de planeamento e de preparação termina sempre numa negociação de recursos. E essa negociação de recursos é muito pouco justa porque é imposta à Câmara um valor em cima duma estratégia, que vissem bem, exige-se que uma Câmara Municipal perca tempo, gaste recursos, movimente os seus Técnicos, o seu Executivo, a definir uma estratégia de planeamento e de regeneração urbana, a estratégia é montada, bem fundamentada, orçamentada nesse sentido e depois, simplesmente, se parte para uma negociação de um valor absolutamente irrisório perante aquilo que a estratégia demonstra, foi aprovada e que a própria CCDR ratificou e justificou como o elemento que o Executivo precisa, para dizer: Vocês têm uma boa estratégia, então podem avançar com ações de regeneração urbana, mas para 1/5 das verbas que vocês, comprovadamente, mostram que até saberiam executar porque está bem planeado. E, portanto, ela, Senhora Vice-Presidente, da sua parte, considera, sinceramente, que na fase em que estão que é da aprovação de projetos de três intervenções integradas num planeamento já anteriormente aprovado, julga que há dúvidas que foram colocadas que não deveriam existir no dia de hoje. Mas são, naturalmente, aceitáveis. Em relação, de facto, a toda esta indignação e ao facto de, mesmo demonstrando que o Executivo fez o Plano para as quatro áreas de reabilitação urbana, que integrou intervenções não só na sede do Concelho. Queria informar também que têm decorrido ações na Associação Nacional de Municípios onde se pretende, de facto, criar força sobre a CCDR manifestando o repúdio que é sentido não só pelo Município de Nelas mas também por outros nesse sentido. Relativamente às verbas, existe um pouco essa dúvida e ela é legítima, dizer aos Senhores Vereadores que as intervenções, para além da das Quatro Esquinas, estas três que hoje estão a ser discutidas, estão dentro do valor negociado e cabimentado de alguma maneira com a CCDR e todas estas variações que vão existindo entre o valor FEDER aprovado e o valor real de investimento tem conforto no Plano que está. Não se está a executar absolutamente mais nada do que aquilo que está aprovado e contratualizado. Há folga para isso. E, portanto, é uma intervenção, em todos os sentidos, segura, planeada, aprovado, atempadamente, em Câmara esse planeamento. Portanto, por todas essas razões, obviamente que ela, Senhora Vice-Presidente, vai votar favoravelmente. -----  
---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, para complementar, não tem grandes dúvidas e as únicas dúvidas que tem foram as perguntas que fez e que espera que ainda lhe sejam respondidas. Também não vê nenhuma incoerência, porque é como diz ao



Reunião de 25/01/2017

Senhor Presidente, não tem até problemas de aprovar estes projetos, não os aprova é agora. Não os aprova agora até porque é assim: ele tem que defender aquilo em que acredita enquanto ali estiver. E como não tem nenhum desejo especial de se manter por ali, portanto, enquanto ali estiver e agora que é, digamos que livre, ou pelo menos mais livre e como tem um pensamento sobre esta matéria acha que bastante claro e transparente, a posição é só essa. Fez uma pergunta que é: Como é que estão as áreas de reabilitações urbanas de Santar, de Canas de Senhorim e de Caldas da Felgueira? E se existem desenvolvimentos em projetos para fazer, no futuro, em Canas de Senhorim, até acha que, do ponto de vista eleitoral, já que o Senhor Presidente anda a tirar fotos do início de obras, até acha que um dia destes o Senhor Presidente tem uma ideia e tira uma foto e publica no facebook, acha que já que vai por aí, o Senhor Presidente fazia os projetos e depois tirava uma foto e dizia que ia fazer isso. Até acha que, do ponto de vista eleitoral, segundo a abordagem do Senhor Presidente, que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acredita que possa até ter alguma rentabilidade, fazia isso. Pedia aos Serviços para fazer a intervenção do centro de Canas de Senhorim, das Caldas da Felgueira e de Santar, ou eventualmente de outras que possa considerar também prioritárias. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, fala dessas porque aprovaram ali que iriam ser elaboradas ARU,s nestas áreas e, pronto, e vão a isso. Agora, se ele lhe aprova isto. Aprovou-lhe o primeiro, fez-lhe um pedido, está tudo na mesma. Vai fazer o mesmo agora? Não vai. Não vai. É como diz ao Senhor Presidente: Considera inaceitável que a CCDR diga à Câmara de Nelas como é que tem que votar as coisas. Não pode. Há dinheiro, é x. E a gente tem que o gastar onde quiser na área de reabilitação urbana. Era agora o que faltava eles dizerem que a Câmara tem que fazer assim. Um dia destes até nos dizem que tem que ser nas Quatro Esquinas e não pode ser não sabe aonde, e a Câmara tem que vincar publicamente, fazer um comunicado, já que há tantos comunicados a sair desta Câmara, faz-se um comunicado a dizer que isto é inaceitável e que votaram, por unanimidade, no dia 23 de junho de 2016, um voto de repúdio e que não concordaram com isso e vem cá o Senhor Secretário de Estado e voltam a falar nisso. Como já disse ao Senhor Presidente, aqui há uns tempos esteve com a Senhora Presidente da Estrutura de Missão para o Desenvolvimento do Interior, em Viseu e falou-lhe nisso e ela disse-lhe, quem era ele? Mas disse-lhe que isso iria ser mudado. Provavelmente, mandou-o dar uma volta. Não se admira nada que tenha sido, mas a verdade é que disse. E, portanto, se disse, ele acha que há que ter esperança. A gente agarra-se às coisas quando tem alguma esperança. Portanto, ele, enquanto estas questões não forem tratadas, a sua posição é essa. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que começava por aquilo que estava a dizer o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, acha que a culpa não é da Senhora Presidente da CCDR, neste caso. A Senhora Presidente da CCDR está lá agora por concurso, mas acha que ela ainda está por nomeação. Foi por e-mail, portanto, acha que ali quem manda até é o Governo. Acha que a culpa dela não deve ser muita. Isso vem lá de cima e lá de cima, se calhar, é que não quiseram que fosse assim. Depois, também só queria dizer à Senhora Vice-Presidente que não é por terem aprovado as áreas de reabilitação urbana que têm que aprovar depois os projetos de reabilitação urbana. Podiam ser por tecnicamente não concordarem, tirando uma situação, ou outra, é favorável a que houvesse estacionamento na rua toda até lá baixo. Acha que havia disponibilidade para passeio e para estacionamento, apesar de como diz, neste caso



Reunião de 25/01/2017

ali, não tem nada a ver com isso, tem a ver com a opção política. Fez essa proposta no Orçamento. Julga que não é necessário fazer a requalificação urbana da Praça do Município. Ali nas Quatro Esquinas também não via necessidade, por enquanto, preferia isso si, ter esse dinheiro de parte para fazer a amortização do PAEL, foi o que disse ali. Não estava a dizer nada de novo. Por isso mesmo é que a sua votação vai nesse sentido, também será de contra neste projeto, como seria também no anterior e só por causa disso. Não tem nada a ver nem com eleições, nem com nada disso. É o seu pensamento. Não tem nada a ver com isso. Da mesma forma e disse a Senhora Vice-Presidente e bem, que a Câmara candidatou vários milhões de euros para aprovação, vêm aprovados poucos milhões de euros, ele, Vereador Artur Ferreira, só dizer que o Executivo ainda há-de trazer à reunião outra vez esse dossier mas acha que foi isso que aconteceu na altura quando foi a situação da incubadora para produtos endógenos aqui em Nelas é que não foi aprovada mesmo essa candidatura e por isso é que ela não foi avante. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que só queria dizer mais duas, ou três coisas. Em primeiro lugar, a intenção de condicionar o voto na aprovação dos projetos pelo facto de terem sido aprovadas as áreas de reabilitação urbana não lhe parece lógico porque então para isso aprovavam-se as ARU,s e não havia mais discussão e, pronto, tudo era feito com decisões não se sabe muito bem de quem. Se é a Câmara que tem que aprovar os projetos, a Câmara aprovará, ou não, os projetos. Agora, se foi passada uma procuração para isso, então não era necessário promover ali aquela discussão e esta reunião. Aliás, o Senhor Presidente deu o mote ao pôr na praça pública a discussão de um assunto que foi objeto de deliberação de Câmara e antes dele ser discutido em reunião de Câmara foi posto, não foi à discussão, foi espalhado na opinião pública para condicionar o voto dos Senhores Vereadores, inclusivé até se inventam votações em blogs de centenas de pessoas que aparecem lá a votar num sentido, ou noutro, não sabe muito bem a propósito de quê e com que objetivo. Acha isso uma coisa, perdoem-lhe a expressão, tão parola e tão bacoca que ele, Vereador Adelino Amaral, pessoalmente, não lhe dá nenhuma importância. Mas, em casos como este e não lhe parece bem que se tente pôr a opinião pública a decidir se a Autarquia compra, ou não, umas instalações de uma empresa encerrada, não lhe parece bem, mas parece-lhe bem pôr a opinião pública a discutir, em concreto, cada uma das soluções e cada um dos projetos. Aliás, ele já o tinha dito, fica ali o repto. Sabia que a apresentação das ARU,s foi promovida numa sessão pública. Não sabe se muito, se pouco participada. E que contributos é que saíram daí. Sinceramente não sabe porque não participou. Mas a discussão das soluções em concreto parece-lhe, eventualmente, que devia ser mais cativante para as pessoas, nomeadamente para as pessoas que vivem nas áreas que vão ser objeto de intervenção e das pessoas que as utilizam e que passam por lá e que têm lá o seu estabelecimento comercial, eventualmente, poderia ser um contributo. E isso parece-lhe muito mais sério do que andar agora aí nos blogs e nos facebook e nos jornais on-line. Depois põem-se votações para ver quem é que, isso não é nada. A discussão pública destes projetos, se calhar, podia dar ali algum contributo e até servir de orientação para alguns Senhores Vereadores que estão preocupados com a sua imagem pré e pós-eleitoral, portanto, isso poderia até dar uma ajuda. Ele, Vereador Adelino Amaral, irá votar contra estes projetos. Não contra estes projetos elaborados com todo o mérito e com todo o empenho pelos nossos Técnicos, não propriamente contra porque as soluções que estão ali apontadas ele respeita em absoluto as escolhas. Pode discordar de



Reunião de 25/01/2017

algumas, mas, no global, discordando de algumas questões pontuais, ou até, não vai dizer, exigindo, mas até batendo ali um murro na mesa, não, não, têm que mudar esta solução e aquela, naturalmente, chegariam a acordo. Portanto, em relação aos projetos não é a qualidade dos projetos em si que lhe leva a votar contra. Tem a ver mais com a questão das obras em si, com a questão da prioridade, com a questão da urgência, e fazer obras à pressa para justificar o gasto do dinheiro que, ainda por cima, parece que há ainda mais alguns anos para se poder gastar parece-lhe um erro. Portanto, estas intervenções, ele não as considera, nem urgentes, nem prioritárias. Serão necessárias, concerteza que sim, como são muitas obras, mas não as considera, nem urgentes, nem prioritárias e acha que valeria a pena fazer uma avaliação intermédia entre o início desta intervenção que se pretende seja global na Vila de Nelas, faria sentido fazer uma avaliação intermédia e depois avançar com estas soluções, ou com outras, de acordo com a experiência e com os ensinamentos que se pudessem recolher dessa avaliação. E está completamente disponível para, de facto, voltar a discutir isso daqui a algum tempo e, eventualmente, depois aprovar estes projetos. Agora, o que lhe parece é que é numa altura e ele disse-o ali quando foi a discussão do Orçamento, numa altura em que todos sabiam os constrangimentos financeiros que a Autarquia e o País têm, em que é visível a todos a não urgência e a falta de justificação prioritária destas intervenções, o valor global das intervenções que estão previstas naquele Plano, somando tudo, julga que totalizava 3.100.000,00 euros. Acha que isso é um desafio. Acha que isso é uma falta de respeito para com as pessoas que têm dificuldades, para com as obras urgentes e prioritárias que há para fazer. Ele também lê os blogs e também vê o facebook e ainda viu aqui há dias uma queixa de uma Senhora que a Escola onde o filho estudava que chovia lá dentro e estava toda partida, uma Escola do nosso Concelho. Então, não podemos orientar os poucos dinheiros que há para essas intervenções mais urgentes e prioritárias? Temos que andar, enfim, a fingir que fazemos obras em sítios onde elas não são necessárias? Não lhe parece bem. Portanto, esses 3.100.000,00 euros, que era o valor que estava no Orçamento para os próximos anos, naturalmente têm uma participação forte, mas a participação forte também vem dos nossos impostos direta, ou indiretamente. E acha que o dinheiro, qualquer dinheiro, qualquer tostão público, dinheiros públicos, deve ser bem aplicado. E deve ser aplicado também com algum critério e definindo as urgências e as prioridades. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, repetindo, está disponível para reavaliar, em qualquer altura, estes assuntos, hoje também não vai aprovar porque acha que não é oportuno o lançamento destas obras e preferia fazer uma avaliação daqui a algum tempo em relação às obras que se iniciaram. E repete as reservas que apresentou também, com o devido respeito, em relação aos projetos e às soluções que foram desenhadas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a esta questão de que tudo o que já foi dito e que consta da aprovação das ARU,s e do PARU, portanto, as ações concretas, agora falou-se numa intervenção no Terreiro da Máquina, numa intervenção em outras praças, houve um período de discussão ali anterior em que nenhuma dessas hipóteses foi levantada e todos os Senhores Vereadores tiveram oportunidade de se exprimir relativamente a isso. Havia um conjunto de ações que foram identificadas. Recorda também que foi aprovado um Orçamento, em dezembro, em que constam: Requalificação da Praça do Município, Requalificação do Largo da Estação, em Nelas, 55.000,00 euros, Requalificação da Avenida António Joaquim Henriques, em Nelas, Requalificação do Largo dos Bombeiros Voluntários,



Reunião de 25/01/2017

em Nelas, Requalificação das Quatro Esquinas, em Nelas. Portanto, isto está também nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2017. Está no PARU. Está nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2017. Portanto, não compreende nada. O voto contra que qualquer um dos Senhores Vereadores vai exprimir nesta mesa só se retira daquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges disse, que é, os Senhores Vereadores sacrificam tudo à sua não reeleição, incluindo o desenvolvimento do Concelho de Nelas. É o que ele, Senhor Presidente, está a dizer, e incluía o Senhor Vereador que votou o Orçamento com estas ações que ali estão e o PARU. Portanto, que os Senhores Vereadores não tivessem dúvida nenhuma que estão numa atitude, não, uma coisa é o Presidente da Câmara, a Vice-Presidente da Câmara, outra coisa é o Concelho, são as populações, é o desenvolvimento do Concelho, é 1.200.000,00 euros que foram postos à disposição do Município de Nelas para fazer investimento. E, os Senhores Vereadores, que há um mês aprovaram as Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, o que os está a incomodar verdadeiramente e ao Senhor Vereador Adelino Amaral e ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e ao Senhor Vereador Artur Ferreira, são as obras que estão a ser feitas. Isso é que, verdadeiramente, os está a incomodar. Portanto, os Senhores Vereadores votam, estes 8 meses que faltam até às eleições, ele, Senhor Presidente, já sabe que os Senhores Vereadores estão preparados para votar contra tudo aquilo que for obra para o desenvolvimento do Concelho. E, portanto, há projetos comunitários que estão aprovados. Não, as únicas propostas que ele, Senhor Presidente, viu ali naquela mesa foi comprar o quiosque nas Caldas da Felgueira ao Senhor Minhoto, aprovar um subsídio de 250.000,00 euros para a Santa Casa da Misericórdia da cunhada do Senhor Vereador Adelino Amaral, que é Provedora, são essas propostas é que ele viu ali naquela mesa. Portanto, os Senhores Vereadores sejam claros, não se dissimule atrás de coisas muito sérias, porque o Senhor Vereador Adelino Amaral, verdadeiramente, aprovou as Grandes Opções do Plano que agora está a negar. Perguntou ao Senhor Vereador Adelino Amaral se a Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Santar não era sua cunhada. Para propor subsídios para a Senhora Provedora da Santa Casa da Misericórdia de Santar propõe e já acha muito justo. Para fazer reabilitação urbana em Nelas acha que não. Acha que está mal, acha que estão a destruir o calcário, acha que estão a destruir tudo. Os Senhores Vereadores não querem é o desenvolvimento de Nelas e o Povo vai saber isso, o Povo vai saber isso tudo. Portanto, vão lá fazer a votação sobre isto porque escusam de estar aí com palavrinhas mansas porque os Senhores Vereadores, verdadeiramente, não querem é que as obras avancem. Já sabe o que é que o Senhor Vereador quer, já lhe disse. Quer que ele, Senhor Presidente, não ganhe as eleições. O resto que vai dizer não tem interesse nenhum. O Senhor Vereador diz: Eu concordo com isto tudo, tudo muito bem e tal, mas por razões políticas, eu não posso viabilizar estas obras. Está tudo dito. Os Senhores Vereadores é que estão a construir a Câmara e em setembro o Povo vai-lhes dizer quem é que é a Câmara. Está criado ali, verdadeiramente, uma estratégia de obstaculização da realização das obras. Podiam usar a conversa que quisessem mas era o que estavam a fazer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que, muito frontalmente, deu-lhe todas as razões de forma transparente e acha que é legítimo que queira e faz parte do jogo político. Então, ele não pode querer que o Senhor Presidente não ganhe as eleições? O Senhor Presidente é que assuma perante o Público que só quer fazer estas obras para as ganhar. Mas ele, Vereador Dr. Alexandre



Reunião de 25/01/2017

Borges, deu-lhe razões para não as executar todas agora. Não é deitar o dinheiro fora. Que o Senhor Presidente cumprisse aquilo que disse. Que fizesse as obras à custa da Câmara. Ou não disse isso? Que negasse ali que não foi à Felgueira e que não foi a Canas de Senhorim dizer que se não houvesse financiamento que fazia à custa do Orçamento. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges para não dizer só onde é que se gasta, mas também aonde é que ele vai buscar o dinheiro. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que o Senhor Presidente disse mais do que uma vez que faria isso à custa do Orçamento da Câmara. Então ele é que tem dizer onde é que tem que ir buscar o dinheiro? Mais. O Senhor Presidente coloca os Senhores Vereadores todos os dias no papel que acabou mais uma vez de fazer e depois espera que os Senhores Vereadores se comportem de forma diferente. Uma, duas, três e depois à quarta, ou à quinta vez os Senhores Vereadores até acabam por se comportar como o Senhor Presidente os acusa e depois fica surpreendido. É pá, que espantoso! Como é que é possível isto assim, assim? Esta situação que aqui se passa e que o Senhor Presidente agora se queixa é só por culpa do Senhor Presidente pelas promessas que não cumpre, inclusivamente, pessoalmente que faz a algumas pessoas, concretamente a ele, Vereador Dr. Alexandre Borges. Mas espera que os amigos do Senhor Presidente e os cavalos onde o Senhor Presidente apostou e que algumas vezes já lhe saíram furadas, pode ser que lhe saiam outra vez. E ele até espera, mais uma vez, que saiam. Só para terminar, vai-lhe dizer uma coisa. Se ele agora votasse favoravelmente isto é que estava a ser incoerente. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, chumbou-lhe o Orçamento. Foi o único. Que o Senhor Presidente fosse ver porque é que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, lhe chumbou o Orçamento, exatamente pelas mesmíssimas razões que ali invocou, porque não concorda com a política centralista que o Senhor Presidente, em campanha, disse que não ia fazer e que agora diz: A culpa não é minha, é da CCDR. Temos pena. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, em primeiro lugar e de forma veemente quer, mais uma vez repudiar as afirmações feita pelo Senhor Presidente da Câmara quando trás, sem nenhuma explicação e sem nenhuma justificação, relações familiares dos Senhores Vereadores e dele próprio. Acha uma indecência da parte do Senhor Presidente, uma falta de respeito, uma falta de dignidade, uma baixeza, uma desavergonhice, com toda a franqueza lhe diz. O Senhor Presidente vir ali dizer que ele, Vereador Adelino Amaral, propôs um apoio à Santa Casa da Misericórdia de Santar. E, porquê, não é merecido? O Senhor Presidente votou-o favoravelmente. Não o acha merecido? O subsídio é para a Provedora? Mas que critérios, que princípios, é que o Senhor Presidente utiliza para avaliar essas situações? Qual é a bitola que o Senhor Presidente utiliza quando dá subsídios a alguém a dizer que é para o Presidente? Então, o subsídio é para o Presidente de uma Associação? Então, quando se atribui um subsídio para o Sport Lisboa e Nelas, é para o Presidente da Direção? Então, o subsídio é para a Provedora? E o que é que o facto da Provedora ser sua cunhada tem a ver com o caso? Que ele saiba não há nenhuma incompatibilidade. E se houvesse alguma incompatibilidade legal, como já aconteceu ali noutras reuniões, se houvesse alguma incompatibilidade legal ele agradecia ao Senhor Presidente que lhe tivesse chamado à atenção e ele tinha saído da votação, porque o seu voto nem sequer era necessário para aprovar o subsídio porque ele foi aprovado por unanimidade. Portanto, acha uma indecência e uma falta de dignidade. E quer lembrá-lo que quem veio ali propôr que se desse



Reunião de 25/01/2017

o subsídio a um particular, a troco de nada, foi o Senhor Presidente e a Câmara e bem, e por proposta dele, Vereador Adelino Amaral, não aceitou e esse assunto foi retirado, porque o que o Senhor Presidente veio ali propôr foi dar um subsídio a um particular. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Adelino Amaral de que é que estava a falar. Qual foi o particular? -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral respondeu ao Senhor Presidente que depois lhe dizia na altura própria. Que não se preocupasse que isso não ficava esquecido. Que foi para a hipotética construção do muro na Lapa do Lobo, que o Senhor Presidente veio ali propôr que se dessem 4.000,00 euros. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era para a construção do muro. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que foi um processo bem orientado e não percebe porque é que não insistiu nisso. Só referiu isso a talhe de foice que é para terem cuidado, às vezes atiram-se pedras e elas caem-nos em cima. Mas, em relação à aprovação destes documentos, ou não, hoje, da mesma forma que aconteceu em relação à aprovação do Orçamento. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o que estava agendado era: Aprovação de projeto de execução. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, da mesma forma que aconteceu noutras situações anteriores, o Senhor Presidente devia era até agradecer à Câmara. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já tinha visto que os Senhores Vereadores não queriam era as obras. Escusavam de estar com disfarces, não querem é que ele faça as obras. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Senhor Presidente devia era ter uma postura responsável e agradecer a ajuda preciosa que a Câmara lhe dá, porque mesmo nestes projetos o Senhor Presidente está equivocado e que deixou a sua educação em casa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Adelino Amaral vai queimar tudo ate setembro. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que estava a dizer ao Senhor Presidente que reza a história de que as obras feitas à pressa, em ano de eleições, são prejudiciais para os candidatos e o benefício eleitoral é mitigado pelo incómodo e pela instabilidade e pela polémica que essas obras levantam. Por isso, o Senhor Presidente devia estar agradecido ali à Câmara por estar a chamar-lhe à atenção para estes pormenores e para não o deixar fazer as obras à toa, de qualquer maneira e à pressa porque o que o Senhor Presidente quer fazer agora é deitar dinheiro fora e as intervenções são, repetia, de urgência, prioridade e qualidade duvidosas. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu as palavras do Senhor Vereador Adelino Amaral. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria dos membros presentes, com 2 votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente Dra. Sofia Relvas Marques, e 4 votos contra, dos Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Adelino José Borges Amaral, reprovar o projeto de execução da obra de: “Requalificação do Largo da Estação, em Nelas”. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que enviará por escrito a sua declaração de voto para os três pontos que estão em discussão. -----



Reunião de 25/01/2017

**(24/2017/01/25)2.4.REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA ANTÓNIO JOAQUIM HENRIQUES, EM NELAS – APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o projeto de execução da obra de: “Requalificação da Avenida António Joaquim Henriques, em Nelas”. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria dos membros presentes, com 2 votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente Dra. Sofia Relvas Marques, e 4 votos contra, dos Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Adelino José Borges Amaral, reprovar o projeto de execução da obra de: “Requalificação da Avenida António Joaquim Henriques, em Nelas”.

**(25/2017/01/25)2.5.REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, EM NELAS – APROVAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o projeto de execução da obra de: “Requalificação do Largo dos Bombeiros Voluntários, em Nelas”. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria dos membros presentes, com 2 votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente Dra. Sofia Relvas Marques, e 4 votos contra, dos Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Adelino José Borges Amaral, reprovar o projeto de execução da obra de: “Requalificação do Largo dos Bombeiros Voluntários, em Nelas”. ---

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Adelino Amaral irá apresentar declaração de voto, por escrito, referente aos três assuntos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra estes três projetos baseado apenas em questões políticas. Tecnicamente, não tenho nada a apontar. E voto por questões políticas porque considero inaceitável a posição da CCDR Centro e de que julgo que é necessário fazer pressão para que a política de apenas fazer obra de requalificação na sede do Concelho seja alterada. Voto, igualmente, contra porque foi sugerido ao Senhor Presidente, o qual sucedeu na reunião de 26 de outubro de 2016, desenvolver os projetos das ARU,s de Canas de Senhorim, de Santar e Caldas da Felgueira, coisa que ainda não foi feito e ainda projetos de execução para essas mesmas áreas, que também não foi feito. Voto, efetivamente, por esta questão baseado e meu voto contra no Orçamento por essa mesma questão. E, solicito que em caso de notícia publicada pelos Órgãos do Município, nomeadamente, facebook, ou outros, em que se dê conta do sentido de voto desta votação, que a mesma declaração de voto faça parte integrante da notícia, ou da nota de imprensa que se venha a publicar.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. A declaração de voto, portanto, dos votos contra nestes três pontos, estão refletidos naquilo que foi dito aquando da aprovação do Orçamento em que eu referi que não era contra as obras, mas sim contra fazer as obras nesta situação e tirar esses valores que eram necessários pagar pela Câmara Municipal para amortização da dívida do PAEL. Estar suspenso, então quer dizer que agora podemos baixar já o IMI? Não, a reestruturação não é impeditiva. A minha opção política não era essa. Seria sempre fazer a amortização do PAEL. Só dizer também que isso não impede o Senhor Presidente de fazer obra. Deixem-me começar outra vez para ficar em ata. Está escrito naquilo que foi dito quando foi da aprovação do Orçamento, a opção política que eu teria em relação às obras e a amortização do PAEL. Também dizer que não fica diminuído o Senhor Presidente fazer*





Reunião de 25/01/2017

*obra até porque tinha que pagar à parte estas obras. Portanto, esse dinheiro que tem pode fazer obras na mesma, não seriam estas mas pode fazer outras que necessariamente são importantes para todo o Concelho e que, seguramente, o Senhor Presidente saberá onde aplicar. Por isso mesmo, acho que também não é por aí. Se fosse essa a posição, como o Senhor Presidente diz que, se não fizer obra, que nós estamos a prejudicá-lo, pode não ganhar as eleições, também por aí fica com essa salvaguardada que pode fazer essas obras que quiser.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Declaração de voto – Hoje não me restam dúvidas que prestei um mau serviço ao nosso Concelho quando me abstive na votação do Projeto ARU para as Quatro Esquinas. Sempre pensei que a minha modesta opinião de preservar a memória dos outros Autarcas o atual Presidente da Câmara a tomasse em consideração e sobre ela refletisse. Não. Deitou a minha opinião em saco roto e vá daí demula-se a fonte construída há bastantes anos e cuja sua traça se assemelha aos vasos em frente ao edifício do Turismo em Nelas. Nesta reunião de Câmara o Presidente da Câmara solicita-nos a aprovação de mais três projetos de execução de requalificação do espaço do Largo da Estação, em Nelas, a Avenida António Joaquim Henriques em Nelas e Largo dos Bombeiros Voluntários em Nelas. Não somos, nem nunca seremos contra qualquer requalificação de qualquer espaço público. Somos e seremos contra a onda de destruição que move o Presidente da Câmara contra os anteriores Autarcas. Somos e seremos contra o esbanjar de dinheiros públicos enquanto não se liquidar os empréstimos como já o fizeram outros Municípios, designadamente Mangualde, para a consequente baixa do IMI. Somos e seremos contra o esbanjar de dinheiros públicos enquanto não se baixar a fatura da água aos consumidores. Somos e seremos contra o esbanjar de dinheiros públicos enquanto, de uma vez por todas, a habitação social do Concelho não ser uma prioridade. Somos e seremos contra o esbanjar de dinheiros públicos enquanto houver famílias no nosso Concelho em dificuldades em colocar pão em cima da mesa. Somos e seremos contra o esbanjar de dinheiros públicos nestas obras de perfeito eleitoralismo em detrimento de outras que, com elas garantiriam melhor qualidade de vida aos nossos Concedadãos. Acresce a tudo isto, como já referimos, a onda de destruição do passado pelo atual Presidente da Câmara, que nada nos garante que destrua o busto do Dr. Faure, ou até mesmo o Monumento ao Bombeiro edificado num daqueles locais que pretende requalificar. Acrescento ainda que os projetos, até 2020, podem ser executados, sendo que as premissas atrás descritas devem ser meramente satisfeitas. Salvaguardando todo o aduzido, só nos resta votar contra todas estas requalificações que, tão só e apenas para destruir o passado e evidenciar o populismo balofo do candidato José Silva.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que também apresentará, naturalmente, uma declaração de voto no prazo legal, nos termos de que esclarecerá a população, o Concelho, de que o Município de Nelas dispõe de 1.400.000,00 euros para gastar em requalificação urbana e estão-se a sobrepor acima dos interesses, 1.200.000,00 euros, o Povo julgará. Os Senhores Vereadores podem dizer tudo como declarações de voto e ele, Senhor Presidente, não pode dizer nada. Agora começa a ficar refém da inteligência dos Senhores Vereadores. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que depois faria chegar por e-mail aquilo que tinha dito. Assim, no dia 29 de janeiro de 2017, o referido Senhor Vereador enviou, por e-mail, a seguinte declaração de voto: -----



Reunião de 25/01/2017

---- *“Declaração de Voto referente aos Pontos 2.3, 2.4 e 2.5 – Requalificação do Largo da Estação, Av. António Joaquim Henriques e Largo dos Bombeiros Voluntários, todos em Nelas, agendados na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nelas de 27 de Janeiro de 2017* -----

---- *Na reunião de 23 de Junho de 2016 a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade as Áreas de Reabilitação Urbana de Nelas, Santar, Canas de Senhorim e Caldas da Felgueira tendo, igualmente por unanimidade, aprovado, por minha proposta, um voto de repúdio contra as instruções da CCDR Centro, de apenas disponibilizar financiamento comunitário para regeneração urbana nas sedes de concelho.* -----

---- *Este voto de repúdio, subscrito por todos, deveria ter sido remetido para Assembleia Municipal, CCDRC e entidades tutelares por forma a manifestar aquilo que na altura foi considerado por todos um cercear das liberdades e autonomia do poder local, impedido de determinar onde considera mais necessárias obras de requalificação, constituindo ainda uma inqualificável demonstração centralista. Questionado o Presidente da Câmara, a resposta foi nula, depreendendo eu, até por não existirem evidências que o assunto tenha sido sequer abordado em Assembleia Municipal, que este voto e o repúdio se tenham limitado à ata da reunião.* -----

---- *Já na reunião de 26 de Outubro de 2016, quando contribui para a aprovação da Requalificação das Quatro Esquinas em Nelas, solicitei ao Sr. Presidente que pudesse dar instruções aos Serviços para elaborarem projetos de regeneração para outras localidades do Concelho muito mais necessitadas. Solicitei ainda que fossem dados passos concretos para que as Áreas de Reabilitação Urbanas de Caldas da Felgueira, Canas de Senhorim e Santar pudessem ter desenvolvimentos, dado que estavam já decorridos quatro meses e nada estava feito. Fi-lo também porque, nas sessões públicas promovidas pelo município foi publicamente afirmado pelo Sr. Presidente que “se a CCDR não alterasse a sua orientação e com isso permitisse financiamentos fora da sede do Concelho, a Câmara, com fundos próprios, desenvolveria trabalhos relevantes nesse sentido”.* -----

---- *Nada me move contra os projetos hoje apresentados e considero que com as intervenções propostas os espaços seriam esteticamente melhorados.* -----

---- *O meu voto contra baseia-se essencialmente em questões políticas e uma técnica que desmonta a demagogia que o Presidente para realizar desde já as obras e que passo a elencar.* -----

---- *Primeiro a razão técnica que me levar a ser contra:* -----

---- *1. Os fundos do Portugal2020 chamam-se assim porque podem ser candidatados até 2020 sendo que podem ser executados até 2022. Ora com a candidatura aprovada tem a Câmara de Nelas ainda de seis anos para executar as obras sem que corra o risco de perder os fundos. Basta uma reprogramação temporal.* -----

---- *2. Este compasso de espera permitirá fazer pressão para alterar as orientações de que as obras possam ser feitas em outras freguesias do Concelho;* -----

---- *3. Este compasso de espera permitirá verificar os resultados da obra das Quatro Esquinas e adaptar os projetos (estes e outros) para serem ainda melhores.* -----

---- *Politicamente voto contra porque:* -----

---- *1. Sou, e sempre fui, frontalmente contra o centralismo excessivo da Câmara de Nelas. A Câmara não é a Junta de Freguesia de Nelas e o Concelho tem nove freguesias que devem*



Reunião de 25/01/2017

*merecer o mesmo respeito; -----*

*---- 2. O Presidente propõe-se requalificar estes espaços com a justificação de que os “passeios são irregulares e pequenos, que “há problemas para pessoas com mobilidade reduzida”, de “segurança”, e “ruas exíguas para que haja dois sentidos de trânsito”, quando estas justificações são muito mais prementes quando aplicadas a outros locais do Concelho, onde não há sequer projetos para resolver estas questões. Basta falar, por exemplo, na Rua do Paço ou do Freixieiro em Canas de Senhorim, ruas com mais de 40 anos de existência que nem sequer passeios têm. Muitas mais situações semelhantes existem. Isto constitui mais um ato de algo que prometi combater quando me candidatei; -----*

*---- 3. Foi prometido pelo Presidente que haveria equilíbrio nas intervenções de requalificação urbana no concelho, recorrendo a fundos próprios da Autarquia, se necessário fosse, o que não acontece; -----*

*---- 4. As justificações agora apresentadas para valorizar o território são contrárias ao que foi feito recentemente noutros locais do Concelho com o asfaltamento de calçadas em Aguireira e Canas de Senhorim; -----*

*---- 5. Ao contrário do prometido em Reunião de 26 de Outubro de 2016, ainda não existe qualquer projeto de regeneração para espaços que não na sede do Concelho; -----*

*---- 6. Ao contrário do prometido na mesma Reunião, as Áreas de Reabilitação Urbana de Caldas da Felgueira, Canas de Senhorim e Santar, e um Plano que as sistematize, não saiu do papel. A aprovação unânime da Câmara Municipal deve ser apenas um pormenor para o Presidente da Câmara ou servem para propaganda; -----*

*---- 7. Porque não posso concordar que se “requalifiquem” áreas que foram objeto de intervenções recentes, atirando, uma vez mais, o restante Concelho para um futuro distante e incerto. -----*

*--- Votarei favoravelmente estes projetos depois de serem aprovados e lançados concursos para requalificar espaços em outras freguesias do Concelho, como aliás, foi prometido pelo Presidente da Câmara, pois não me conformo que, mais uma vez, estas não sejam prioridade. Ainda hoje uma série de obras inscritas no Orçamento aprovado há menos de dois meses foram anuladas, sendo as estas verbas transferidas para pagamentos de avenças e serviços de publicidade. -----*

*---- Voto contra pelo que elenquei anteriormente e porque a “necessidade” para que as ações de requalificação sejam votadas agora apenas é a “necessidade” do Presidente da Câmara de as executar antes das próximas eleições autárquicas, usando-as como propaganda. Ao serem chumbadas a Câmara Municipal não perde qualquer verba e, portanto, não obstaculiza qualquer tipo de desenvolvimento. O desenvolvimento do Concelho de Nelas deve ser integrado e não concentrado. O Concelho de Nelas são as suas nove freguesias. -----*

*---- Por isto tudo voto contra. -----*

*---- Canas de Senhorim, 27 de Janeiro de 2017 -----*

*---- O Vereador do Partido Socialista: Alexandre Borges.” -----*

*---- Também nom dia 29 de janeiro de 2017, o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral enviou, por-mail, a seguinte declaração de voto: -----*

*----Reunião de 27 de Janeiro de 2017 -----*

*---- Pontos 2.3, 2.4 e 2.5 – Requalificação do Largo da Estação, Av.ª António Joaquim Henriques e Largo dos Bombeiros Voluntários, em Nelas -----*



Reunião de 25/01/2017

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

---- *Em reunião anterior, a Câmara aprovou, por unanimidade as Áreas de Reabilitação Urbana de Nelas, Santar, Canas de Senhorim e Caldas da Felgueira.* -----

---- *Igualmente por unanimidade, rejeitou a orientação da entidade tutelar, a CCDRC, que apenas seriam financiados projetos a executar na sede do Concelho.* -----

---- *Consequentemente, deveriam ser feitos todos os esforços para que essa orientação fosse revertida, e outras áreas do Concelho pudessem ser beneficiadas.* -----

---- *Tanto mais que, na apreciação do Orçamento, denunciei a inclusão de obras de requalificação em zonas da Vila de Nelas (Largo da Igreja e Praça do Município, entre outras), que me parecem nada urgentes, nem prioritárias e de necessidade duvidosa. O seu custo seria mais de 3 milhões de euros, investimento incompreensível, tendo em conta a situação financeira da Autarquia.* -----

---- *Opinião também defendida pela generalidade dos Vereadores.* -----

---- *Mesmo assim, e pese embora com algumas reservas, foi aprovada a requalificação das Quatro Esquinas, por se considerar importante pôr cobro à situação de perigosidade que o atravessamento da rua principal de Nelas representa.* -----

---- *Na altura sugeri que as obras de requalificação no Centro Histórico de Nelas, deveriam ter continuidade nas áreas contíguas às Quatro Esquinas, como sejam o Largo do Escanção, o Largo Vasco da Gama e as ruas que ligam estes espaços.* -----

---- *E que tudo deveria ser bem estudado e planeado, no respeito que a traça de alguns edifícios e as características arquitetónicas da zona merecem e impõem.* -----

---- *Em vez disso e de forma mais ou menos atabalhoada, sem justificações coerentes e aceitáveis, vem o Presidente da Câmara propor a requalificação, para avançar de imediato e à pressa, das Ruas Abel Pais Cabral e António Almeida Henriques, com os Largos dos Bombeiros e da Estação de permeio.* -----

---- *Não questiono a necessidade de alguma intervenção nestas áreas, não me oponho, nunca me opus à realização de obras úteis e necessárias. Apenas questiono a sua oportunidade, tendo em conta o que atrás ficou dito, a situação financeira do Concelho e do País, as imensas necessidades que existem noutras áreas, em todo o Concelho e também em Nelas.* ---

---- *A indefinição sobre a utilização de alguns edifícios, como o antigo quartel dos Bombeiros, as expectativas de novos investimentos na rua dos Mathias, e fundamentalmente, a esperança que a Estação de Nelas venha a ter uma nova dinâmica, que se deseja, derivada das obras de beneficiação da Linha da Beira Alta, objectivo que a todos deve mobilizar, justificam uma ponderação mais coerente e responsável.* -----

---- *Se a Estação de Nelas voltar a ser, como se espera, um importante terminal de passageiros, a servir toda a região, será necessária a redefinição de todos os espaços envolventes e equacionar até a sua expansão a sul, com novos acessos e infraestruturas necessárias, tendo em conta o volume de tráfego de automóveis e de autocarros, e as necessidades de estacionamento de um interface de dimensão regional.* -----

---- *Só por si, este seria motivo suficiente para uma melhor ponderação.* -----

---- *Mas também não sou defensor do já mais que gasto modelo de fazer obras à pressa, a qualquer preço, nos meses anteriores às eleições. Estas aventuras, no passado, demonstraram que, nem as obras são executadas com qualidade e os custos a elas associados, por norma, são muito mais elevados.* -----



Reunião de 25/01/2017

---- Não aceito que se façam obras, de qualquer maneira, apenas para gastar o dinheiro. Muito menos quando não são urgentes, não são prioritárias e a sua necessidade duvidosa. ---

---- É chocante o contraste entre a necessidade e urgência invocadas pelo Presidente para justificar estas obras e o corte, proposto pelo mesmo Presidente, de dezenas de obras nas várias freguesias, que constavam das Grandes Opções para 2017, em duas alterações, e ainda só estamos em Janeiro. Centenas de milhares de euros serão canalizados para compromissos de 2016, não pagos e para despesas com avenças, seminários, conferências, publicidade, marketing e promoção de imagem. -----

---- Fica assim claro que a justificação para estas obras não é a sua necessidade nem urgência, mas sim, tão só e apenas, fins unicamente eleitoralistas, como, aliás, o Presidente da Câmara acabou por confessar. -----

---- Por isso não aprovei os projetos de requalificação submetidos à apreciação da Câmara--

---- Manifesto a minha total disponibilidade para voltar a apreciar estas ou outras propostas, desde que sejam ponderadas as questões anteriores e as reservas e dúvidas que aponte aos projetos em análise. -----

---- Desde logo, seria uma boa oportunidade para a participação dos cidadãos, colocar em discussão pública a apreciação, em concreto, de cada um destes projetos. Esta forma de auscultação do sentimento coletivo é louvável e recomendável, desde que respeite a liberdade de opinião e não se transforme em ação de propaganda oficial, com objectivo único de persuasão dos Vereadores, modelo que o Presidente tanto parece gostar, quando lhe convém.

---- Devem ser equacionados outros projetos, noutras localidades do Concelho, e disso fazer bandeira junto da entidade tutelar, tanto mais que os fundos para o efeito estarão disponíveis até 2020. Não há portanto nenhuma urgência em fazer obras à pressa e de qualquer maneira, nem se corre risco algum, de se perderem esses fundos. -----

---- Uma vez que há outras obras a decorrer, em especial a das Quatro Esquinas, e foram colocadas algumas reservas e dúvidas, quanto às opções escolhidas e à qualidade da obra, justifica-se uma avaliação intermédia e, eventualmente, a redefinição do modelo de intervenção. -----

--- Mais em concreto, questionei também algumas opções e soluções propostas, ou falta delas.-----

----- O não encaminhamento das águas pluviais das ruas a montante, pela Rua dos Bombeiros, mantendo-se a situação actual, de recurso, em ziguezague, pela rua principal e depois pelo Pomar até à passagem inferior, o que provoca, vezes sem conta, transbordamentos e ruturas das condutas; -----

---- - As substituições de materiais a utilizar nas zonas pedonais e passeios, eliminando completamente as calçadas e empedrados e colocando em seu lugar, em toda a extensão das intervenções, lajetas de betão, assentes em argamassa de betão; -----

---- - A colocação de cubos de granito, nas zonas de circulação automóvel, sendo de louvar, merece reparo a solução proposta, uma vez que a aplicação será feita com argamassa de cimento nas juntas; -----

---- - Esta opção, conjugada com a anterior, tornarão topo o espaço de intervenção impermeável à chuva, com os prejuízos ambientais derivados da falta de alimentação dos lençóis freáticos, de onde se iriam alimentar as árvores que se deseja sejam mantidas e plantadas, para além de causarem inundações e correntes à superfície; -----



Reunião de 25/01/2017

---- - *A eliminação de grande parte dos lugares de estacionamento na zona da Estação, local onde mais falta fazem e a dúvida sobre a funcionalidade das alternativas, muito em especial, o empurrar de uma grande parte dos estacionamentos para a zona do Pomar; -----*

---- - *No Pomar vivem centenas de pessoas, é uma área em crescimento, a urbanização ainda não está concluída e, com certeza, faltarão espaços para estacionamento, o que faria sentido, neste momento avançar com as obras de arranjos dos espaços públicos, com especial menção de uma zona verde de alguma dimensão, necessária para equilíbrio com toda a área construída e espaço de lazer dos seus muitos moradores. -----*

---- *Uma nota final para a qualidade técnica dos projetos e a dedicação e empenho dos serviços técnicos da Autarquia. O que se critica aqui são as opções tomadas e a oportunidade das obras e não a bondade e rigor técnico, muito menos a competência, inquestionável, dos nossos técnicos. -----*

---- *Merece especial menção, a preocupação constante com as questões da mobilidade e da acessibilidade, de todos os cidadãos enquanto peões, muito em particular daqueles com capacidades reduzidas. -----*

---- *Nelas, 27 de Janeiro de 2017 -----*

---- *O Vereador do Partido Socialista: Adelino José Borges Amaral.” -----*

### 3 – SUBSÍDIOS

#### **(26/2017/01/25)3.1.JUNTA DE FREGUESIA DE NELAS – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE VERDE, EM FOLHADAL – APROVAÇÃO**

---- Presente um ofício da Junta de Freguesia de Nelas, solicitando um apoio financeiro desta Câmara Municipal, no valor de 15.000,00 euros, necessário para a comparticipação da candidatura ao Subprograma N.º 2, do Despacho n.º 7176/2003 – Construção do Parque Verde, em Folhadal. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar sobre este ponto. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que só tinha uma dúvida em termos formais. Já tinha lido o ofício há alguns dias e ficou com a ideia de que a candidatura que a Junta de Freguesia iria apresentar e no caso da candidatura ser aprovada contaria com uma participação financeira e a Câmara participaria no financiamento dessa obra. A sua dúvida era se isto deve ser uma deliberação de atribuição de um subsídio, ou se não deverá ser feito um protocolo de parceria com o financiamento, uma coisa qualquer. A sua dúvida era só essa, se aquilo era um mero subsídio, ou se era estabelecer uma parceria para executar a obra com o financiamento de várias entidades. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não era o subsídio que a Junta de Freguesia pretende. O que pretende é o conforto de que caso a candidatura venha a ser aprovada o Município poderá comparticipar até 15.000,00 euros nos termos das candidaturas e, portanto, assegurar que a obra está comparticipada. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que pedia desculpa, mas a deliberação de hoje não é só para passar a declaração, é para, de facto, participar num financiamento. Caso a candidatura seja aprovada, a Câmara assume, desde já, a participação no financiamento. -----



Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Presidente leu o seguinte: Às fontes de financiamento foi apresentado um termo de compromisso emitido pelo Município, o qual, como resulta do mesmo, esta sujeito a ratificação de reunião de Câmara Municipal. Neste particular, para efeito da candidatura o termo de compromisso deverá ser complementado com deliberação camarária comprovativa da aprovação do financiamento. Portanto, o que consta ali é a dizer que a Câmara atribuirá um apoio de 15.000,00 euros caso a candidatura seja aprovada. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a atribuição de apoio financeiro, no valor de 15.000,00 euros, à Freguesia de Nelas, para comparticipação do montante não financiado pela candidatura ao Subprograma n.º 2, do Despacho n.º 7176/2003 - Construção do Parque Verde, em Folhadal. A presente comparticipação fica condicionada à aprovação da respetiva candidatura e deverá ser celebrado um Protocolo entre o Município de Nelas e a Freguesia de Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Ao aprovar este subsídio para a Junta de Freguesia de Nelas fica aqui cabalmente demonstrado que não somos contra o desenvolvimento do nosso Concelho como forma inqualificável que quer fazer crer o Presidente da Câmara. Somos sim contra obras e aquisições de origem duvidosa e não prioritária que apenas traduzem a onda de destruição e saudosismo do Presidente da Câmara.”* -----

#### 4 – DIVERSOS

##### **(27/2017/01/25)4.1.JUNTA DE FREGUESIA DE NELAS – PEDIDO DE APOIO TÉCNICO PARA ELABORAR PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA MATA DO CABEÇO – PARQUE VERDE – APROVAÇÃO**

---- Presente um ofício da Junta de Freguesia de Nelas, solicitando apoio técnico para elaborar o projeto de requalificação da Mata do Cabeço – Parque Verde. -----

---- O Senhor Presidente leu o seguinte: A Junta de Freguesia, com vista à realização de uma candidatura, vem por este meio solicitar, através dos vossos Serviços Técnicos, a realização de projetos a entregar na CCDR. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se opunha aquilo. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, autorizar os Serviços Técnicos da Autarquia a prestar apoio técnico à Freguesia de Nelas para elaborar o projeto de requalificação da Mata do Cabeço – Parque Verde. -----

##### **(28/2017/01/25)4.2.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: HUGO FILIPE BRAGANÇA TEIXEIRA BORGES MARTINS E NATACHA SOFIA MOURA VIEIRA – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 318, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Atribuição de Incentivo à Natalidade – Ricardo Vieira Martins* -----

---- *Requereram, no dia 15 de dezembro de 2016, a atribuição do incentivo à natalidade os requerentes Hugo Filipe Bragança Teixeira Borges Martins e Natacha Sofia Moura Vieira, residentes na Estrada Fonte do Alcaide, n.º 13 – Fonte do Alcaide, Freguesia de Senhorim, Concelho de Nelas, pelo nascimento do seu filho Ricardo Vieira Martins no dia 17 de*



Reunião de 25/01/2017

novembro de 2016. -----  
 ---- *Na sequência do requerimento acima citado, foi elaborado e instruído o respetivo processo que integra todos os documentos exigidos pelo Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas e os documentos de verificação das condições regulamentares da atribuição do incentivo.* -----

---- *Por:* -----

---- *- O pedido ter ocorrido até 90 dias úteis contados a partir da data do nascimento (art.º 6.º);* -----

---- *- O processo ter sido instruído com os documentos exigidos no Regulamento (art.º 5.º);*----

---- *- Estarem preenchidos os requisitos para a atribuição do subsídio (art.º 4.º).*

*Considero que estão reunidas todas as condições para a atribuição do incentivo à natalidade no valor total de 1000 euros, aos requerentes acima identificados, sendo que 750 euros terão de ser utilizados em despesas efetuadas no Concelho de Nelas e 250 euros em despesas realizadas fora do concelho de Nelas (n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento).* -----

---- *A decisão final deverá ser tomada por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, de acordo com o exposto no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, em vigor desde o dia 5 de outubro de 2016.* -----

---- *Posteriormente, os requerentes serão notificados por escrito da decisão.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V. Ex.ª.”* -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes Hugo Filipe Bragança Teixeira Borges Martins e Natacha Sofia Moura Vieira, residentes na Estrada Fonte do Alcaide, n.º 13 – Fonte do Alcaide, Freguesia de Senhorim, Concelho de Nelas, pelo nascimento do seu filho Ricardo Vieira Martins no dia 17 de novembro de 2016, nos termos da informação interna n.º 318, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----

**(29/2017/01/25)4.3.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: JOSÉ ARMANDO MARQUES FERREIRA E ANDREIA SOFIA ALVES CORREIA MIDÕES – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 320, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Atribuição de Incentivo à Natalidade – Maria Midões Ferreira* -----

---- *Requereram, no dia 14 de dezembro de 2016, a atribuição do incentivo à natalidade os requerentes José Armando Marques Ferreira e Andreia Sofia Alves Correia Midões, residentes na Rua Dr. José Guilherme Faure, lote 13 – 4.º esquerdo, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, pelo nascimento da sua filha Maria Midões Ferreira no dia 18 de novembro de 2016.* -----

---- *Na sequência do requerimento acima citado, foi elaborado e instruído o respetivo processo que integra todos os documentos exigidos pelo Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas e os documentos de verificação das condições regulamentares da atribuição do incentivo.* -----

---- *Por:* -----

---- *O pedido ter ocorrido até 90 dias úteis contados a partir da data do nascimento (art.º 6.º);* -----

---- *- O processo ter sido instruído com os documentos exigidos no Regulamento (art.º 5.º);*----





Reunião de 25/01/2017

---- - *Estarem preenchidos os requisitos para a atribuição do subsídio (art.º 4.º).* -----  
 ---- *Considero que estão reunidas todas as condições para a atribuição do incentivo à natalidade no valor total de 1000 euros, aos requerentes acima identificados, sendo que 750 euros terão de ser utilizados em despesas efetuadas no Concelho de Nelas e 250 euros em despesas realizadas fora do concelho de Nelas (n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento).* -----  
 ---- *A decisão final deverá ser tomada por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, de acordo com o exposto no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, em vigor desde o dia 5 de outubro de 2016.* -----  
 ---- *Posteriormente, os requerentes serão notificados por escrito da decisão.* -----  
 ---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V. Ex.ª.”* -----  
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes José Armando Marques Ferreira e Andreia Sofia Alves Correia Midões, residentes na Rua Dr. José Guilherme Faure, lote 13 – 4.º esquerdo, Freguesia de Nelas, Concelho de Nelas, pelo nascimento da sua filha Maria Midões Ferreira no dia 18 de novembro de 2016, nos termos da informação interna n.º 320, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----  
**(30/2017/01/25)4.4.REGULAMENTO DE INCENTIVO À NATALIDADE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVO - REQUERENTES: HUGO FILIPE LOUREIRO RODRIGUES E ANDREIA SUSANA MIGUEL FERNANDES RODRIGUES – APROVAÇÃO**  
 ---- Presente a informação interna n.º 322, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----  
 ---- *“Atribuição de Incentivo à Natalidade – Juliana Fernandes Rodrigues -----*  
 ---- *Requereram, no dia 3 de janeiro de 2017, a atribuição do incentivo à natalidade os requerentes Hugo Filipe Loureiro Rodrigues e Andreia Susana Miguel Fernandes Rodrigues, residentes na Rua Direita, n.º 249 – Vale de Madeiros, Freguesia de Canas de Senhorim, Concelho de Nelas, pelo nascimento da sua filha Juliana Fernandes Rodrigues no dia 18 de dezembro de 2016.* -----  
 ---- *Na sequência do requerimento acima citado, foi elaborado e instruído o respetivo processo que integra todos os documentos exigidos pelo Regulamento de Incentivo à Natalidade no Município de Nelas e os documentos de verificação das condições regulamentares da atribuição do incentivo.* -----  
 ---- *Por:* -----  
 ---- - *O pedido ter ocorrido até 90 dias úteis contados a partir da data do nascimento (art.º 6.º);* -----  
 ---- - *O processo ter sido instruído com os documentos exigidos no Regulamento (art.º 5.º); --*  
 ---- - *Estarem preenchidos os requisitos para a atribuição do subsídio (art.º 4.º).* -----  
 ---- *Considero que estão reunidas todas as condições para a atribuição do incentivo à natalidade no valor total de 1000 euros, aos requerentes acima identificados, sendo que 750 euros terão de ser utilizados em despesas efetuadas no Concelho de Nelas e 250 euros em despesas realizadas fora do concelho de Nelas (n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento).* -----  
 ---- *A decisão final deverá ser tomada por deliberação da Câmara Municipal, sob proposta do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, de acordo com o exposto no n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento, em vigor desde o dia 5 de outubro de 2016.* -----



Reunião de 25/01/2017

---- *Posteriormente, os requerentes serão notificados por escrito da decisão.* -----  
 ---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V. Ex.<sup>a</sup>.* -----  
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, deferir o pedido dos requerentes Hugo Filipe Loureiro Rodrigues e Andreia Susana Miguel Fernandes Rodrigues, residentes na Rua Direita, n.º 249 – Vale de Madeiros, Freguesia de Canas de Senhorim, Concelho de Nelas, pelo nascimento da sua filha Juliana Fernandes Rodrigues no dia 18 de dezembro de 2016, nos termos da informação interna n.º 322, datada de 10/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----  
**(31/2017/01/25)4.5.PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS DO HOSPITAL DE SÃO TEOTÓNIO DE VISEU – EVENTUAL RENOVAÇÃO – APROVAÇÃO**  
 ---- Presente a informação interna n.º 278, datada de 06/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----  
 ---- *“Protocolo de Colaboração – Renovação* -----  
 ---- *No dia 19 de novembro de 2014, o Município de Nelas celebrou um Protocolo com a Associação dos Voluntários do Hospital de São Teotónio de Viseu, no qual se comprometia a colaborar com o donativo no valor de 300€ para ajudar a custear as despesas de funcionamento da Associação.* -----  
 ---- *Considerando que:* -----  
 ---- *A Associação, de acordo com os princípios e valores da sua constituição, tem por fim: --*  
 ---- *a) Promover e apoiar iniciativas de carácter cultural e social no sentido do melhor acolhimento dos doentes e familiares.* -----  
 ---- *b) Colaborar com os serviços e profissionais de saúde no apoio aos doentes e acompanhamento de familiares.* -----  
 ---- *c) Cooperar com Entidades Públicas e Privadas em tudo o que diga respeito à melhoria do atendimento e prestação de cuidados de saúde.* -----  
 ---- *Deixo à consideração superior de V. Ex.<sup>a</sup> a eventual renovação, por um ano, à semelhança da deliberação em reunião de Câmara realizada em 25 de novembro de 2015, do Protocolo de Colaboração entre o Município de Nelas e a Associação dos Voluntários do HST de Viseu, que deste modo poderá continuar a prestar um eficaz e efetivo acompanhamento aos doentes e familiares deste Concelho.* -----  
 ---- *Quanto cumpre informar, à consideração superior de V. Ex.<sup>a</sup>.* -----  
 ---- O Senhor Presidente afirmou que afirmou que era um apoio financeiro de 300,00 euros/ano. Já foi atribuído também no ano passado. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se opunha à aprovação deste subsídio. -----  
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a renovação do protocolo celebrado entre o Município de Nelas e a Associação dos Voluntários do Hospital de São Teotónio de Viseu, que integra o donativo anual no valor de 300,00 euros, nos termos da informação interna n.º 278, datada de 06/01/2017, da Unidade Orgânica da Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, atrás descrita. -----

## 5 – CONTABILIDADE



Reunião de 25/01/2017

**(32/2017/01/25)5.1.MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 2 E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO N.º 2, DO ANO DE 2017 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO**

---- Presentes as Modificações ao Orçamento Municipal, n.º 2, e às Grandes Opções do Plano, n.º 2, para o ano de 2017, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares para fazer o favor de explicar a necessidade das alterações, resumidamente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que queria protestar por só agora lhe terem sido entregues os documentos e como tal ausentava-se da reunião, por uma questão procedimental. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que, independentemente, da informação que a Senhora Dr.ª Célia Tavares pode dar e acha que é útil dar, sugeria que o assunto fosse retirado da Agenda porque ele também não vai participar na votação e se participasse votaria contra, tanto mais que esta reunião já é a segunda convocatória, não faz sentido entregarem-lhes os documentos agora. Portanto, sugeria que a Senhora Dr.ª Célia Tavares desse uma explicação sobre o assunto, mas que o assunto depois não fosse submetido à votação. -----

--- A Senhora Vice-Presidente afirmou que achava que se não vão votar não valia a pena dar a explicação, mas gostava que a Senhora Dr.ª Célia Tavares apresentasse as explicações porque está em causa o funcionamento da própria Câmara. De alguma maneira apelava a essa possibilidade nem que para isso fosse preciso fazer um intervalo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Vice-Presidente porque é que o Executivo não contacta os Senhores Vereadores quando há uma questão importante para o Município. Os Senhores Vereadores não são ali uns totós. Têm o mesmo poder que tem o Executivo no Órgão, que é votar. A reunião começou no dia 25, hoje é 27 e o Executivo, nem na quarta-feira apresentaram isto, nem mandaram. Põem ali em cima da Mesa e aqueles totós têm que engolir porque eu é que sou o Rei Sol e eu é que sou o que mando. Agora, vem-os coagir que para o Município, que parava como quando foi das refeições das criancinhas. -----

---- O Senhor Presidente pediu à Senhora Dr.ª Célia Tavares para fazer o favor de explicar. ---

---- A Senhora Dr.ª Célia Tavares, dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou que se não era para aprovarem hoje valia mais porque vai ser reformulada e daqui até à próxima reunião ainda vão aparecer mais coisas. Se for para votarem hoje. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que achava que era, pelo menos, a terceira vez que havia situações destas. Na última reunião tinha sido aprovada uma modificação orçamental justificada com a necessidade de incluir no Orçamento deste ano as rubricas e compromissos que tinham ficado do ano anterior. E foi questionado se estava ali mais ou menos tudo, foi dito que sim e foi aceite a urgência e a justificação da proposta da modificação ter sido apresentada só nesse dia e a Câmara votou-a e ninguém questionou e está o incidente sanado. Mas ele acha que isso, de forma nenhuma, pode ser uma prática corrente porque a apreciação de Contas e estão a falar de variações no Orçamento de cento e tal mil euros e são muitas. Portanto, haverá ali dúvidas concertiza. Os Senhores Vereadores podem questionar a Senhora Dr.ª Célia. Ela sabe isto tudo de trás para a frente e da frente para



Reunião de 25/01/2017

trás. Mas ele, Vereador Adelino Amaral acha que deve ser dado o direito aos Senhores Vereadores de, mesmo na posse da informação, ponderarem se essa informação justifica, ou não, uma determinada posição. Pode dizer: Está aqui uma verba de 3,00 euros que vai ser anulada na taxa pela emissão de certificados de registos não sabia de quê. Ele pode questionar: Vai ser anulada, porquê? Vamos abdicar de alguma verba? Acha que deve ser dado o direito aos Senhores Vereadores de não só terem informação, mas depois ponderar antes de tomar a decisão. Portanto, parece-lhe que não é uma prática boa pôr os papéis, com o devido respeito, mas acha que deve ser dada hipótese depois de questionar e até de ponderar. Estão a falar ali de cento e tal mil euros no Orçamento, 119.000,00 euros e 125.000,00 euros nas GOP,s. Estão a falar ainda de valores elevados. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que considerava que se houver necessidade de uma reunião extraordinária para fazerem a votação desta matéria, fá-la-ão. Assim, o ponto é retirado da Ordem de Trabalhos por não apresentação atempada. Pediu à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares para fazer o favor de dar a explicação, independentemente, de ser votada, ou não, o teor das alterações que resultam sempre de necessidades de serviço, que são difíceis de planear com cinco dias de antecedência, mas tinham que fazer esse esforço. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares afirmou que na parte da receita, as anulações e os reforços têm origem em alterações ao Plano de Contas que a DGAL introduziu, ou publicitou, só em 17 de janeiro e a AIRC fez alterações ao software em 23 de janeiro. Portanto, são essas da receita e uma da despesa que é no 01.01.02.06.01.01, portanto, a DGAL criou contas novas para ter receitas mais desagregadas. Por exemplo, a taxa de gestão de resíduos não existia, mas também não existia, começou no ano passado, foi criada pela Lei e eles querem isto individualizado. Na parte da receita também a Taxa de Proteção Civil, Taxa Turística e Taxa de Gestão de Resíduos, também são receitas novas das Autarquias que individualizaram este ano. Agora, só a despesa. É no 06 – Outras despesas correntes. É a Taxa de Gestão de Resíduos. Está na receita e na despesa porque uma parte a Câmara recebe por via da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, mas também paga à Agência Portuguesa do Ambiente, à APA. Na parte da despesa no 02.01.07, portanto, ela explica os reforços. As anulações são onde há verba disponível para tirar. 02.01.07 é para uma requisição de equipamento de proteção individual. No 02.02.01.20 foi um lapso seu na alteração anterior. Tirou tudo que lá existia e está a repor porque há necessidade, não já, mas haverá no futuro. Na 02.02.01.21 é para assinaturas de jornais anuais, é para selos, sacos, ferros para placas informativas, redes de vedação, autocolantes em vinil e precisam de ter uma rubrica de reposição das despesas de fundo de maneio, de reconstituição mensal de fundo de maneio. 02.02.13 é exclusiva de reconstituição de despesas de fundo de maneio. O fundo de maneio previsto deve ser 100,00 euros por mês e essa despesa tem que estar prevista em Orçamento. A Câmara aprovou o fundo e os Serviços têm que fazer a reflexão nos cabimentos e compromissos. Mil e quarenta e cinco euros são para formação, concretamente é para os Funcionários da Contabilidade uma vez que para o próximo ano entra e m vigor o SNCAP, o Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública. No 02.02.02.16 é Livros de Atas e Vídeo Reportagens do Ciclo de Conferências e também Atividades Culturais. O 02.02.17 são 10.000,00 euros para Publicidade de Carnaval. O 02.02.20 é para reforço de Contratos de Prestação de Serviços, portanto, esta não tem nada a ver com a do ano anterior. -

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia



## Reunião de 25/01/2017

Tavares se esses Contratos de Prestação de Serviços eram para os Trabalhadores, ou eram essas avenças malucas que aparecem aí. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que foram para os Contratos de Prestação de Serviços em regime de Avença que já existiam no ano passado. É para um Contrato de Consultadoria para Inspeção de Elevadores e é também para reconstituição de fundo de maneo. O 02.02.25 é para a eletricidade da Iluminação de Natal, é para a AIPEL e para a OTIS, que a Câmara tem contratos anuais. O 04.03.01 é para reforçar uma verba prevista mas que foi insuficiente para transferir para os Agrupamentos de Escolas. Da Associação de Municípios são dois protocolos assinados com a CIM em que a CIM é promotora de candidaturas e a parte da Câmara, num é 2.740,00 euros e outro anda à volta dos 5.000,00 euros. O ponto 0.6.02.01.01 é um ajustamento a um Plano de Contas. E depois temos o 08.08.02 que é o reforço de atribuição, portanto, a Câmara aprovou 4 processos de apoio a obras de habitação e é para reforçar o que já está aprovado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges pediu desculpa à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares e perguntou-lhe se lhe estava a dizer era que a Câmara aprovou uma coisa sem ter cabimento, ou era algum erro. Era uma pergunta. Não era uma insinuação. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que não, era uma candidatura. Houve uma candidatura que foi condicionada à apresentação do registo de propriedade e a pessoa deu início a um processo de legalização, que é um Senhor de Carvalhal Redondo. E como já deu início porque o Senhor comprou e a pessoa morreu e não fez escritura. Portanto, achou por bem cabimentar. Até aqui não tinha condições. O PPI é para as obras que já estão aí enunciadas. Uma são para as obras que já estão feitas. Outro é para um projeto. Outro é para uma empreitada. Outro é para um software para a Rede de Bibliotecas das Escolas e da nossa Biblioteca. Os 2.500,00 euros dos parques infantis são para reforço. E a 2008/98 são requisições também que já existem. O resto é tudo a retirar. Pediu desculpa mas não pôs as ETAR,s. Terá que vir à próxima reunião, porque, de manhã, quando ia para fazer esta alteração soube que tinha sido intimada para o Tribunal e foi para o Tribunal e acabou por se esquecer das ETAR,s. Entretanto, chegou, ainda esteve a ver e só agora, quando se estava na discussão anterior e que tinha donde tirar porque é tudo financiado, portanto, só queria salvar isso. Na próxima reunião, ou daqui a um mês terá que a vir a modificação orçamental referente às ETAR,s. -----

---- O Senhor Presidente perguntou à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares se se estava a referir às ETAR,s que foram aprovadas. -----

---- A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares respondeu que sim, para os projetos. Já está previsto e não definido. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que dizia sinceramente que lhe ia custar muito votar contra esta modificação. Ainda estão na segunda, tinha o limite de cinco. Acha que a consciência depois pesa. Mas, só por um motivo. É que não quer ser acusado outra vez pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira a dizer que agora a culpa é dos Senhores Vereadores que lhe retiraram ali 999,00 euros. Portanto, ele tinha lá para fazer 1.000,00 euros. A Câmara tirou-lhe 999,00 euros, fica a fazer 1,00 euro. Quer que ele consiga fazer 1.000,00 euros. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Santar e Moreira estava chateado porque a Câmara retirou-lhe o Orçamento todo e só tinha lá 1.000,00 euros. Agora,



Reunião de 25/01/2017

fica com 1,00 euro, espera bem que ele fique satisfeito. -----  
 ---- O Senhor Presidente perguntou aos Senhores Vereadores se mantinham o propósito de não votarem este ponto. -----

---- **Foi feito um intervalo de cinco minutos para melhor ponderação.** -----

---- **Reaberta a reunião**, o Senhor Presidente pôs à votação as Modificações ao Orçamento Municipal, n.º 2, e às Grandes Opções do Plano, n.º 2, para o ano de 2017, as quais foram aprovadas, por maioria dos membros presentes, com dois votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente e quatro abstenções, dos Senhores Vereadores Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Adelino José Borges Amaral. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu a colaboração dos Senhores Vereadores. -----

## **5.2.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA, DA DESPESA E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – CONHECIMENTO**

---- Presentes os documentos referentes à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 31 de dezembro de 2016, os quais ficam anexos a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

---- A Câmara tomou conhecimento dos documentos referentes à Execução Orçamental da Receita, da Despesa e das Grandes Opções do Plano, à data de 31 de dezembro de 2016. -----

## **6 - OBRAS PARTICULARES**

### **6.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO**

#### **6.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 05 e 18 de janeiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----

#### **6.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 06 e 18 de janeiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

#### **6.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na



Reunião de 25/01/2017

Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 05 e 18 de janeiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

**(33/2017/01/25)6.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 05 e 18 de janeiro de 2017, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VI), ficando dela parte integrante. -----

**7 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS**

**7.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído; um alargamento de horário de funcionamento e uma atribuição de número de polícia, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VII), fazendo dela parte integrante. -----

---- **Ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira na parte referente ao ABC.** -----

**(34/2017/01/25)7.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VIII), fazendo dela parte integrante. -----

---- **Regressou à reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira** -----

**(35/2017/01/25)7.3.LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO – CLASSE A3: INSTALAÇÃO DE POSTO DE GARRAFAS DE G.P.L. COM CAPACIDADE DE 46,80 M<sup>3</sup> – REQUERENTE: JOLUMICAR, UNIPESSOAL, LD.ª – LOCAL: ZONA INDUSTRIAL 1 DE NELAS - LOTE 5, FREGUESIA DE SENHORIM – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 382, datada de 13/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve:

---- *“Licenciamento Simplificado – Classe A3: Instalação de posto de garrafas de G.P.L. com capacidade de 46,80 m<sup>3</sup> – Requerente: Jolumicar, Unipessoal, Ld.ª – Local: Zona Industrial 1 de Nelas - Lote 5, Freguesia de Senhorim. Processo: 20/1/2017.* -----



Reunião de 25/01/2017

- I – *Solicitação do Requerente:* -----
- 1. *A empresa requerente comunica a instalação de um posto de garrafas de gases de petróleo liquefeitos (GPL) da classe A3, com capacidade máxima de 46.80 m<sup>3</sup> (superior a 0,520 m<sup>3</sup>).* -----
- II. *Enquadramento legal:* -----
- 1. *De acordo com o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012 de 09 de Outubro, que estabeleceu os procedimentos e as competências do licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis:* -----
- ANEXO III - *Classe A3:* -----
- A — *Instalações sujeitas a licenciamento simplificado* -----
- *Ficam sujeitas a licenciamento simplificado as instalações das seguintes classes, que não incluem instalações onde se efetue o enchimento de taras ou de veículos-cisterna:*
- Classe A3: -----
- *Parques e postos de garrafas de gases de petróleo liquefeitos (GPL) com capacidade igual ou superior a 0,520 m<sup>3</sup>.* -----
- *De acordo com a Portaria 1188/2003, de 10 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de Novembro, no seu artigo 20.º - Licenciamento simplificado para instalações classe A3:* -----
- N.º 1 — *O proprietário das instalações de classe A3 deve apresentar na respetiva câmara municipal um processo constituído pelos seguintes elementos referentes à instalação:* -----
- a) *Requerimento, com identificação completa do requerente (nome ou razão social, morada ou sede, número fiscal de contribuinte, número de telefone e, se disponíveis, de fax e o endereço de correio eletrónico);* -----
- b) *Documento comprovativo do direito à utilização do terreno onde se pretende realizar a instalação;* -----
- c) *Planta de localização à escala 1:10 000 ou outra adequada mostrando a localização da instalação;* -----
- d) *Ficha técnica da instalação com indicação da capacidade prevista, das regras de segurança previstas nas Portarias n.ºs 451/2001, de 5 de Maio, e 460/2001, de 8 de Maio.*
- N.º 2 - *O requerimento de vistoria final deve ser acompanhado da identificação da entidade exploradora das instalações reconhecida pela DGEG quando tal for exigível pelo Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio.* -----
- N.º 3 - *As instalações são apenas sujeitas à vistoria final prevista no n.º 14.º, efetuada pela entidade licenciadora, a qual emite a respetiva licença de exploração, prevista no n.º 15.º, e comunica à Autoridade Nacional de Proteção Civil a localização e a entrada em exploração da mesma.* -----
- III. *Parecer dos Serviços:* -----
- 1. *O pedido de instalação do posto de garrafas GPL da classe A3 encontra-se devidamente instruído. Assim, nos termos do artigo 20.º da Portaria 1188/2003, de 10 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de Novembro, não vejo inconveniente na pretensão, devendo, após a instalação, a empresa requerente solicitar a realização da respetiva vistoria final ao Município de Nelas, a fim de ser emitida a licença de exploração. -*
- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.*” -----





Reunião de 25/01/2017

---- O Senhor Presidente leu parte da informação dos Serviços Técnicos, atrás descrita. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o licenciamento simplificado – Classe A3, referente à instalação de posto de garrafas de G.P.L. com capacidade de 46,80 m<sup>3</sup>, em que é requerente a empresa Jolumicar, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, sita na Zona Industrial 1 de Nelas - Lote 5, Freguesia de Senhorim e a que se refere o processo n.º 20/1/2017, nos termos da informação interna n.º 382, datada de 13/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. - **(36/2017/01/25)7.4.PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO NOME DE RUA E NÚMERO DE POLÍCIA. REQUERENTE: ACÁCIO MARQUES PEREIRA. LOCAL: BARRADA, ALGERÁS, FREGUESIA DE NELAS – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – APROVAÇÃO**

---- Presente uma proposta de deliberação do Senhor Presidente, datada de 06 de janeiro de 2017, que a seguir se transcreve: -----

---- **“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO** -----

---- *Denominação de rua na localidade de Algerás e freguesia de Nelas, bem como a atribuição do número de polícia.* -----

---- *Considerando:* -----

---- *A. O requerimento apresentado pelo munícipe Acácio Marques Pereira no sentido de ser atribuído número de polícia a uma moradia sita à “Barrada”, bem como a atribuição do nome da rua, uma vez que o local onde a mesma se situa não se encontra identificado;* -----

---- *B. Que nos termos do disposto na alínea ss) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal “Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia”;* -----

---- *C. Que, a Assembleia de Freguesia de Nelas, aprovou, em sessão realizada em 27 de dezembro de 2016, por unanimidade «a designação proposta de “Caminho das Barradas”»;*

---- **PROPONHO:** -----

---- *I. Que, nos termos da alínea ss) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja submetida a apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Nelas a proposta de atribuição de nome de rua “Caminho da Barrada”, ao local identificado na planta constante da informação dos serviços técnicos que se junta em anexo e que faz parte integrante da presente proposta de deliberação;* -----

---- *II. Que, nos termos da alínea tt) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja submetida a apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Nelas a proposta de atribuição do número de polícia n.º 5 à moradia do requerente.* -----

---- *III. Que seja dado conhecimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal à Dr.ª Susana Henriques para serem prosseguidos os trâmites subsequentes, nomeadamente, atribuição do código postal para a referida rua.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a Junta de Freguesia propõe que o nome da rua “Caminho da Barrada” e leu parte da informação atrás descrita. Afirmou que era a Rua das Oficinas que vai para Carvalhal Redondo. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma coisa contra. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta de



Reunião de 25/01/2017

deliberação atrás descrita, atribuindo o nome de rua “Caminho da Barrada”, em Algerás, Freguesia de Nelas, ao local identificado na planta constante da informação dos Serviços Técnicos, bem como atribuir o número de polícia n.º 5 à moradia do requerente Acácio Marques Pereira. -----

**(37/2017/01/25)7.5.PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA – DELIBERAÇÃO MUNICIPAL DE 28/12/2016. REQUERENTE: CARINA RAFAELA DOS SANTOS COSTA. LOCAL: AV.<sup>a</sup> DA LIBERDADE, EM ALGERÁS - APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 295, datada de 09/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve:

---- *“Pedido de atribuição de número de polícia – Deliberação Municipal de 28/12/2016*

---- *Registo de entrada: 9198 de 20/10/2016. Requerente: Carina Rafaela dos Santos Costa*

---- *Local: Av. da Liberdade, em Algerás* -----

---- *A requerente solicitou a atribuição do número de polícia para a sua moradia erigida na Av. da Liberdade, em Algerás.* -----

---- *Análise da pretensão:* -----

---- *1. No seguimento de deslocação ao local, verificou-se a repetição dos números de polícia existentes nesta Avenida. Aparentemente, como a avenida se prolonga desde o Cineteatro de Nelas, pela Ex-EN 231, em direção de Vilar Seco, houve uma separação da numeração, na Avenida em Nelas e na Avenida em Algerás. Esta situação não é de todo aconselhável, pois tratando-se de uma avenida única, poderá originar complicações na entrega dos correios. Contudo, trata-se de uma situação consolidada, sendo difícil proceder à alteração da numeração.* -----

---- *2. De acordo com o parecer da Junta de Freguesia de Nelas, de acordo com reunião do executivo em 29/11/2016, propõem a alteração do nome da avenida em Algerás.* -----

---- *3. De acordo com o deliberado em Reunião de Câmara Municipal, datado de 28/12/2016, decidiu-se por manter a numeração existente na Avenida da Liberdade em Nelas (3520-061 NELAS), e ser atribuído um novo nome de rua á parte do arruamento localizado na povoação de Algerás, a efetuar pela Comissão Municipal.* -----

---- *Parecer dos Serviços:* -----

---- *1. Assim sendo, de acordo com o deliberado em Reunião de Câmara Municipal, datado de 28/12/2016, conforme ata em anexo, proponho que se notifique a requerente que irá ser atribuído um novo nome de rua, a definir pela Comissão Municipal, e que oportunamente ser-lhe-á comunicado, bem como atribuído o número de polícia.* -----

---- *NOTA: Provisoriamente, atendendo à situação existente, poderá utilizar o nome “Avenida da Liberdade”.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>”* -----

---- O Senhor Presidente leu parte da informação atrás descrita. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar a proposta dos Serviços Técnicos, no sentido de se notificar a requerente que irá ser atribuído um novo nome de rua, a definir pela Comissão Municipal, e que oportunamente ser-lhe-á comunicado, bem como atribuído o número de polícia atribuído e que, provisoriamente, atendendo à situação existente, poderá utilizar o nome “Avenida da Liberdade, nos termos da informação interna



Reunião de 25/01/2017

n.º 295, datada de 09/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão, Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(38/2017/01/25)7.6.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DE REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM TERRENO RÚSTICO. LOCAL: TAPADA DA NEVE, FREGUESIA DE NELAS. COMPROPRIETÁRIOS: JORGE ANTÓNIO AMARAL LEMOS E JOÃO PAULO BEJA SARDO CABRAL RIBEIRO – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 489, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um terreno rústico – Registo de entrada a responder: 570, de 19/01/2017. -----*

---- *Requerente: Maria Zilda Matias Correia -----*

---- *Comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro. Local: “Tapada da Neve”, Freguesia de Nelas -----*

---- *I. Solicitação dos requerentes: -----*

---- *1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e pela Lei n.º 10/2008 de 20 de Fevereiro. O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----*

---- *II. Parecer dos Serviços: -----*

---- *1. A proprietária solicita parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito na “Tapada da Neve”, artigo 6103, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um. -----*

---- *2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. -----*

---- *3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, emitir parecer favorável quanto à constituição de compropriedade, em nome dos comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro, de um prédio rústico, sito na “Tapada da Neve”, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Nelas, sob o artigo n.º 6103, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 489, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(39/2017/01/25)7.7.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DE REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM TERRENO RÚSTICO. LOCAL: SOITO VELHO, FREGUESIA DE NELAS. COMPROPRIETÁRIOS: JORGE ANTÓNIO**



Reunião de 25/01/2017

**AMARAL LEMOS E JOÃO PAULO BEJA SARDO CABRAL RIBEIRO – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 491, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um terreno rústico – Registo de entrada a responder: 569, de 19/01/2017. -----*

---- *Requerente: Maria Zilda Matias Correia -----*

---- *Comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro. Local: “Soito Velho”, Freguesia de Nelas -----*

---- *I. Solicitação dos requerentes: -----*

---- *1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e pela Lei n.º 10/2008 de 20 de Fevereiro. O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----*

---- *II. Parecer dos Serviços: -----*

---- *1. A proprietária solicita parecer favorável de constituição de regime de compropriedade do terreno rústico, sito no “Soito Velho”, artigo 5897, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um. -----*

---- *2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. -----*

---- *3. Mais informo que a constituição de compropriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, emitir parecer favorável quanto à constituição de compropriedade, em nome dos comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro, de um prédio rústico, sito no “Soito Velho”, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Nelas, sob o artigo n.º 5897, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 491, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(40/2017/01/25)7.8.PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONSTITUIÇÃO DE REGIME DE COMPROPRIEDADE DE UM TERRENO RÚSTICO. LOCAL: SOITO VELHO, FREGUESIA DE NELAS. COMPROPRIETÁRIOS: JORGE ANTÓNIO AMARAL LEMOS E JOÃO PAULO BEJA SARDO CABRAL RIBEIRO – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 492, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de parecer relativo à constituição do regime de compropriedade de um terreno*



Reunião de 25/01/2017

*rústico – Registo de entrada a responder: 568, de 19/01/2017. -----*

*---- Requerente: Maria Zilda Matias Correia -----*

*---- Comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro. Local: “Soito Velho”, Freguesia de Nelas -----*

*---- I. Solicitação dos requerentes: -----*

*---- 1. A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa resultar a constituição de propriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal do local da situação dos prédios, de acordo com o número 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro, pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto e pela Lei n.º 10/2008 de 20 de Fevereiro. O parecer só poderá ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----*

*---- II. Parecer dos Serviços: -----*

*---- 1. A proprietária solicita parecer favorável de constituição de regime de propriedade do terreno rústico, sito no “Soito Velho”, artigo 5901, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um. -----*

*---- 2. Assim sendo, não vejo qualquer inconveniente na pretensão, pelo que sou de opinião que se poderá emitir um parecer favorável. -----*

*---- 3. Mais informo que a constituição de propriedade não conduz ao fracionamento físico da propriedade comum, nem confere quaisquer direitos de construção ou divisão em lotes com vista ao mesmo fim. -----*

*---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

*---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, emitir parecer favorável quanto à constituição de propriedade, em nome dos comproprietários: Jorge António Amaral Lemos e João Paulo Beja Sardo Cabral Ribeiro, de um prédio rústico, sito no “Soito Velho”, inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Nelas, sob o artigo n.º 5901, localizado em Nelas, sendo ½ a favor de cada um, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 492, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----*

**---- Ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral -----  
(41/2017/01/25)7.9.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES DIAS DO AMARAL – APROVAÇÃO**

*---- Presente a informação interna n.º 519, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -*

*---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Maria da Conceição Borges Dias Amaral (PR.015600.2016/P\_ARB\_021791) -----*

*---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral (PR.015600.2016 / P\_ARB\_021791), na freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho*



Reunião de 25/01/2017

*a informar o seguinte: -----*

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 0,24 ha, a parcela 1 (0,08 ha) com a espécie eucalipto-comum, a parcela 2 (0,08 ha) com a espécie pinheiro bravo e a parcela 3 (0,08 ha) com a espécie cipreste do Buçaco (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em solo urbanizado-solo urbanizável – espaços de atividades económicas. -----

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade da zona industrial. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral, na Freguesia de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 519, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(42/2017/01/25)7.10.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES DIAS DO AMARAL – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 518, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Maria da Conceição Borges Dias Amaral (PR.015129.2016/P\_ARB\_021792) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral (PR.015129.2016 / P\_ARB\_021792), na freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada da parcela, tenho a informar o seguinte: -----

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 1,02 ha, com a espécie choupo-híbrido, (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção e Estrutura Ecológica Municipal. -----



Reunião de 25/01/2017

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. -----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>, -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral, na Freguesia de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 518, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(43/2017/01/25)7.11.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO BORGES DIAS DO AMARAL – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 513, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Maria da Conceição Borges Dias Amaral (PR.015233.2016/P\_ARB\_023065) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral (PR.015233.2016 / P\_ARB\_023065), na freguesia de Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 0,73 ha, a parcela 1 (0,34 ha) com a espécie pinheiro bravo, a parcela 2 (0,39 ha) com a espécie eucalipto-comum, (conforme plantas em anexo). --

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional). -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos



Reunião de 25/01/2017

*povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----  
---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone. -----*

*---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª” -----*

*---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Maria da Conceição Borges Dias do Amaral, na Freguesia de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 513, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----*

**---- Regressou à reunião o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral -----**

**(44/2017/01/25)7.12.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE AURÉLIO JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES PINTO – APROVAÇÃO**

*---- Presente a informação interna n.º 523, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -*

*---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Aurélio José Assunção Lopes Pinto (PR.014862.2016/P\_ARB\_021638) -----*

*---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Aurélio José Assunção Lopes Pinto (PR.014862.2016 / P\_ARB\_021638), na freguesia de Vilar Seco, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----*

*---- 1. A área total a (re)arborizar é de 1,88 ha, com a espécie eucalipto-comum(1,54 ha) e com a espécie pinheiro manso (0,34 ha), (conforme plantas em anexo). -----*

*---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----*

*---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional), mas está em zona de servidão non edificandi do IC 37. -----*

*---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco alto e muito alto na carta de risco de incêndio florestal. -----*

*---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----*

*---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----*

*---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----*

*---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª” -----*

*---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Aurélio José Assunção Lopes Pinto, na*





Reunião de 25/01/2017

Freguesia de Vilar Seco, nos termos da informação interna n.º 523, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(45/2017/01/25)7.13.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO MARTINS DOS SANTOS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 515, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Maria de Fátima Figueiredo Martins dos Santos (PR.015010.2016/P\_ARB\_022624) -----*

---- *No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Maria de Fátima Figueiredo Martins dos Santos (PR.015010.2016 / P\_ARB\_022624), na localidade de Santar, na União das Freguesias de Santar e Moreira, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada da parcela, tenho a informar o seguinte: -----*

---- *1. A área total a (re)arborizar é de 1,35 ha, com a espécie eucalipto-comum, (conforme plantas em anexo). -----*

---- *2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----*

---- *3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional), mas encontra-se na zona do itinerário complementar IC37 – zona de servidão non edificandi. -----*

---- *4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização da parcela apresenta risco alto e muito alto na carta de risco de incêndio florestal. -----*

---- *5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----*

---- *6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão.-----*

---- *Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Maria de Fátima Figueiredo Martins dos Santos, em Santar, na União de Freguesias de Santar e Moreira, nos termos da informação interna n.º 515, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(46/2017/01/25)7.14.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE ANDRADE & ADRIÃO, LD.ª – APROVAÇÃO**



Reunião de 25/01/2017

---- Presente a informação interna n.º 514, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -  
 ---- *“Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Andrade & Adrião, Ld.ª (PR.015092.2016/P\_ARB\_022839) -----*

---- *No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Andrade & Adrião, LDA (PR.015092.2016 / P\_ARB\_022839), na freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----*

---- *1. A área total a (re)arborizar é de 1,31 ha, a parcela 1 (0,95 ha) com a espécie castanheiro, a parcela 2 (0,33 ha) com a espécie freixo-nacional, e a parcela 3 (0,03 ha) com a espécie castanheiro (conforme plantas em anexo). -----*

---- *2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Rural – Aglomerado rural. -----*

---- *3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional), mas está em zona alargada de proteção de água mineral natural. -----*

---- *4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo na carta de risco de incêndio florestal. -----*

---- *5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as parcelas estão inseridas em Faixas de Gestão de Combustível. -----*

---- *6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----*

---- *Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Andrade & Adrião, Ld.ª, na Freguesias de Canas de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 514, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(47/2017/01/25)7.15.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE JOÃO CARLOS DOS SANTOS MORAIS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 510, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -  
 ---- *“Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de João Carlos dos Santos Morais (PR.015452.2016/P\_ARB\_023196) -----*

---- *No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de João*



Reunião de 25/01/2017

*Carlos dos Santos Morais (PR.015452.2016 / P\_ARB\_023196), na freguesia de Canas de Senhorim e na União das Freguesias de Santar e Moreira, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----*

*---- 1. A área total a (re)arborizar é de 1,64 ha, com a espécie eucalipto-comum e pinheiro bravo, existem parcelas que se encontram no concelho de Carregal do Sal (conforme plantas em anexo). -----*

*---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção, Espaço Agrícola de Produção e Estruturas Ecológica Municipal. -----*

*---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e REN (Reserva Ecológica Nacional) e encontram-se na zona do Itinerário complementar do IC12 – zona de servidão non edificandi. -----*

*---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco alto e muito alto na carta de risco de incêndio florestal. -----*

*---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----*

*---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----*

*---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----*

*---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.”-----*

*---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de João Carlos dos Santos Morais, na freguesia de Canas de Senhorim e na União das Freguesias de Santar e Moreira, nos termos da informação interna n.º 510, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----*

**(48/2017/01/25)7.16.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE ANA MARGARIDA BARBOSA RODRIGUES FERREIRA – APROVAÇÃO**

*---- Presente a informação interna n.º 507, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -*

*---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Ana Margarida Barbosa Rodrigues Ferreira (PR.015161.2016/P\_ARB\_022261) -----*

*---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de de Ana Margarida Barbosa Rodrigues Ferreira (PR.015161.2016 / P\_ARB\_022261), no lugar das Fontanheiras, localidade de Santar, na União das Freguesias de Santar e Moreira, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----*

*---- 1. A área total a (re)arborizar é de 0,28 ha, a parcela 1 (0,13 ha) com a espécie*



MUNICÍPIO DE NELAS  
**NELAS**  
VIVE

Reunião de 25/01/2017

*eucalipto-comum com o compasso de 3x1,5, e a parcela 2 (0,15 ha) com a espécie eucalipto-comum com o compasso de 6x6 (conforme plantas em anexo). -----*

---- 2. *Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----*

---- 3. *A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional). -----*

---- 4. *Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo na carta de risco de incêndio florestal. -----*

---- 5. *De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação, sendo de salientar que as parcelas estão próximas de habitações. -----*

---- 6. *As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----*

---- *Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone. -----*

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.”-----*

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Ana Margarida Barbosa Rodrigues Ferreira, na União das Freguesias de Santar e Moreira, nos termos da informação interna n.º 507, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(49/2017/01/25)7.17.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE JOSÉ MARIA SANTOS ANTUNES – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 508, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de José Maria Santos Antunes (PR.005021.2017/P\_ARB\_023976) -----*

---- *No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de José Maria Santos Antunes (PR.005021.2017 / P\_ARB\_023976), na freguesia de Vilar Seco e na União das Freguesias de Santar e Moreira, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----*

---- 1. *A área total a (re)arborizar é de 1,42 ha, com a espécie eucalipto-comum, em todas as parcelas e locais (conforme plantas em anexo). -----*

---- 2. *Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção. -----*

---- 3. *A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, não estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), nem REN (Reserva Ecológica Nacional), mas encontram-se na faixa de proteção do IC 12 e IC 37, ou seja, “itinerário complementar: IC12 e IC 37 – Zona de Servidão Non Edificandi”. -----*



Reunião de 25/01/2017

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo, moderado, alto e muito alto na carta de risco de incêndio florestal. -----

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de José Maria Santos Antunes, na Freguesia de Vilar Seco e na União das Freguesias de Santar e Moreira, nos termos da informação interna n.º 508, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(50/2017/01/25)7.18.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE LÚCIO JOSÉ GONÇALVES AMARAL – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 509, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- “Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de Lúcio José Gonçalves Amaral (PR.005064.2017/P\_ARB\_023435) -----

---- No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de Lúcio José Gonçalves Amaral (PR.005064.2017 / P\_ARB\_023435), nas freguesias de Canas de Senhorim e Senhorim, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte: -----

---- 1. A área total a (re)arborizar é de 7,30 ha, a parcela 1 (3,20 ha) com a espécie eucalipto-comum, a parcela 2 (0,17 ha) com a espécie Carvalho Americano, parcela 3 (0,38 ha) com a espécie eucalipto-comum, a parcela 4 (0,18 ha) com a espécie pinheiro radiata, a parcela 5 (1,73 ha) com a espécie eucalipto-comum, a parcela 6 (1,08) com a espécie eucalipto-comum, a parcela 7 (0,45ha) com a espécie freixo-nacional e a parcela 8 (0,11 ha) com a espécie pinheiro radiata, existem parcelas que se encontram no concelho de Mangualde (conforme plantas em anexo). -----

---- 2. Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção, Espaço Agrícola de Produção e Estrutura Ecológica Nacional. -----

---- 3. A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), e REN (Reserva Ecológica Nacional) e encontra-se na zona alargada de proteção de água mineral natural. -----

---- 4. Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo e moderado na carta de risco de incêndio florestal. -----



Reunião de 25/01/2017

---- 5. *De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as parcelas estão inseridas em Faixas de Gestão de Combustível.* -----

---- 6. *As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão.* ----

---- *Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.*” -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que tinha sempre muitas dificuldades, dadas as cores da trama que é escolhida e nunca sabe onde é a reflorestação. Neste caso, imagina que seja entre Canas de Senhorim e Póvoa de Santo António. Mas não consegue identificar. Olha para os documentos e nunca consegue identificar o local porque o Senhor Presidente tem os documentos a cores e não se apercebe que os Senhores Vereadores não conseguem ver. Seria interessante que quando a Senhora Eng.<sup>a</sup> Inês faz aquilo escolha uma outra trama, ou então que faça um risco para os Senhores Vereadores identificarem. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria dos membros presentes, com uma abstenção do Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral e cinco votos a favor, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de Lúcio José Gonçalves Amaral, nas Freguesias de Canas de Senhorim e de Senhorim, nos termos da informação interna n.º 509, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

**(51/2017/01/25)7.19.PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AÇÕES DE (RE) ARBORIZAÇÃO DE JOSÉ MANUEL MENDES MOREIRA – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 530, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -

---- *“Pedido de autorização prévia para ações de (re) arborização, de José Manuel Mendes Moreira (PR.014934.2016/P\_ARB\_021479)* -----

---- *No seguimento do requerimento apresentado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), no âmbito da autorização prévia, e de acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de Julho, para as ações de (re)arborização de José Manuel Mendes Moreira (PR.014934.2016 / P\_ARB\_021479), na freguesia de Vilar Seco, concelho de Nelas, e de acordo com a localização apresentada das parcelas, tenho a informar o seguinte:* -----

---- 1. *A área total a (re)arborizar é de 1,46 ha, com as espécies carvalho americano, carvalho roble e eucaliptos (conforme plantas em anexo).* -----

---- 2. *Após análise e enquadramento do projeto em termos de PDM, na Planta de Ordenamento, as parcelas estão inseridas em Espaço Florestal de Produção, Espaço Agrícola de Produção e Estrutura Ecológica Municipal.* -----

---- 3. *A localização das parcelas na Planta de Condicionantes, estão em áreas classificadas com RAN (Reserva Agrícola Nacional), mas não em REN (Reserva Ecológica Nacional).* -----

---- 4. *Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, a localização das parcelas apresentam-se em risco baixo e alto na carta de risco de incêndio florestal.* -----



Reunião de 25/01/2017

---- 5. De acordo com o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não se verificam condicionantes à reflorestação. -----

---- 6. As propostas para preparação do terreno referido no projeto de instalação dos povoamentos, devem ser as adequadas para não induzirem o aumento do risco de erosão. ----

---- Face ao exposto e salvo melhor opinião e cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado, no entanto uma das espécies escolhida (eucalipto) deveria ser de espécie autóctone, devido à proximidade de terrenos agrícolas cultivados. -----

---- Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.” -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes, aprovar o pedido de autorização prévia para as ações de (re)arborização de José Manuel Mendes Moreira, na Freguesia de Vilar Seco, nos termos da informação interna n.º 530, datada de 19/01/2017, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, atrás descrita. -----

## 8 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores presentes no Público pretendia usar da palavra. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira pediu ao Senhor Presidente se podia dizer só mais uma coisa. Agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Só mais duas situações. A primeira era para solicitar ao Senhor Presidente que desse algum arranjo aquela rua que liga os Serviços de Finanças à Rua de Senhorim, já que têm o sentido proibido e tem que ir sempre lá em cima para vir para baixo outra vez, ou passar lá uma máquina, ou alguma coisa para desenrascar. A segunda situação era sobre o que foi levantado ali na última reunião e ele levantou, sem saber muito bem o que era. Entretanto, por alguma informação que tirou logo ali na reunião e foi averiguar melhor, que a Overland Challenges, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, portanto, aquela empresa que se candidatou e que teve um apoio de cerca de 3 milhões de euros de fundos e que só para ela são cerca de 2 milhões de euros e que no objeto da sociedade, por ela constituída, diz ali: Fabricação de artigos de pasta, de papel e de cartão para uso doméstico e de higiene, a sua importação e exportação. Valorização e o processamento de desperdícios e resíduos, não metálicos, em produtos destinados a uma nova transformação. Deposição e o tratamento prévio para deposição de resíduos perigosos; tratamento e eliminação de resíduos tóxicos provenientes de animais e de outros resíduos contaminados, incineração de resíduos perigosos; tratamento de bens e equipamentos usados para eliminar resíduos perigosos. Dá para tudo. É uma empresa que tem lá os objetos todos. Não quer dizer que ela vá fazer isso. Mas, pelo menos, em dois casos há ali alguma situação que também lhe causa preocupação, como deve causar a toda a gente, pensa ele, que é o tratamento e a eliminação de resíduos perigosos e a valorização de resíduos não metálicos. Deixava uma sugestão ao Senhor Presidente. Não sabia se a empresa já entrou em contacto com a Câmara, mas averiguar, realmente, o que é que a empresa vem fazer para Nelas. Se antigamente não se queria cá uma fábrica de tripas agora também não se quer cá uma fábrica de outras coisas, que pode não ser aquilo que ali está. Acha estranho, realmente, eles serem de Viseu e ser ali em Nelas. Não sabe se houve algum erro na CCDR, ou se não houve. Mas



Reunião de 25/01/2017

deixava ao Senhor Presidente até aquele documento e depois se quisesse ter um bocadinho mais de atenção sobre isso. -----

---- O Senhor Presidente reafirmou que o Executivo nunca foi contactado por empresa nenhuma e a surpresa é a mesma que é manifestada pelo Senhor Vereador. -----

---- O Senhor Dr. Jorge David Sousa Paiva agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado a palavra. Afirmou que sabia que em relação aos assuntos que ia colocar não ia obter qualquer resposta por parte da Câmara, nomeadamente da parte do Senhor Presidente. Mas, pelo menos, ficam em ata e para os futuros verem, lerem e se houver necessidade, responsabilizar criminalmente. Duas, ou três questões. A questão das lamas, tem outro termo, mas para ser bonzinho, as lamas em São João do Monte, não está cá a pessoa que foi lá filmar. A empresa que estava a depositar as lamas, é tudo legal, mas tinha um segurança que não deixava ninguém passar. A pessoa, para ir filmar, teve que sair do caminho e andar por matas. E a Câmara Municipal o que fez foi ir avisar o proprietário das queixas que estavam ali a chegar e não fez nada. Só queria informar que, apesar deles dizerem que está tudo legal, eles só podem depositar cerca de 10 toneladas por hectare e numa área de cerca de 5 hectares têm lá cerca de 200 banheiras. Só para verem a proporção de lamas que lá está. O Município de Gouveia fez algo e saíram de lá. Não há lá lamas. No Município de Mangualde, de onde eles são, pelo menos têm lá a sede, deixaram de depositar lamas. Vieram para o Concelho de Nelas e a Câmara Municipal nada fez. Outra questão que o Senhor Presidente já foi alertado pelo Senhor Presidente da Junta, que ele sabia, já foi alertado por outros populares e agora que se tem deslocado e ainda bem, para a Freguesia de Senhorim, devido às obras que se estão lá a realizar, existe um muro entre as Carvalhas e Vila Ruiva, que fala-se ali na Câmara em alargar a estrada e manter, pelo menos, o espaço, só para terem uma ideia, não sabia se os Senhores Vereadores conhece, os postes de iluminação estavam fora do muro, neste momento estão dentro da propriedade e outros dentro do muro. O muro foi feito a um fim-de-semana, sábado e domingo e a Câmara Municipal nada fez. Várias queixas cá chegaram e nada está a ser feito, porque sabia, porque o proprietário já disse que já resolveu o problema com a Câmara. Não ia dizer como porque não lhe cabe a ele averiguar isso. Sabia que fez lá mais um anexo ilegal mas ele diz que não há problema, que está tudo resolvido. Mas o anexo a ele, Dr. Jorge David, não o preocupa, não é Fiscal da Câmara, preocupa-o é o muro, que foi feito ao fim-de-semana e nada foi feito. Outra questão que também é uma opção. A rotunda de São João do Monte, nas Carvalhas, que ele passa lá desde que ela existe há 20 anos, nunca existiu lá acidentes, nos 20 anos que houvesse lá um toque ligeiro, foram lá feitos dois triângulos para impedir três pessoas de terem acesso direto, ou seja, quando saem da rotunda para se deslocar para sua casa têm que ir ao Alto das Carvalhas virar e tornar a vir na faixa para baixo e os outros dois que estão no outro triângulo têm que vir às Carvalhas e voltar para cima para ir para São João do Monte. São opções. Acha que estava bem, não foi uma ansiedade das populações, foi alguém que impôs, não dizia os motivos, se calhara até sabia, mas não lhe cabe a ele ali analisá-los. Outra questão. Também não é só mau, que vem ali dizer só mal. Sabia que não ia ter resposta a nada daquilo mas também queria agradecer, agora como Presidente dos Bombeiros Voluntários de Nelas à Câmara Municipal, que depois de 7 meses de contentores partidos e sem rodas, foram substituídos. Os nossos vizinhos de etnia cigana chegaram o fogo intencionalmente a um contentor e passados dois dias estava substituído. Só para verem a diferença temporal dos Bombeiros, que tiveram que os andar a arrastar sem rodas e partidos e





Reunião de 25/01/2017

a empresa demorou sete meses a substituição e depois de várias insistências para a Câmara. Aos vizinhos ciganos, passados dois dias, estava lá o contentor substituído, que eles tinham incendiado intencional mete. Havia outros assuntos mas devido ao alongar são assuntos que ficam. Sabia que não ia ter resposta nenhuma de nenhum tal como os anteriores, mas alguém poderá resolver e o Senhor Presidente não pode vir dizer que não tinha conhecimento das coisas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que estava a ter conhecimento pessoal. Foi-lhe instaurado um processo de contraordenação. Notificaram a Câmara de Mangualde para ouvir os empreiteiros. Não é só dar porrada. Têm que dizer as verdades. -----

### **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA**

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

### **ENCERRAMENTO**

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às zero horas e trinta e um minutos do dia 28 de janeiro de 2017, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, \_\_\_\_\_, conforme deliberação tomada na 1.<sup>a</sup> reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

\_\_\_\_\_

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,

\_\_\_\_\_